

VIVIANE BARRIQUELLO

<http://www.tramasdiscursivas.com.br/blog/autoriaeleitura>

PORTO ALEGRE
2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ÁREA: ESTUDO DA LINGUAGEM
ESPECIALIDADE: TEORIAS DO TEXTO E DO DISCURSO
LINHA DE PESQUISA: ANÁLISES TEXTUAIS E DISCURSIVAS

<http://www.tramasdiscursivas.com.br/blog/autoriaeleitura>

VIVIANE BARRIQUELLO

ORIENTADORA: PROF(a). DR(a). FREDA INDURSKY

Dissertação de Mestrado em Teorias do Texto e do Discurso, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

PORTO ALEGRE
2009

“Há tensão e paixão que caracterizam aqueles que arriscam deslocar-se para lugares desconhecidos, desafiam verdades prontas, movem-se em busca de conhecimentos novos, viajam pelo conhecimento. Aquele que pretende apenas em certa medida alcançar a liberdade da razão, não tem durante muito tempo o direito de se sentir sobre a terra, senão como um viajante – e nem sequer como um viajante que se encaminhe para um ponto de chegada; pois este não existe. Terá em vista, isso sim, observar bem e manter os olhos abertos para tudo o que realmente se passa no mundo; [...] é necessário que nele haja sempre algo de viajante, cujo prazer reside na mudança e na passagem”. Friedrich Nietzsche

É com este desejo que o exercício do fazer científico precisa transcender a aridez do dizer academicista e comportar a poética da palavra com paixão criativa, que gesta discursos provocadores de novos significados, constituidores de mundos possíveis.

AGRADECIMENTOS

Só agradecer seria um gesto pequeno diante de tantas pessoas maravilhosas que estiveram presentes e ajudaram na construção deste sonho. Por isso, junto com os agradecimentos, eu dedico esta dissertação a esta coletividade de forças positivas que foram mobilizadas por pessoas tão importantes para mim.

Agradeço primeiramente à UFRGS e ao Programa de Pós-graduação em Letras pela oportunidade de aperfeiçoamento profissional que este mestrado me proporcionou. Juntamente, agradeço a CAPES, pelo auxílio financeiro e pela oportunidade de realizar um estágio nesta instituição, proporcionando-me o desafio de sempre buscar saber mais para poder chegar na sala de aula e poder desfrutar da intensa troca de conhecimentos.

Agradeço, especialmente, a minha orientadora, Freda Indursky, pela acolhida, e apesar da distância entre cidades, sempre me mostrou total dedicação, responsabilidade e seriedade

nas respostas às dúvidas que me afligiam. A partir de seu imenso conhecimento, me proporcionou liberdade, tranquilidade e segurança na escrita. Juntas, passamos a aprender um pouquinho como é o espaço da *blogoesfera*.

Agradeço imensamente a todos os grandes mestres da UNIJUÍ e da UFRGS com os quais cresci muito enquanto pessoa e profissional, alicerçando verdadeiras bases teóricas para a vida. Ressalto aqui a professora Dr.^a Solange Mittmann, pelos excelentes momentos de discussão em “linguagem de gente” e, em especial a professora Dr.^a Ercília A. Cazarin que, na UNIJUÍ, foi minha primeira orientadora no estudo da Análise do Discurso, e portanto, como carinhosamente a chamo, minha “mãe teórica”. A ela eu devo parte da realização da investidura na docência, pois sempre me deu exemplo do quanto é apaixonante trabalhar com o que gostamos. Obrigada Ercília pelos momentos de discussão, pelo apoio nos momentos difíceis, pelos livros e livros emprestados, e principalmente, por investir o teu desejo de vitória nessa sempre aluna que te admira muito.

Agradeço, também, a todos os meus amigos que, de uma forma ou outra, acompanharam minha trajetória na realização de mais este trabalho. Aos colegas do pós que foram grandes amigos e pontos de apoio ao discutirmos teoria.

Agradeço, em particular, às amigas Blanca e Érica pela amizade que solidificamos ao descobrirmos Porto Alegre. Fomos por alguns dias a família que cada uma havia deixado ausente, e hoje somos as amigas que, mesmo distante, podemos sempre contar. A vocês, minha eterna gratidão e o meu carinho singelo.

Agradeço à minha família, em especial, meus pais pelo incentivo, pela torcida, pelo amor e pelo carinho que sempre demonstraram em cada etapa do meu crescimento pessoal.

Agradeço ao meu amor, Alécio A. Basso, companheiro, hoje esposo, que além de ser meu amigo e esteio emocional, é meu maior incentivador, afinal em seu vocabulário não existem palavras como “eu não consigo”, tudo o que queremos podemos alcançar se não tivermos medo de ir atrás e lutar pelas boas oportunidades que a vida nos oferece. A ti eu dedico meu espírito aventureiro e te prometo não desistir do que eu quero, ou melhor, do que nós queremos.

Enfim, agradeço a todos aqueles que acreditam em mim e me dão força para seguir nessa jornada de luta, crescimento, aprendizado e vitória. A vocês: muito obrigada.

RESUMO

Na contemporaneidade digital, tanto o acesso à informação quanto a relação público/leitor tem passado por reformulações constantes. Este texto se organiza a partir de uma pesquisa que mobiliza noções da teoria de Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux tendo como finalidade esclarecer, ou tornar ainda mais inquietante, questões de autoria e leitura ligadas ao que diz respeito à materialidade discursiva: *blog* jornalístico político. Considerando que o *blog* é constituído eminentemente pelo hipertexto, evidenciamos então novas formas de ler e escrever permitindo tanto uma escrita quanto uma leitura (ou navegação) não linear, baseadas em indexações e associações de idéias, sob a forma de *links*, os quais agem como portas virtuais que abrem caminhos por entre a rede, em que o leitor move-se através do grande texto, descobrindo e seguindo pistas que são deixadas em cada nó. No procedimento de análise do *corpus experimental* formulamos *recortes discursivos* de acordo com as regularidades que se sobressaíam ao nosso trabalho de interpretação, bem como blocos discursivos. Nossa análise, portanto, se verticalizou a partir de constatações a cerca do lugar discursivo do blogueiro titular, função-autor, efeito-autor, identificações e contra-identificações discursivas. Concluimos assim, que o espaço discursivo do *blog* é intervalar, pois nele entrecruzam-se diferentes vozes e diferentes sujeitos, configurando-se um espaço discursivo constituído pela heterogeneidade, em que os sentidos estão sempre em curso. Por isso, a ausência de centro, o efeito de incompletude e o não fechamento são inerentes a este meio que é eminentemente interpretativo enquanto espaço simbólico.

RESUMÉ

En ce qui concerne le phénomène digital du temps présent, aussi bien l'accès à l'information comme la relation entre public et lecteur ont souffert des reformulations constantes. Ce texte est organisé à partir d'une recherche qui fait appel à l'Analyse du Discours ayant comme précurseur Michel Pêcheux avec l'objectif d'éclairer, ou rendre encore plus inquiétant, des questions de création et lecture liées à ce qui concerne la matérialité du discours: *blog* journalistique politique. En considérant que le *blog* est constitué éminemment par "l'hyper texte", nous mettons donc en évidence de nouvelles manières (formes) de lire et écrire qui permettent aussi bien l'écriture comme la lecture (ou navigation) non linéaire, fondées sur des indexations et associations d'idées, sous la forme de *links*, lesquels agissant comme des portes virtuelles qui ouvrent les voies par entre le réseau, dans lequel le lecteur se déplace à travers le grand texte, découvrant et suivant des pistes qui sont laissées à chaque noeud. En ce qui concerne le procédé d'analyse du *corpus expérimental* nous formulons des *coupures (brochures) de discours* en accord avec les régularités mises en évidence dans notre travail d'interprétation, mais aussi comme bloc de discours. Notre analyse s'est pourtant dirigé verticalement à partir de constatations quant au lieu du discours de l'utilisateur titulaire du *blog*, fonction-auteur, effet auteur, identifications et contre-identifications du discours. On conclut ainsi que l'espace du discours du *blog* est intervalaire, puisqu'en son sein des voix et des sujets différents s'entrecroisent en configurant un espace de discours constitué par l'hétérogénéité, dans lequel les sens sont toujours en cours. En somme: l'absence de centre, l'effet de l'incomplétude et non la fermeture sont inhérents à ce milieu qui est éminemment interprétatif comme espace symbolique.

SUMÁRIO

RESUMO	07
RESUMÉ	08
CAPÍTULO 1 – O EFEITO DE INÍCIO	12
1.1 Apresentando a discussão	13
CAPÍTULO 2 - O TEXTO EM SUAS DISTINTAS PERSPECTIVAS	15
2.1 O texto: diferentes abordagens	16
2.2 O hipertexto	22
2.2.1 Do jornalismo impresso ao webjornalismo	31
2.3 <i>Web 2.0</i>	35
2.3.1 O <i>blog</i> -jornalístico	41
CAPÍTULO 3 - DISPOSITIVO TEÓRICO	45
3.1 Evidências fundadoras	48
3.2 Formação Discursiva	48
3.3 Interdiscurso e intradiscurso.....	51
3.4 Heterogeneidade	53
3.5 Implicações teóricas para o objeto de análise	59
3.6 A constituição do sentido em AD.....	61
3.7 O sujeito no funcionamento discursivo	65

3.7.1 Sujeito-autor	69
3.7.2 Sujeito-leitor	73
3.8 Implicações teóricas para o objeto de análise.....	75
CAPÍTULO 4- METODOLOGIA DE ANÁLISE	79
4.1. Objeto de análise	79
4.2. O arquivo, o corpus: uma questão metodológica	81
4.3. O recorte e o bloco discursivo	83
CAPÍTULO 5- MOMENTO ANALÍTICO	86
5.1 LUGAR DISCURSIVO E LUGAR SOCIAL	86
5.1.1. Do lugar discursivo às funções de autoria.....	89
5.1.1.1. O lugar discursivo de blogueiro titular – Recorte discursivo 1	90
5.1.1.2. O intrincamento entre lugar discursivo e lugar social	97
5.1.1.2.1. A função-autor pelo viés da função jornalística – Bloco discursivo 1	97
5.1.1.2.2. A função-autor pelo viés da função de editor – Bloco discursivo 2.....	105
5.1.1.3. Conclusões parciais	111
5.2 ESCRITA E LEITURA	113
5.2.1 Dos efeitos de autoria à leitura	114
5.2.1.1 Leitor/autor – recorte discursivo 2	115
5.2.1.1.1 Identificação com a família parafrástica 1 – bloco discursivo 1	125
5.2.1.1.2 Identificação com a família parafrástica 2– bloco discursivo 2	127
5.2.1.1.3 Família parafrástica 3 – bloco discursivo 3	128
5.2.1.2 Mediador – leitor/autor- bloco discursivo 4	134

5.2.1.3 Conclusões parciais138

CAPÍTULO 6- SOB O EFEITO DE FIM141

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS I144

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS II (FONTES)149

CAPÍTULO 1 – O EFEITO DE INÍCIO

Valendo-me da imagem do internauta que diante de uma tela de computador tem ao alcance das mãos e diante dos olhos possibilidades infinitas de buscas, assuntos, páginas, *links*, esta dissertação se metaforiza na figura deste internauta, pois entre tantas teorias optei pela Análise do Discurso¹ para proporcionar-me o fomento teórico necessário para as análises, entre tantas páginas digitais optei pelo *blog* político e entre tantos assuntos preferi as eleições do segundo turno para presidência do Brasil no ano de 2006. Seriam essas escolhas livres? Como analista de discurso afirmo que não, sou interpelada ideologicamente e o gesto de escolha passa por essa interpelação.

Tenho ciente que o presente trabalho é apenas mais um gesto de análise, pois tantos outros poderiam surgir a partir de outro olhar ou até mesmo em outro período de tempo, afinal no campo da internet a temporalidade perde forças, o inovador hoje não passa de mais um recurso amanhã.

Assim como o internauta, joguei-me em uma rede que tem um espaço de tempo definido, tem condições de produção dadas, e tem uma história. Esta dissertação é um corte, é o acesso a um “*link*” entre tantos, que tem um efeito início e também um efeito de fim, porém a rede se constitui do antes, o agora e o que virá.

Instigada a pensar questões de autoria e leitura neste espaço digital, sou levada a crer que esta dissertação é um emaranhado de vozes que não são minhas, porém recebo como função o efeito de costura, de encadeamento e de construção de uma grande “colcha de retalhos”, aparentemente sem pontas. Porém, esta função não é legada somente a mim; há um trabalho de orientação que ajuda no corte dos fios e no aparar das pontas. Por esta razão tomo como principio de efeito de autoria a utilização do pronome na primeira pessoa do plural deste ponto em diante.

¹ Tratada no presente trabalho também por AD.

1.1 APRESENTANDO A DISCUSSÃO

Quem é o autor na era digital? Como se dá o processo de construção de sentidos frente à mídia marcada pelo hiper? Na contemporaneidade digital, tanto o acesso à informação quanto a relação leitor/autor tem passado por reformulações constantes. Esta dissertação está voltada a uma pesquisa e análise que mobiliza noções da teoria de Análise do Discurso com filiação em Michel Pêcheux com a finalidade de esclarecer, ou tornar ainda mais inquietante, questões ligadas ao que diz respeito à materialidade discursiva: *blog* jornalístico. Para isso, selecionamos o *blog* do Noblat a partir de um recorte temporal compreendido entre 01 a 29 de outubro de 2006, período correspondente ao segundo turno da eleição para presidência do Brasil, tendo como candidatos concorrentes Geraldo Alckmin² (PSDB³) e Luiz Inácio Lula da Silva⁴ (PT⁵).

A partir do constante “passeio” entre teoria e análise, estruturamos o presente trabalho de acordo com as necessidades de discussões que nos eram impostas em cada momento. No passo inicial, sentimos necessidade de pensar o *texto* por perspectivas teóricas distintas partindo desde o mundo clássico romano, passando por Saussure, pela Linguística Textual, pela Enunciação até chegar na Análise do Discurso, teoria na qual centralizamos nosso foco de estudo. Feito este trajeto, passamos a perseguir os caminhos do hipertexto, entendendo seu surgimento e constituição, para então podermos pensar o campo do Webjornalismo, as evoluções digitais ocorridas com a *Web 2.0* e o surgimento dos *blogs*.

Passado este momento em que situamos considerações a cerca do texto, percorremos as noções teóricas essenciais para as futuras análises. Para podermos sustentar o terceiro capítulo apresentamos as evidências fundadoras da Análise do Discurso, bem como as noções que julgamos relevantes para nos proporcionar embasamento teórico no ato que nos é cobrado interpretação.

No quarto capítulo, esclarecemos os procedimentos metodológicos próprios à AD e necessários à operacionalização da análise. Enfatizamos conceitos como: *dispositivo de análise; arquivo; corpus discursivo; metodologia, recorte e bloco discursivo*.

² Nesta dissertação, mencionado também apenas por Alckmin.

³ Partido da Social Democracia Brasileira.

⁴ Nesta dissertação, mencionado também apenas por Lula.

⁵ Partido dos Trabalhadores.

O próximo capítulo é destinado às análises. Considerando que o *blog* é constituído eminentemente pelo hipertexto evidenciamos, então, novas formas de ler e escrever permitindo tanto uma escrita quanto uma leitura (ou navegação) não linear, baseadas em indexações e associações de idéias e conceitos, sob a forma de *links*, os quais agem como portas virtuais que abrem caminhos para outras informações, em que o leitor move-se através do grande texto, descobrindo e seguindo pistas que são deixadas em cada nó. Assim, dividimos o quinto capítulo em dois momentos: primeiro objetivamos entender o *lugar discursivo* ocupado pelo sujeito autor pensando a intrincação do lugar social e do discursivo ao assumir a função de autoria pelo viés de jornalista e pelo viés de editor. No segundo momento, nossa inquietação uniu leitor e autor e assim passamos a mobilizar noções teóricas como família parafrástica e interlocução pensando a produção de sentidos.

Por último, as considerações finais procuram sintetizar os “resultados” obtidos ao longo deste processo dissertativo, possibilitando um efeito de fim tão provisório quanto o espaço digital a que nos propomos analisar.

É isso, portanto, um esboço do que apresentaremos a seguir.

CAPÍTULO 2 - O TEXTO EM SUAS DISTINTAS PERSPECTIVAS

Conhecido como o berço da cultura e da educação, o Egito é reconhecido pelos testemunhos mais antigos da civilização (MANACORDA, 1996). Os documentos escritos durante a época de 2654 e 2600 a.C. correspondem a ensinamentos pedagógicos dentro de uma educação mnemônica. A maior preocupação dessa época constitui-se no falar bem. De acordo com Manacorda (1996), no documento datado em 2450 a.C. escrito pelo vizir do rei Ihesi, pela primeira vez na história, menciona-se a definição de oratória como a *arte política do comando ou educação do orador ou do homem político*, definida dois milênios e meio mais tarde por Quintiliano, orador romano, como *institutio oratória*.

Partindo do mundo clássico romano encontramos relatos de autores que se ocupavam da Oratória, Filosofia e Gramática e concebiam ao texto o caráter da arte de bem falar e de bem escrever. Com o declínio do império romano o latim perdeu força e deu lugar aos estudos das diferentes línguas neolatinas. Esta passagem determinou o surgimento em 1775/1783 da *Gramática de Port-Royal* (França) e a *Gramática filosófica da língua portuguesa; princípios da gramática geral aplicados a nossa linguagem* (Portugal). Tais gramáticas se propunham a fixar regras gramaticais, morfológicas e sintáticas, ou seja, prescrever as novas línguas. Com isso, não temos mais a ênfase na oratória e na retórica mas o pano de fundo continua sendo a arte de bem falar e bem escrever, pois as gramáticas impunham a aprendizagem das regras da língua. Até então, romanos e gramáticos, concebem o texto como um encadeamento de frases, e a gramática, por sua vez, ensinando a compor frases bem formadas e a encadeá-las em períodos bem constituídos.

No século XIX Michel Bréal, com a semântica histórica, começa a apresentar alguns estudos sobre a materialidade linguística dos textos e sobre a questão do significado, considerando a linguagem como fenômeno humano, procura entender as alterações semânticas das palavras fazendo relações com as mudanças históricas e sociais.

A partir do século XX, Saussure, com a obra póstuma *Curso de Lingüística Geral*, instituiu, em 1916, a Lingüística como ciência, tendo como questão central “o que faz de uma língua uma língua”. Para tornar a lingüística uma ciência Saussure precisou limitar seu objeto de estudo à língua, caracterizando-a como social e, portanto, passível de descrição, sistêmica e homogênea. Para alcançar seus objetivos, formula um conjunto significativo de conceitos tais

como significante/significado, diacronia/sincronia, signo lingüístico, valor (um signo é o que o outro não é) e as relações associativas e não associativas (sintagma e paradigma).

Ao optar por centrar seus estudos na língua, Saussure deixou de lado a fala, por considerá-la uma realização individual de cada indivíduo. Desta forma, desconsidera o falante e sua atividade de linguagem, o que se configura como sendo o mesmo que deixar de fora o estudo do sujeito, da história e o contexto extralingüístico.

Buscando dar conta das lacunas deixadas pelo corte saussuriano, outros pesquisadores investiram seus estudos, tentando aprofundar conceitos que haviam ficado sem investigação. É pela ênfase na subjetividade que diferentes teorias sobre o texto começaram a surgir e a despontar novas perspectivas de entender o sujeito, a língua, a história, o texto... Neste capítulo, construiu-se um percurso teórico sobre o conceito de texto até chegar ao de discurso e, em especial, ao hipertexto, que é o foco de abordagem desta dissertação.

2.1 O TEXTO – DIFERENTES ABORDAGENS

Muito se tem escrito e discutido sobre texto e, por isso, torna-se presente a inquietação de Guimarães (1995, p. 63): “há algo que todos sabemos que seja texto? Se há, para que procurar saber o que é texto?” Estas são perguntas que nos explicitam que o conceito de texto não é algo fechado, sempre se está pensando sobre o assunto e sempre algo novo se descobre. Partimos, no início deste capítulo, da concepção de texto como modelo, como um padrão a ser seguido. Depois passamos a tratar de mudanças na concepção de língua, as quais não abordam o texto propriamente dito. A partir disso, entramos, de fato, nas teorias que dedicam sua atenção, ou parte dela, ao texto, porém ressaltamos que com este capítulo buscamos entender teoricamente o texto, mas sempre questionando como chegar ao hipertexto.

Com os estudos da pragmática (surgida no âmbito da filosofia), abriram-se fronteiras para se pensar a língua em uso e com isso o texto. Dentre outras teorias, a Lingüística Textual ganhou forças com a pragmática e passou a abordar o texto como objeto de análise e unidade lingüística por excelência, pois como registra Van Dijk (apud MARQUESI, 1995, p. 24), “é por textos e não por sentenças que nos comunicamos”. Com isso, a Lingüística Textual se detêm ao texto sob uma estrutura micro e macro textual, buscando centrar-se aos elementos

internos para evidenciar a coerência e a coesão textual. Esta corrente de pesquisa postula como tarefa para a gramática textual, conforme Marquesi (1995, p. 15):

1. determinar o que faz de um texto um texto, quais são os princípios de constituição de um texto, em que consiste a coerência de um texto, o que produz a textualidade específica de um texto;
2. determinar critérios para a delimitação de textos;
3. diferenciar, no gênero texto, suas várias espécies, isto é, os diferentes tipos de textos.

Buscando entender o conjunto de características que fazem com que um texto seja um texto como um todo, e não apenas uma seqüência de frases, a Lingüística Textual surge a partir de três perspectivas de estudos:

- Análise transfrástica (coesão): importa as regras sintáticas e o texto é visto como uma extensão da frase. Para Halliday e Hasan (1976) a coesão é o fator fundamental da textura textual, este fenômeno pode ser considerado de natureza semântica na medida em que faz a interpretação de um elemento textual depender da interpretação de outro elemento textual. Seus estudos estão voltados para mecanismos léxico-gramaticais que criam relações de significado dentro do texto e que definem o texto como texto. Levam em consideração fatores como: referência, substituição, elipse, conjunção e coesão textual, fatores que consideram primordiais, caso contrário, o texto seria um não-texto.

- Gramática do texto (coerência): há uma busca pela unidade lógico-semântica objetivando uma sintaxe textual. Autores como Marcuschi, Koch & Travaglia desconsideram a soberania da coesão e consideram a coerência como o fator mais importante para textualidade.

- Teoria do texto (funcionamento sociocomunicativo e pragmático): Beaugrande & Dressler (1981) definem o texto como uma ocorrência comunicativa e se dizem interessados em compreender como os textos funcionam na interação humana. Com este propósito postulam sete princípios constitutivos de textualidade.

<ul style="list-style-type: none"> - Coesão > perceptível pelo jogo das dependências entre as frases que proporciona conectividade textual. - Coerência > remete a intenção global do texto que se dá pelas relações que atravessam a microestrutura textual (deriva da lógica interna do texto). 	<p>Critérios semântico-formais</p> <p>Estes dois critérios são os principais para a textualidade, ou seja, para um texto ser entendido como tal.</p>
<ul style="list-style-type: none"> - intencionalidade > se referem diretamente ao jogo de atuação - aceitabilidade } comunicativa locutor/recebedor; - situacionalidade } aponta para a pertinência e relevância em relação ao contexto de produção. O recebedor é quem está sendo testado quanto ao seu maior ou menor conhecimento do contexto mobilizado; - informatividade > o recebedor vai avaliar o grau de informação nova que o texto veicula; - intertextualidade > um texto faz sentido se colocado em relação a outros textos. 	<p>Critérios pragmáticos (mobilização de fatores externos) fatores “constitutivos” secundários.</p> <p>Escala descendente.</p>

Estes sete padrões de textualidade são entendidos por Beaugrande & Dressler como o conjunto de elementos que faz o texto funcionar como um sistema. Assim, a produção e interpretação de textos seriam processos internos/lingüísticos em que os princípios reguladores teriam a função de contribuir para o inter-relacionamento dos sete princípios constitutivos de textualidade, de modo que determinado texto venha a ser considerado comunicativamente satisfatório e apropriado em função dos objetivos e intenções dos interlocutores e das circunstâncias em que ele é produzido e interpretado.

Para a Lingüística Textual o texto é uma unidade formal homogênea com começo, meio e fim, em que o objetivo central é compreender o que o texto significa e apreendê-lo como um todo. Quanto às relações textuais estas são de ordem interna importando apenas o contexto lingüístico, ou seja, mesmo que cinco dos sete princípios concebidos por Beaugrande & Dressler (1981) reconheçam a necessidade de fatores externos ao texto, estes princípios, para esta teoria, são considerados secundários, pois o que interessa são os critérios semânticos formais, em outras palavras, coerência e coesão, o que nos leva a afirmar que o sentido é dado pelo contexto lingüístico interno ao texto. Diante do levantado, questionamos: como pensar hipertexto diante de tal teoria? É válido ficarmos atrelados apenas aos fatores internos ao texto? Acreditamos que não, o estudo do hipertexto se justifica justamente pela característica

de desliniarização, sem as barreiras fixadas de linearidade e encadeamento coeso. Entendemos hipertexto como heterogêneo e para estudá-lo não poderíamos nos valer da homogeneização.

Com um diferente enfoque, Benveniste, com a Teoria da Enunciação, não se deteve em estudar o texto por ele mesmo, mas sim, recuperar a questão da subjetividade que desde o advento da lingüística, até então, estava esquecido. Segundo Benveniste (1966) a Teoria da Enunciação leva em consideração fatores externos: aquele que fala, o locutor, o EU, e aquele a quem o locutor se dirige, o interlocutor, o TU. E este locutor está necessariamente imbricado em um contexto de situação que determina o tempo da enunciação (agora) e o espaço (aqui), ou seja, a enunciação supõe sempre os interlocutores e está datada e situada no espaço.

Essa perspectiva enunciativa vai além da noção de língua enquanto sistema, passa a tratar do enunciado em situação de enunciação e leva em conta também o interlocutor. Ou seja, o texto, nesta concepção teórica, não só considera o contexto situacional, como também considera que este texto foi produzido por um locutor e destina-se a um interlocutor. E assim temos, conforme Indursky (2006) uma ruptura teórica com a Lingüística Textual que se dá exatamente ao nível da natureza de contexto.

Com relação à noção texto este equivale à noção de enunciado, e, portanto, relações internas e externas são igualmente convocadas para se chegar às análises que apontam para uma semântica do texto que espera por interpretação. Pensar desta forma, significa entender que o sentido não vem posto exclusivamente no texto. É inegável que ele é portador de instruções e de sentidos pelos quais o locutor se responsabiliza, mas o sentido também é da ordem da interpretação. Vale dizer que, para se chegar ao sentido do texto, não basta decodificar as diferentes relações coesivas que se estabelecem na superfície textual, considerando exclusivamente seu contexto lingüístico.

Quanto ao fator de textualidade Guimarães diz se tratar de uma questão de consistência, envolvendo aí o sujeito na função de autor.

Esta é a operação enunciativa fundamental para a textualidade: construir como unidade o que é disperso; produzir a ilusão de um presente sem memória. E por isso o *texto* está inapelavelmente aberto à interpretação, que percorre as linhas da dispersão, da memória. (GUIMARÃES, 1995, p. 65)

Guimarães considera, então, as operações de textualidade e seus procedimentos “processos da construção da ilusão de unidade”. Como exemplo, ele trabalha com o que chama de “dois fundamentos próprios da textualidade”: coesão e consistência.

E os procedimentos que funcionam como operações próprias da textualidade contribuem para a construção dessa unidade. A COESÃO diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma à de outra, numa seqüência de texto. A CONSISTÊNCIA diz respeito às relações que reenviam a interpretação de uma forma ao acontecimento enunciativo. (*op. cit*)

O autor descarta a noção de coerência, pois a considera, do modo como vem sendo tratada, uma relação cognitiva independente de sua historicidade. Por esta razão substituir coerência por consistência implica em entender o texto em sua relação com a exterioridade e, portanto, submetê-lo à interpretação. Sendo assim, para Guimarães, o sentido não vem posto exclusivamente no texto.

Podemos dizer que a textualidade, constituída pela coesão e pela consistência, seria a eficácia do texto ao seu gênero, isto é, a ‘sintonia’ dos seus elementos ao seu corpus. Contemplar a consistência textual remete às relações que convocam a interpretação deste texto em sua relação com o acontecimento enunciativo, em outras palavras, poderíamos concluir que para haver interpretação é preciso passar do contexto lingüístico para o situacional.

Diante do exposto, nota-se que os teóricos da enunciação mantêm a equivalência quanto a importância das relações externas e internas do texto, ou seja, ambas são convocadas a participar do trabalho de constituição e interpretação textual. Porém, há de se deixar claro que, quando a teoria da enunciação trabalha com o contexto externo, logo se tem como exterioridade a mobilização de interlocutores e do *aqui e agora*. Para tanto, pensamos válido pensar hipertexto também mobilizando o contexto interno e externo, mas o que buscamos enquanto externo compreende o sócio-histórico, o qual nos possibilita a abordar questões relacionadas a ideologia, sujeito, quebra de linearidade, heterogeneidade textual, ausência de centro... Para isso necessitamos de um outro tipo de aparato teórico e recorreremos à AD.

A AD toma o discurso como seu objeto teórico e o texto passa a ser considerado como unidade de análise que, de acordo com Orlandi (1999, p. 63), é entendido como “a unidade que o analista tem diante de si e da qual ele parte o remetendo diretamente a um discurso.”

Esta teoria se configura a partir do estudo da língua em funcionamento, produzindo sentidos. Encontra no enfoque do discurso a possibilidade de perceber a palavra em movimento. O discurso, por sua vez, se concretiza como o lugar de trabalho da língua e da ideologia e funciona, conforme aponta Brandão (1991, p. 66), entre a articulação do real/imaginário, autor/sujeito e discurso/texto.

O discurso é entendido como uma dispersão de textos (a possibilidade de um discurso atravessado por várias formações discursivas) e o texto como uma dispersão de sujeitos, ocorre, então, a perda da centralidade de um sujeito uno que passa a ocupar várias posições enunciativas. Interessa, para esta dissertação, trabalhar o texto enquanto objeto lingüístico histórico e unidade de análise do discurso, o qual se configura como objeto teórico. Para tanto, faz-se necessário explicitar que, de acordo com Orlandi:

o texto não é uma unidade fechada - embora, como unidade de análise, ele possa ser considerado uma unidade inteira - pois ele tem relação com outros textos (existentes, possíveis ou imaginários), com suas condições de produção (os sujeitos e a situação), como o que chamamos sua exterioridade constitutiva (o interdiscurso: a memória do dizer). (ORLANDI,1996, p. 54)

Conforme as considerações da autora, um texto apresenta-se como uma unidade complexa de significação, em que não se pode julgar que as palavras significam por si. É o texto que significa, isso quando possui um discurso que lhe dá sustentação. Para a Análise do Discurso, um texto é um objeto com começo meio e fim, mas se tomado como discurso, não há “bordas” que delimitem esta ordem e tão pouco é possível apreender sua origem.

Um discurso pode ser construído a partir de uma pluralidade de textos, assim como um texto pode ser atravessado por vários discursos, ou seja, o sujeito se inscreve em várias posições dentro do texto. Esta relação entre discurso e texto é entendida pela autora recém citada, como biunívoca, pois um não é igual ao outro. O texto é unidade de análise, mas não é unidade de construção do discurso, esta unidade de construção se dá a partir do enunciado, pois como não se pode analisar o discurso enquanto um texto fechado, é preciso referi-lo a um conjunto de discursos possíveis a partir das condições de produção.

O importante é marcar que, na perspectiva da AD, o que interessa é aquilo que o texto organiza em sua discursividade, na relação que estabelece entre a ordem da língua e a materialidade discursiva (ordem das coisas). A AD se detém em trabalhar no lugar particular em que esses dois pontos se encontram, tendo como tarefa a compreensão de como o texto, enquanto objeto simbólico, produz sentido. Sentido este que se configura como intervalar, em outras palavras, efeito de sentido entre sujeito-autor e sujeito-leitor mediado pelo texto.

Com o advento da internet nos acostumamos, diante deste meio, com a passagem do termo *texto* para *hipertexto*⁶, o qual, segundo Bolter (1991), tem por característica a formatação de um “texto aberto” ou um “texto múltiplo”, caracterizado pelos princípios da

⁶ A noção de hipertexto será tema da seção 2.2 espaço em que trataremos de questões referentes a constituição do termo, além de aproximações à AD e discussões quanto aos sentidos que o hipertexto pode produzir.

não linearidade, interatividade, multicentramento e virtualidade. Optamos por trabalhar nesta dissertação com o hipertexto associado à teoria da AD por reconhecermos em sua estrutura um espaço totalmente heterogêneo que abriga múltiplas vozes, veladas ou não, que não possui bordas com características de início, meio e fim, o que há é um *efeito de início* e um *efeito de fim* que, em grande parte, é moldado não só pelo sujeito-autor, mas também pelo sujeito-leitor. Portanto, quando tratamos de hipertexto não estamos diante de algo novo, afinal a própria teoria da AD já teoriza sobre este formato ao tratar de texto.

Diante do exposto, vale ressaltar que se trabalhará, nesta dissertação, o hipertexto enquanto materialização do discurso, compreendendo o discurso como efeito de sentido e como prática discursiva não individual que implica em uma nova forma, em relação às demais teorias, de pensar o sujeito e o sentido. A AD produz deslocamentos nos estudos lingüísticos, tais como a inserção do discurso junto ao par língua/fala e o descentramento do sujeito. Estes deslocamentos permitem mostrar que o sujeito, a relação mundo/linguagem e o sentido não são neutros e nem transparentes e devem ser pensados em seus processos histórico/sociais de constituição.

2.2 O HIPERTEXTO

A *Web* (ou *World Wide Web*) foi desenvolvida por Tim Berners-Lee, no final da década de 80 e começo da década de 90, enquanto trabalhava no CERN (Laboratório Europeu de Partículas Físicas), que tem sede em Genebra, na Suíça. O ambiente do CERN foi bastante propício para o surgimento de uma ferramenta da internet como a *Web*. Ali reuniam-se pesquisadores do mundo todo que atraíam uma efervescente colaboração de Institutos de pesquisa de vários países para estudar e observar experimentos complexos na área da física.

A preocupação de Berners-Lee era como fornecer aos pesquisadores, de locais mais remotos, um modo fácil de organizar e trocar informações sobre as pesquisas em que estavam envolvidos. De certa forma, a internet já cumpria essa tarefa, mas de maneira não muito satisfatória. Foi então que Lee procurou criar uma nova ferramenta que potencializasse a troca de informações pela internet e o ponto de partida para o desenvolvimento dessa ferramenta foi o hipertexto.

A atual incompatibilidade entre plataformas e ferramentas tornou impossível acessar as informações através de uma interface comum, gerando perda de tempo, frustração e respostas obsoletas a simples procura de dados. Há um potencial benefício a ser retirado da integração de sistemas variados, onde o usuário pode seguir links, que apontam de um pedaço de informação para outra. Esta formação em rede, ao invés de árvores hierárquicas ou listas ordenadas, é o conceito básico por trás do hipertexto (BERNERS-LEE & CAILLIAU, 1990). (tradução nossa)

O termo hipertexto passa a ganhar forma entre as décadas de 80 e 90, mas é preciso enfatizar que as concepções centrais que o caracterizam como sistema já despontavam na década de 40. Apesar de não utilizar o termo hipertexto, que só foi cunhado mais tarde por Theodor Nelson, Bush é apontado por vários autores como o precursor das principais idéias que caracterizam um sistema hipertextual.

Bush, matemático e físico, esteve envolvido em vários projetos que resultaram em avanços significativos para o desenvolvimento dos computadores. Sua preocupação central se voltava para a grande massa de conhecimento científico que a humanidade havia acumulado até então (1945), ano da publicação do seu artigo “*As We May Think*” e a necessidade de ter o conjunto desse conhecimento (ou parte dele) organizado de forma que pudesse ser eficientemente recuperado, no momento certo e na medida estabelecida pelo usuário. “*O somatório das experiências humanas tem se expandido numa proporção incrível, mas os meios que usamos para nos movimentar através do labirinto formado pelos itens mais importantes, são os mesmos utilizados no tempo das caravelas.*” (BUSH, 1945) (tradução nossa)

Levando em consideração que a mente humana funciona por meio de associações, Bush propõe um mecanismo para simular a maneira como a memória humana classifica e guarda informações. Ele reconhece que não se pode duplicar o processo mental artificialmente, mas que podemos aprender com ele. A primeira lição que se pode tirar desse modelo é o da seleção por associação. A partir dessas preocupações Bush propôs um mecanismo para uso individual que nomeou “Memex”⁷.

Memex é um dispositivo no qual o indivíduo pode armazenar todos os seus livros, registros, comunicações e que é mecanizado, de maneira a ser consultado com grande rapidez e flexibilidade. Ele se constitui num suplemento personalizado da memória do indivíduo. (BUSH, 1945) (tradução nossa)

⁷ O termo Memex surgiu a partir de “Meme”, que para Bush significava um pensamento ou um conceito ou parte de um pensamento ou conceito. Fisicamente o Memex seria do tamanho de uma mesa de escritório e incorporaria dois monitores, um para entrada de dados, outro para saída, ou seja, para visualização. Apesar das pequenas proporções, teria a capacidade de armazenar o conteúdo informacional de uma biblioteca universitária, na forma de microfilme. O mecanismo também teria a capacidade de gerar e guardar seus próprios microfilmes.

O dispositivo desenhado por Bush não chegou a ser construído, mas suas idéias foram fundamentais para o desenvolvimento dos sistemas hipermídias e hipertextos que surgiram mais tarde. O trabalho de Bush iluminou algumas questões cruciais no campo da informação: o armazenamento, organização e recuperação. Suas idéias em relação à indexação por associação, foram decisivas para o desenvolvimento de sistemas de base de dados hipertextuais.

Um dos nomes que não pode ser esquecido quando tratamos de hipertexto é Theodor Nelson, pois é a ele que atribuímos o crédito da criação do termo. Filósofo e sociólogo envolvido com pesquisas na área de programação de computadores, Nelson diz ter criado o termo hipertexto (*hypertext*) em 1962, a partir do vocabulário matemático, em que o prefixo “hiper” significa estendido e generalizado, e que foi influenciado pela noção de hiperespaço (o espaço com quatro ou mais dimensões) (BARDINI, 1997).

No princípio, o hipertexto de Nelson designava uma ferramenta que permitia ao autor revisar, comparar, alterar ou desfazer seu texto facilmente. Neste sentido seu trabalho parece estar mais relacionado com o desenvolvimento de um processador de texto, como o *Word* que conhecemos hoje. Contudo suas idéias são mais abrangentes que isso.

Theodor Nelson via o hipertexto como alternativa para a linearidade imposta às idéias pelos meios tradicionais, como os livros e os sistemas de catalogação e indexação. A partir da descrição do Memex de Bush, formulou uma conceituação de hipertexto como uma rede de itens ligados por trilhas associativas. Com Xanadu⁸, seu grande projeto, aspirava criar uma rede de edição hipertextual instantânea e universal.

Assim, para Nelson o termo hipertexto exprime na sua essência o sonho de manter os pensamentos em sua estrutura multidimensional e não seqüencial, desta forma define:

As idéias não precisam ser separadas nunca mais (...) Assim, eu defino o termo hipertexto simplesmente como escritas associadas não-sequenciais conexões possíveis de se seguir oportunidades de leitura em diferentes direções (NELSON, 1992, p.161)

Para Theodor Nelson, o hipertexto possibilita novas formas de ler e escrever, um estilo não linear e associativo, em que a noção de texto primeiro, original cai por terra. Para o

⁸ “Milhões de pessoas poderiam utilizar Xanadu, para escrever, se interconectar, interagir, comentar os textos, filmes e gravações sonoras disponíveis na rede, anotar os comentários, etc... Xanadu, enquanto horizonte ideal e absoluto do hipertexto, seria uma espécie de materialização do diálogo incessante e múltiplo que a humanidade mantém consigo mesma e com seu passado.” (LÉVY, 1993, p.29)

autor, hipertexto é o conjunto de informações textuais, podendo estar combinadas com imagens (animadas ou fixas) e sons, organizadas de forma a permitir uma leitura (ou navegação) não linear, baseada em indexações e associações de idéias e conceitos, sob a forma de *links*, os quais agem como portas virtuais que abrem caminhos para outras informações.

Apesar de o termo hipertexto ter sido criado por Theodor Nelson, precisamos lembrar que foi Douglas Engelbart (também conhecido como o inventor do editor de texto, do sistema de visualização por janelas e do *mouse*) quem primeiro desenvolveu um sistema hipertexto realmente operacional (ELLIS, 1990, p. 103).

Durante a época dos trabalhos de Engelbart, na década de 50, a informática era considerada pelo seu potencial para automatizar cálculos e não pelas suas possibilidades como tecnologia intelectual. Para Lévy (1993, p. 51), Engelbart foi um dos participantes mais ativos da discussão sobre o uso social da informática. Seu trabalho se guiava pelo objetivo de criar, entre o indivíduo e o computador, um ambiente comunicacional intuitivo, metafórico e sensório-motor.

Para Engelbart o sistema computacional poderia ser um poderoso aliado para a ampliação (*augment*) do intelecto humano. Porém para que isso acontecesse, seria necessária uma evolução paralela do computador e do ser humano, como uma simbiose, em que as duas entidades se desenvolvem conjuntamente, na direção de um melhor desempenho do conjunto.

Com o desenrolar do movimento histórico que cerca a criação do hipertexto notemos que a idéia central de hipertexto não é nova. Ao desencadear processos como a associação, a ligação, o vínculo entre pensamentos, conceitos, textos, compartilhados a partir de um mesmo contexto físico-temporal, notemos que tais processos podem ser detectados em várias outras instâncias, fora do âmbito computacional. Temos como exemplos os trabalhos científicos que contam com as referências bibliográficas e o índice, ou então, as intervenções individuais nos debates, em que cada qual pode mudar o rumo da discussão, ou até mesmo um simples diálogo, em que os participantes seguem trilhas associativas de informações, conforme o interesse e a expectativa que os une naquele momento, todos estes exemplos trazem indícios de hipertexto. Na essência de um sistema hipertextual, podemos detectar semelhanças com aqueles processos que extrapolam a linearidade e acionam redes de significados.

É por extrapolar a linearidade e se caracterizar pelo “pluri” aparentando por entre as redes de significações a existência de um sujeito “livre” que tem “vontades” e “escolhas” é

que sentimos a necessidade da aproximação da Análise do Discurso ao hipertexto. Quando nos colocamos diante de uma palavra, uma rede de associações se forma em nossa mente configurando um mapa abrangente de idéias conceitos e impressões. Porém, de acordo com os parâmetros da AD, é a posição-sujeito diante de uma formação discursiva dada que restringe a amplidão dos sentidos possíveis, selecionando e indicando o caminho a seguir, antes que nos deixemos perder no emaranhado de possibilidades disponíveis dispostas a partir de inúmeros *links*. Ou seja, conforme Pêcheux

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência as formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (PÊCHEUX, 1975⁹, p.160)

Portanto, por maior que sejam as “teias” de possibilidades de acesso no hipertexto, a navegação não é aleatória e muito menos se trata de escolhas livres, pelo contrário, cada clique é determinado de acordo com a FD em que o sujeito leitor se inscreve para construir um nó próprio de sentidos, mesmo que para isso, muitos “cliques” perpassem sentidos contrários aos saberes dominantes da FD a que este sujeito se inscreve, afinal é preciso conviver com o diferente para poder tomar posição.

Quanto à questão de significação, Lévy (1993, p. 23) utiliza a metáfora do hipertexto para caracterizar o fecundo momento da comunicação, onde os agentes remodelam constantemente os universos de sentidos. Para ele a função da comunicação não se restringe apenas à transmissão de informação. Esta configuração esquemática e simplificadora só serve para fins de modelização em estudos científicos. Comunicação é também sinônimo de ação e neste sentido pode ser entendida como um jogo, em que o contexto compartilhado entre os parceiros é, a todo o momento, redefinido, recomposto, rearticulado e transformado. O hipertexto segundo Lévy (1993, 25) se aplica a todos os processos socio-técnicos e a todas as esferas da realidade intermediadas pelo jogo de significações. É a partir desta constatação que o autor propõe seis princípios para caracterizar uma rede hipertextual:

- *Princípio de metamorfose*

Conforme Lévy, “a rede hipertextual está em constante construção e renegociação. Ela pode permanecer estável durante certo tempo, mas esta estabilidade é em si mesma fruto de um trabalho”. Sua extensão, sua composição e seu desenho estão permanentemente em jogo para os atores envolvidos, sejam eles humanos, palavras, imagens, traços de imagens ou de contexto, objetos técnicos, componentes destes objetos.

⁹ Nesta dissertação usaremos a edição brasileira do ano de (1988).

- *Princípio de heterogeneidade*

Os nós e conexões de uma rede hipertextual são heterogêneos. Na memória serão encontradas imagens, sons, palavras, diversas sensações, modelos, etc, e as conexões serão lógicas, afetivas, etc. Na comunicação, as mensagens serão multimídias, multimodais, analógicas, digitais. O processo sociotécnico colocará em jogo pessoas, grupos, artefatos, forças naturais de todos os tamanhos, com todos os tipos de associações que pudermos imaginar entre estes elementos. Ao sublinhar a heterogeneidade na composição dos nós/significados, Lévy chama atenção para a diversidade das conexões que podem ser estabelecidas entre dois temas ou objetos.

- *Princípio de multiplicidade e de encaixe das escalas*

O hipertexto se organiza de modo ‘fractal’, ou seja, qualquer nó ou conexão, quando analisado, pode revelar-se como sendo composto por toda uma rede, e assim por diante indefinidamente, ao longo da escala dos graus de precisão. No nosso entender este princípio é fundamental para a abertura do hipertexto, ou seja, a cada clique do usuário haverá uma expansão das dimensões hipertextuais.

- *Princípio de exterioridade*

A rede não possui unidade orgânica, nem motor interno. Seu crescimento e sua diminuição, sua composição e sua recomposição permanentes dependem de um exterior indeterminado: adição de novos elementos, conexões com outras redes. O princípio de exterioridade pretende caracterizar a permanente abertura da rede hipertextual e do conhecimento em construção. Na visão de Lévy, não existe dentro, só existe fora, o que também pode significar que não existe fora: interior e exterior não são nitidamente determinados, estabelecendo-se, tópica e momentaneamente, fronteiras móveis.

- *Princípio de topologia*

Na rede tudo funciona por proximidade, por vizinhança. Nela, o curso dos acontecimentos é uma questão de topologia, de caminhos. Não há espaço universal homogêneo onde haja forças de ligação e separação, onde as mensagens poderiam circular livremente. Tudo que se desloca deve utilizar-se da rede hipertextual tal como ela se encontra, ou então será obrigado a modificá-la. A rede não está no espaço, ela é o espaço. Um espaço de representações vitais onde se estreitam e se multiplicam as conexões biológicas que

entretecem o conhecimento, realçando o significado da expressão “ecologia cognitivas” criada por Lévy.

- *Princípio de mobilidade dos centros.*

A rede não tem centro, ou melhor, possui permanentemente diversos centros que são como pontas luminosas perpetuamente móveis, saltando de um nó a outro, trazendo ao redor de si uma ramificação infinita de pequenas raízes, rizomas, finas linhas brancas esboçando por instante um mapa qualquer com detalhes delicados, e depois correndo para desenhar mais à frente outras paisagens do sentido.

Em resumo, as seis características da rede hipertextual alinhavadas por Lévy, quais sejam a permanente metamorfose, a heterogeneidade das conexões, a fractalidade, o intrincamento interior/exterior, a proximidade topológica e o acentrismo constituem a teia básica a partir da qual a idéia de rede deve ser tecida.

Estes seis princípios lhe permitem afirmar que o hipertexto pode ser definido como

Um conjunto de nós ligados por conexões. Os nós podem ser palavras, páginas, imagens, gráficos ou parte de gráficos, seqüências sonoras, documentos complexos que podem ser eles mesmos hipertextos. Os itens de informação não são ligados linearmente, como uma corda com nós, mas cada um deles, ou a maioria, estende suas conexões em estrela, de modo reticular. (LÉVY, 1993, p.33)

Ainda, para Lévy (1996), o hipertexto, configurado em redes digitais, desterritorializa o texto, deixando-o sem fronteiras nítidas, sem interioridade definível. Esse texto assim constituído é dinâmico, está sempre por ser feito, o que implica, da parte do leitor, um trabalho infinito de organização, seleção, associação, contextualização de informações e, conseqüentemente, de expansão textual uma vez que os textos constitutivos dessa grande rede estão contidos em outros e também os contêm.

No contexto tecnológico atual, hipertexto se confunde com hipermissão, ao evocar uma multiplicidade de meios e sentidos, sem os quais não poderia se realizar eficientemente. Landow (1992) não faz distinção significativa entre hipertexto e hipermissão. Para o autor, hipermissão estende a noção de hipertexto para além do “simplesmente” verbal, porque as conexões não acontecem somente entre textos ou trechos de textos, mas também entre informação visual, som, animação e outras formas de apresentação de dados. Landow (1992) define o que pode ser chamado de hipertexto computacional como o “*texto composto de blocos de palavras (ou imagens) ligadas eletronicamente por múltiplos caminhos, correntes ou trilhas, numa ilimitada e inacabada textualidade, descrita em termos de links, nódulos,*

rede, teia e trilhas.” (tradução nossa) Para Landow (1992) o hipertexto põe em cheque: seqüências fixadas com começo e fim definidos, uma estória de certa magnitude definida e a concepção de unidade associada a esses conceitos. Na narrativa hipertextual, o autor oferece múltiplas possibilidades através das quais os próprios leitores constroem sucessões temporais e escolhem a trajetória de leitura realizando saltos com base em informações referenciais.

Esta definição, lembra Landow, vai ao encontro do que Roland Barthes imaginou como sendo o texto ideal,

“...as redes são muitas e interagem, sem que nenhuma delas seja capaz de suplantando o resto; este texto é uma galáxia de significados, não uma estrutura de significados; ele não tem começo; ele é reversível; nós ganhamos acesso a ele por diversas entradas, nenhuma delas pode ser, autoritariamente, declarada a principal; os códigos que mobiliza se estendem tão longe quanto os olhos podem alcançar, eles são indeterminados...; os sistemas de significações podem controlar este texto absolutamente plural, mas suas possibilidades não são nunca fechadas, pois são baseadas na infinidade da linguagem.” (BARTHES *apud* LANDOW, 1992) (tradução nossa)

Além do trabalho de Barthes, Landow resgata o conceito foucaultiano de texto, onde os termos “redes” e “*links*” se fazem presentes, aproximando-se da essência do hipertexto eletrônico. Em *Arqueologia do Saber*, Foucault denuncia que as

“as margens de um livro jamais são nítidas nem rigorosamente determinadas: além do título, das primeiras linhas e do ponto final, além de sua configuração interna e da forma que lhe dá autonomia, ele está preso em um sistema de remissões a outros livros, outros textos, outras frases: nó em uma rede. (...) Por mais que o livro se apresente como um objeto que se tem na mão; por mais que ele se reduza ao pequeno paralelepípedo que o encerra: sua unidade é variável e relativa. Assim que a questionamos ela perde sua evidência; não se indica a si mesma, só se constrói a partir de um campo complexo de discursos.” (FOUCAULT, 2005, p. 26)

Tanto Barthes quanto Foucault exploram a noção de rede e de teia, para falar da textualidade, ou melhor, da intertextualidade, que cerca o discurso, a linguagem e o pensamento humano. Essas imagens (teia, rede, nós interligados, trilhas etc.) refletem a representação geométrica da constituição do sistema hipertexto.

Portanto, caracterizando o texto impresso como um fluxo aparentemente linear, temos no hipertexto computacional a quebra constante dessa linearidade em unidades ou blocos de informação. O texto eletrônico sempre é variável, nenhuma versão, nenhum estado é definitivo. Efetivamente dinâmico, o texto digital é atualizável, reconfigurável, disperso. E é nessa característica da dispersão que encontramos o cerne da transição do texto impresso para a digitalização: abandonada a inalterabilidade, perde-se a noção de texto unitário, sectário e autônomo. Há, no hipertexto, uma variação, uma dispersão fundamental que fazem com que

toda a herança de atomização dos sentidos, passe a ser vista em sua ineficácia, em virtude das conexões possíveis de serem *linkadas*.

Essas conexões, ativadas por meio de um clique do *mouse*, permitem ao leitor mover-se através do grande texto, descobrindo e seguindo pistas que são deixadas em cada nó. É por essa razão que o hipertexto não é feito para ser lido do começo ao fim, mas, sim, por meio de buscas, descobertas e “escolhas”¹⁰, destacando que a sua estrutura flexível e o acesso não linear permitem buscas divergentes e caminhos múltiplos no interior do hipertexto.

Cada nó corresponde a uma ou mais exibições de tela. Os nós são denominados de maneira diferentes conforme o sistema :

- molduras (*KML*)
- roteiros (*AUGMENT*)
- artigos (*HyperTIES*)
- documentos ou objetos (*GUIDE*)
- cartões (*NOTECARD* e *HyperCARD*)

Portanto, pode-se dizer que, embora não exista um modelo padrão de nó, ele descreve geralmente um único conceito ou tópico de modo a ser autocontido, não dependendo da leitura prévia de outros nós. Daí, poder afirmar que a continuidade entre os nós é fornecida pelas ligações. Alguns sistemas permitem nós de diferentes tipos, como referências, anotações e ilustrações. São geralmente indicados por diferentes cores, tipos de caracteres (fontes) ou ícones. As ligações podem produzir diferentes resultados:

- transferir para um novo tópico;
- mostrar uma referência;
- fornecer informações adicionais: como nota de rodapé, definição ou anotação;
- exibir uma ilustração, esquema, foto, definição ou seqüência de vídeo;
- exibir um índice;
- executar outro programa de computador, como, por exemplo, programa de entrada de dados ou rotinas de animação.

¹⁰ Lembramos que de acordo com os pressupostos da AD as escolhas são, na verdade, determinações ideológicas e não escolhas livres e conscientes.

- a estrutura de um hipertexto determina e descreve o sistema de ligações ou relacionamentos entre os nós ou unidades de informação. Ela deve refletir a estrutura organizacional do assunto relacionado a uma rede semântica.

A não linearidade do hipertexto é apontada como a vantagem desse sistema sobre os documentos impressos. O hipertexto é um paradigma unificador para a diversidade atual, em que cada tarefa ou material requer uma ferramenta independente. O modelo hipertexto oferece capacidade tanto para aumentar a qualidade da informação heterogênea, quanto para facilitar seu uso, por meio de ferramentas consistentes para apresentação e manipulação.

A partir da concepção de hipertextualidade descrita ao longo deste trajeto, constatamos que ela revela o heterogêneo e / , / por isso mesmo, a falência do texto tradicionalmente lógico, acabado, fechado em si. As infinitas possibilidades de conexões entre trechos de textos e textos inteiros favorecem a flexibilização das fronteiras textuais. Por esta razão, os *hiperlinks* podem ser considerados a base da hipertextualidade por adotarem como função o papel de vínculos eletrônicos que permitem a amarração entre vários textos, possibilitando uma rede de sentidos contínuos, sendo a materialidade hipertextual uma deriva constante, em que os sentidos estão sempre em curso. Este é o ponto fundamental de sustentação desse ideal de textualidade. Por isso, a ausência de centro, o efeito de incompletude e o não fechamento são inerentes ao hipertexto, tendo em vista seu caráter multidimensional, multidirecional e eminentemente interpretativo enquanto espaço simbólico.

Neste meio hipertextual de sentidos múltiplos, convocamos a noção de webjornalismo para ser tema de nossa próxima seção, por termos como curiosidade de investigação a materialidade constituída a partir do blog jornalístico, e, para isso, faz-se necessário entender um pouco mais da constituição do jornalismo no Brasil .

2.2.1 DO JORNALISMO IMPRESSO AO WEBJORNALISMO

A Humanidade sempre buscou formas de encontrar mecanismos que lhe dessem uma melhor sustentação ao processo de efetivação da comunicação. Durante os últimos cinco séculos o homem vem testemunhando crescentes evoluções. Desde que Gutenberg imprimiu, em 1455, a Bíblia, a era da comunicação começou a traçar novos rumos, passando pelo surgimento da imprensa, a criação do Linotipo, a computação eletrônica e a substituição da

impressão tipográfica pela impressão em *off-set* que permitiram, no século XX, a transformação dos jornais em grandes empresas, gerando mais agilidade e precisão na qualidade escrita.

Segundo Sodré (1999), a história da imprensa brasileira se confunde com a própria história do desenvolvimento da sociedade capitalista, cujos interesses voltavam-se à política, pois, nessas lutas por poder a imprensa era usada como veículo de dominação da sociedade.

O período que antecedeu a independência é marcado por jornalistas e políticos que prestaram grandes serviços a essa causa. Uma vez a independência estabelecida, o foco jornalístico esteve voltado para a proclamação da república, porém as condições para o estabelecimento de uma imprensa livre no Brasil ainda era uma questão de difícil alcance. Dessa forma, a consolidação da imprensa no Brasil, a busca da sua identidade, da sua linguagem e sua liberdade, fora constante e diretamente influenciada pelos entraves e acontecimentos políticos. Nessa fase, muitos jornalistas eram também políticos.

A imprensa brasileira buscava sua identidade neste meio turbulento, e como, o discurso político era o que prevalecia, ditava então, as condições e os rumos da sociedade, regulada pelo capitalismo. Nessa perspectiva, as opiniões eram fortemente marcadas pela escrita, deixando traços no discurso jornalístico que hoje podem ser apreendidos a partir do trabalho da memória discursiva.

Com certa estabilidade republicana e o declínio da imprensa política que passa a servir aos interesses dos grandes latifundiários, os jornais passam a incorporar o discurso literário. Isso se deu na virada do século XIX para o XX em que muitos escritores escreviam para os jornais, havendo dessa forma, uma aproximação entre jornalismo e literatura e, conseqüentemente, as influências de um sobre o outro. Quase sempre as quatro habilidades andam juntas: o literato é jornalista, é orador e é político (SODRÉ, 1999, p.212).

O fato histórico de o jornalismo aproximar-se da literatura, ou fazer-se através de literatos, é um acontecimento que constrói sentidos, produz memória e possibilita, inclusive, que os sentidos sobre o homem das letras sejam “transferidos” para os sujeitos jornalistas. Ou seja, é possível perceber no jornalismo as principais características do literato que migrou para o universo discursivo do jornalismo e levou consigo a habilidade com a escrita.

Com a sociedade caminhando para o capitalismo a imprensa segue o mesmo rumo, esta deixa de ser artesanal, com os jornais “fundo de quintal”, os pasquins, folhetins etc, com produção “livre” e individual, e passa a ter estrutura empresarial com inovações tecnológicas,

com produções em grande escala, estando estas – as empresas, nas mãos de latifundiários, do Estado e do capital comercial.

Se a passagem da imprensa artesanal para industrial acarretou uma inovação na produção tecnológica, logicamente, isso influiria na linguagem, identidade do jornalismo e no perfil do jornalista, exigindo uma nova forma de o jornalista se posicionar em seu campo. O caráter primordial dessa nova forma de fazer jornalismo preza a “objetividade”, a “racionalidade”, o “caráter científico” fazendo com que o jornalista seja “portador da verdade”¹¹, e portanto, que desmistifique e traga à tona conhecimentos produzidos. (THOMPSON, 2002).

Segundo o autor recém citado, o conceito de objetividade refere-se à idéia de que o jornalista retrata a realidade de forma imparcial, observadores independentes, separáveis da realidade social que eles noticiam; que a verdade ou o conhecimento dependem da neutralidade do observador/jornalista em relação ao objeto de estudo. O novo Manual de Redação da Folha de São Paulo assim define a questão da objetividade:

Objetividade - Não existe objetividade em jornalismo. Ao redigir um texto e editá-lo, o jornalista toma uma série de decisões que são em larga medida subjetivas, influenciadas por suas posições pessoais, hábitos e emoções. Isso não o exime, porém, da obrigação de procurar ser o mais objetivo possível. Para retratar os fatos com fidelidade, reproduzindo a forma em que ocorreram, bem como suas circunstâncias e repercussões, o jornalista deve procurar vê-los com distanciamento e frieza, o que não significa apatia nem desinteresse. Consultar os colegas na Redação e procurar lembrar-se de fatos análogos ocorridos no passado são dois procedimentos que podem auxiliar na ampliação da objetividade possível. (Manual de Redação da FSP, 1987, p.34).

Dessa forma, a construção da identidade do sujeito jornalista, sentidos ligados ao campo da ciência, como a precisão e o rigor, passam a circular na comunidade possibilitando, assim, uma aproximação entre o homem da ciência e o jornalista.

No início do século XX, o jornalismo impresso passa a concorrer com diferentes meios eletrônicos: o rádio e a televisão. Hoje o jornalismo, em sua grande maioria, é disponibilizado a partir de um veículo que sintetiza todas as mídias, vinculando informações quase que ao vivo em suporte eletrônico com vantagens visuais da TV, a mobilidade do rádio e o poder do registro escrito, inserindo-se na era da internet.

¹¹ Enquanto analista de discursos acreditamos ser a objetividade, a racionalidade o caráter científico, meros efeitos da ilusão a que se faz necessária ao sujeito, já que por ser assujeitado e interpelado ideologicamente o sujeito não é por completo consciente, não tem escolhas livres e, muito menos, consegue manter-se isento a posicionamentos.

Com a democratização da internet, praticamente todos os jornais do país passaram a fazer parte do sistema www, vinculando edições online. Este modelo de jornalismo agitou o mercado profissional e fez com que os profissionais da área se adequassem para alimentar os sites com notícias de fluxo contínuo, com uma média de novas atualizações a cada quatro minutos.

Num mundo eletronicamente globalizado, em que os textos e imagens digitais vêm ocupando cada vez mais espaço, o jornalista e a sua equipe são desafiados a produzir um discurso processado e a emitir não apenas informações, e sim suas próprias interpretações. Para tanto, se constituem como profissionais multimídias habilitados a lidar com as linguagens do rádio, da TV e do jornal para dar conta de manter no ar um site informativo e atualizado.

Se no jornal impresso a produção da notícia corre atrás do tempo, procurando novas informações, checando as fontes, digitalizando, revisando até que a notícia possa ser impressa e esteja nos jornais do dia seguinte, com o jornalismo digital, a captação e emissão da notícia passa por um processo muito mais ágil, pois a mídia digital requer pressa, o jornalista precisa sair na frente com “jatos” de informação, com pedaços de notícia, com atualizações constantes concomitantemente ao acontecimento dos fatos. Munidos de câmeras digitais, celulares, *notebook*, etc, o repórter e sua equipe transformam-se em unidade geradora de texto e imagem, de modo que o leitor não apenas receba o cenário dos fatos, mas sim o texto com dados, detalhes, números, que lhe expliquem tudo o que se passa quase que instantaneamente.

O webjornalismo funda uma ideologia comunicacional em que todos dividem um hipertexto, formado por interconexões generalizadas, que se auto-organizam e se realimentam continuamente. Pode ser definido como um conjunto vivo de informações em que tudo está em contato com tudo. A partir da hipertextualidade, a *web* tenta colocar a memória de tudo dentro da memória de todos, numa malha de milhões de páginas indexadas.

Como um veículo sintetizador das demais mídias,¹² o jornalismo digital requer uma linguagem fácil, clara, eficiente e concisa, pois precisa prender a atenção do internauta e arremessá-lo para o “leia mais” em “janelinhas” de outros *hiperlinks*. Com as constantes evoluções na forma de comunicar, o leitor do texto jornalístico, de acordo com Campos (2005), foi se tornando mais seletivo e exigente conforme a disposição maior de meios de

¹² Vale ressaltar que mesmo sintetizando as demais mídias não se dispõe a aniquilá-las, pois se configura com uma dimensão comunitária que interage com os demais meios pelo fato de que as emissoras de televisão e de rádio são os pólos de onde partem as informações para posteriormente serem distribuídas pela *web*.

comunicação à sua disposição. O leitor cobra, cada vez mais, seriedade dos jornais e se torna mais exigente quando o assunto é aumentar o seu horizonte de expectativa e conforme o que aconselha a Teoria da Estética da Recepção, o jornalismo digital deve levar em conta o leitor como sujeito da informação, ou seja, como determinante do próprio contexto produtor do discurso.

Com um público leitor composto especialmente por jovens, esse jornalismo é adequado aos tempos modernos e busca informar leitores com boa informação intelectual que querem saber tudo ao mesmo tempo e não esperam a edição de papel do dia seguinte para saber o que acontece no mundo.

Como não bastasse tais evoluções para o meio jornalístico, tanto do meio quanto do leitor, o jornalismo precisou criar uma nova estrutura e se adequar às evoluções da *Web 2.0* adotando uma nova saída que leva aos atuais *blogs* jornalísticos.

2.3 WEB 2.0

Em abril de 2000 houve uma grande crise no mercado da internet, com a quebra de várias empresas ocorreu o então chamado estouro da bolha¹³. Apesar disso, nos anos seguintes, a internet tornou-se cada vez mais importante do ponto de vista econômico e midiático. O termo *Web 2.0* foi usado pela primeira vez em Outubro de 2004 pela *O'Reilly Media* e pela *MediaLive International* como nome de uma série de conferências sobre o tema, popularizando-se rapidamente a partir de então. A denominação *Web 2.0* deve-se a uma constatação de que as empresas que conseguiram se manter através da crise da internet possuíam características comuns entre si, o que criou uma série de conceitos agrupados. A *Web 2.0* surgiu para designar uma segunda geração de comunidades e serviços baseados na plataforma *Web*, como wikis, aplicações baseadas em *folksonomia* e redes sociais. Embora o

¹³ De acordo com o disposto na Wikipédia (2007) o termo, originalmente aplicado a empresas exclusivamente virtuais, a exemplo da Submarino *ponto com*, passou a ser usado para se referir não só às companhias que iniciaram a comercialização de produtos e serviços na web, mas também para mencionar as empresas que são hoje referência neste canal de vendas, ainda que não sejam exclusivamente virtuais, como por exemplo, as Lojas Americanas, tradicional varejista no Brasil.

As empresas *ponto com* foram uma coleção de companhias recém-criadas no auge da exploração comercial da Internet, que comercializavam, em sua maioria, produtos ou serviços relacionados de alguma maneira com a Internet. Elas proliferaram na explosão dot-com (*dot-com boom*) do final da década de 1990, um frenesim de investimentos especulativos na Internet e em tecnologias, empresas e ações com ela relacionadas. O nome deriva do fato que várias dessas empresas tenham o sufixo TLD “.com” em seus nomes. Tudo isso veio a consolidar no dito “estouro da bolha” em abril de 2000, com bastante impacto na Bolsa de Valores (NASDAQ).

termo tenha uma conotação de uma nova versão para a *Web*, ele não se refere à atualização nas suas especificações técnicas, mas a uma mudança na forma como ela é encarada por usuários e desenvolvedores.

Tim O'Reilly, em entrevista ao site alemão “Spiegel Online”, e editado no Brasil por Gilberto Jr no portal G1 (2006, online) disse que já foram usados diversos nomes para o que hoje chamamos de *Web 2.0*, como *infoware*, *the internet operating system*, e *the open source paradigm shift*, mas que só *Web 2.0* realmente *pegou*. Com o amadurecimento dos conceitos que antes recebiam outros nomes. Em artigo publicado por Tim O'Reilly (2005, online) temos a definição sucinta do termo: “*Web 2.0 is the move to the internet as platform, and an understanding of the rules for success on that new platform. First among those rules is building applications that harness network effects to get better the more that people use them.*”¹⁴

A “nova fase” da internet nada tem a ver com forma, mas com conteúdo. E também não se trata de uso intensivo de tecnologia, mas de interação na comunicação. O que os teóricos da comunicação, como Pierre Lévy, perceberam é que as ferramentas que temos hoje nos permitem uma interação maior, em um modelo de “muitos para muitos”, só que sem as fronteiras físicas.

A *Web 2.0* vem derrubando diversos paradigmas há tempo instituídos pela comunicação. As transformações extrapolam as fronteiras da internet e começam a invadir o cotidiano. Talvez, a mutação mais consistente seja a reconstrução do “*Flow Comunicativo*” que, de fato, já está ocorrendo. Entende-se como “*flow comunicativo*” o fluxo que a comunicação percorre entre o emissor e o receptor.

A comunicação dita tradicional (TV, rádio, mídia impressa) comporta a relação emissor-receptor como unilateral, ou seja, o emissor desenvolve a mensagem e a transmite através de algum meio utilizado como canal comunicativo. O receptor, por sua vez, tem uma atuação passiva e apenas consome a mensagem. Com a introdução da *Web 2.0* essa relação está sendo totalmente remodelada.

¹⁴ Em “Web 2.0 é a mudança para uma internet como plataforma, e um entendimento das regras para obter sucesso nesta nova plataforma. Entre outras, a regra mais importante é desenvolver aplicativos que aproveitem os efeitos de rede para se tornarem melhores quanto mais são usados pelas pessoas”.

Tudo começa quando o emissor deixa de ser o “dono da verdade”, pois, o receptor além de consumir interage e participa da mensagem. Acaba assim, a ditadura comunicativa.

Os *Blogs* são um excelente exemplo dessa nova relação. A partir de um texto publicado em um *blog*, o receptor pode participar da comunicação questionando o emissor. Assim, a relação unilateral, antes predominante, torna-se bilateral e circular, pois, geralmente, ao questionar, o emissor responde ao receptor e a mensagem nunca termina, está sempre sendo discutida. Assim funciona a *Web 2.0* totalmente voltada e desenvolvida para democratização da comunicação.

Mas é preciso ressaltar que a *Web 2.0* é uma evolução natural, um nome dado à consolidação de um processo que vem desde a criação da internet. Nenhuma das regras citadas por Tim e por outros “gurus” da *Web 2.0* é novidade, conforme constata Gilberto Jr.(2007, online) “o aproveitamento da inteligência coletiva, *Web services*, participação do usuário, *longtail*, *rich user experience*, entre tantos outros conceitos - tudo isso existe desde muito antes do termo *Web 2.0* ter sido criado para se referir a isso”.

Vejamos o quadro disposto no artigo de O’Reilly (2005, online) que define a *Web 2.0* a partir das referências utilizadas que já existiam muito antes do termo:

Web 1.0		Web 2.0
DoubleClick	-->	Google AdSense
Ofoto	-->	Flickr
Akamai	-->	BitTorrent
Mp3.com	-->	Napster
Britannica Online	-->	Wikipedia
Sites pessoais	-->	<i>Blogs</i>
Evite	-->	Upcoming.org e EVDB
Domain Name especulação	-->	Buscador otimização
Visitas	-->	Custo por clique
Tela raspagem	-->	Web services
Publicando	-->	Participação
Sistemas de gerenciamento de conteúdo	-->	Wikis
Diretórios (taxonomia)	-->	Codificação ("folksonomie")
Colante	-->	Sindicação

O’Reilly (2006, online) sugere algumas regras que ajudam a definir sucintamente a *Web 2.0*:

- **O beta perpétuo** - não trate o software como um artefato, mas como um processo de comprometimento com seus usuários. Na *Web 2.0* acabaram-se os ciclos de lançamento de

programas. Os programas são corrigidos, alterados e melhorados o tempo todo, e o usuário participa deste processo dando sugestões, reportando erros e aproveitando as melhorias constantes. Em oposição ao que acontece com softwares tradicionais, em caixas, com instaladores e dependentes de um sistema operacional, aplicativos *Web* podem ser atualizados de forma constante, linear e independente da ação do usuário final. No caso de atualizações de segurança e desempenho, por exemplo, o usuário da aplicação seria imediatamente beneficiado sem mesmo tomar conhecimento.

- **Pequenas peças frouxamente unidas** - abra seus dados e serviços para que sejam reutilizados por outros usuários. Reutilize dados e serviços de outros sempre que possível.
- **Software acima do nível de um único dispositivo** - não pense em aplicativos que estão no cliente ou servidor, mas desenvolva aplicativos que estão no espaço entre eles.
- **Lei da Conservação de Lucros, de Clayton Christensen** - lembre-se de que em um ambiente de rede, APIs abertas e protocolos padrões vencem, mas isso não significa que a idéia de vantagem competitiva vá embora.
- **Dados são o novo “Intel inside”** - a mais importante entre as futuras fontes de fechamento e vantagem competitiva serão os dados, seja através do aumento do retorno sobre dados gerados pelo usuário, sendo dono de um nome ou através de formatos de arquivo proprietários.

Com o advento da *Web 2.0* começaram-se a desenvolver softwares que são usados pela internet e vendidos não em pacotes mas como serviços, pagos mensalmente como uma conta de água. Além disso, mudou-se a forma de fazer softwares. Para que tudo funcionasse bem na internet, foi necessário a união de várias tecnologias (como AJAX¹⁵) que tornassem a experiência do usuário mais rica, com interfaces rápidas e muito fáceis de usar.

Definiu-se então, conforme dados em artigo na Wikipédia (2007, online), que quanto mais simples e modular a programação, melhor. Assim é fácil tirar ou acrescentar uma funcionalidade ou compartilhar uma parte do seu software com outro software. Os módulos podem ser reutilizados em diversos softwares ou compartilhados para serem usados por programas de terceiros. Desta forma, os softwares são desenvolvidos de modo que fiquem

¹⁵ Definição na wikipédia para o termo **AJAX** (acrônimo em língua inglesa de **Asynchronous Javascript And XML**) é o uso sistemático de tecnologias providas por navegadores, como Javascript e XML, para tornar páginas mais interativas com o usuário, utilizando-se de solicitações assíncronas de informações. AJAX não é somente um novo modelo, é também uma iniciativa na construção de aplicações web mais dinâmicas e criativas. AJAX não é uma tecnologia, são realmente várias tecnologias conhecidas trabalhando juntas, cada uma fazendo sua parte, oferecendo novas funcionalidades.

melhores quanto mais são usados, pois os usuários podem ajudar a torná-lo melhor. Por exemplo, quando um usuário avalia uma notícia, ele ajuda o software a saber qual notícia é a melhor. Da mesma maneira, quando um usuário organiza uma informação através de marcações, ele ajuda o software a entregar informações cada vez mais organizadas. Ou então, como é o caso de arquivos de trocas como o Emule, por exemplo, o qual tem por princípio a troca entre usuários de documentos, músicas, vídeos, etc. e quanto mais arquivo o usuário disponibilizar para troca melhor será o desempenho do software para baixar o que deseja.

A *Web 2.0*, segundo wikipédia (2007, online), propõe uma experiência de uso semelhante à de aplicativos para desktop¹⁶, frequentemente fazendo uso de uma combinação de tecnologias surgidas no final da década de 1990, que incluem *Web services APIs* (1998), *AJAX* (1998), *Web syndication* (1997), entre outras. Estas tecnologias aumentaram a velocidade e a facilidade de uso de aplicativos *Web*, sendo responsáveis por um aumento significativo no conteúdo (colaborativo ou meramente expositivo) existente na internet. Estas também permitiram que usuários comuns, que até então não possuíam conhecimentos necessários para publicar conteúdo na internet - pela ausência de ferramentas de uso simplificado - publicassem e tivessem acesso a informação de forma rápida e constante. Notadamente têm-se os *blogs* e *wikis* como expoentes desta massificação.

O conteúdo dos *websites* também sofreu um enorme impacto com a *Web 2.0*, dando ao usuário a possibilidade de participar, geralmente gerando e organizando as informações. Mesmo quando o conteúdo não é gerado pelos usuários, este pode ser enriquecido através de comentários, avaliação, ou personalização. Além do conteúdo editorial e noticioso, na *Web 2.0* o conteúdo de alguns sites visa gerar comunidades, seja através de sites de relacionamento, seja através de comentários em notícias e *blogs*.

Um dos termos muito utilizados para designar como funciona a *Web 2.0* e o *Consumer-Generated Media (CGM)*, simplificando, é um termo utilizado para descrever o

¹⁶ *Desktop*, expressão inglesa oriunda de *desktop publisher* (editor de textos de mesa). São os computadores de mesa, estes que tem tudo separado (rato ou *mouse*, teclado, CPU ou unidade central de processamento, monitor, impressora...), e são os de menor custo. Ou também *desktop*, é o tampo da mesa, onde se apoiam os objetos de trabalho. Esta idéia é metaforicamente usada no meio computacional para denominar a *Área de Trabalho* do usuário, como se a tela ou ecrã do monitor de um computador pessoal representasse a área de trabalhos de um tampo de uma mesa real de escritório. Em meio computacional, uma área de trabalho consiste de um ambiente gráfico adequado ao usuário, onde ele possa abrir algumas janelas de programas e efetuar operações básicas sobre as janelas abertas e sobre o ambiente em si. Há ambientes gráficos (gerenciadores de janelas), que permitem ao usuário ter mais de uma área de trabalho ao mesmo tempo, a permitir-lhe boa distribuição das janelas dos programas abertos entre as áreas de trabalho para uma melhor organização.

conteúdo que é criado e divulgado pelo próprio consumidor. Com o surgimento da internet e o avanço das tecnologias digitais, da mesma maneira que o acesso dos consumidores à informação teve um aumento significativo, aumentou também a facilidade dos consumidores em expressar suas opiniões.

Na internet o CGM está presente em comentários, fóruns, lista de discussões, *blogs* e fotologs, comunidades, grupos, sites participativos, no YouTube¹⁷, na própria Wikipédia¹⁸. Os consumidores utilizam todas as ferramentas disponíveis (Messenger, sites, *blogs*, e-mails, mensagens, celulares, etc.) para divulgar, sobretudo, suas experiências pessoais e opiniões em relação a produtos, serviços, marcas, empresas, notícias.

Assim como acontecia com o boca-a-boca, o CGM tende a ter um maior poder de influência sobre outros consumidores do que as mídias tradicionais (TV, rádio, jornais impressos), pois tendem a passar mais credibilidade. A diferença é que, com a tecnologia disponível, o impacto do CGM é muito maior que o “boca-a-boca”.

Com relação ao conteúdo jornalístico, os impactos da internet nas empresas e práticas jornalísticas foram potencializados com a popularização da *Web 2.0*. O envolvimento de cidadãos comuns, antes considerados meros leitores, na publicação e edição de conteúdos jornalísticos tem se tornado uma prática cada vez mais comum. A esta tendência atribui-se o conceito de Jornalismo Participativo, Jornalismo Cidadão ou mesmo Jornalismo Open-Source. Dentro do Jornalismo Participativo destacamos os *blogs* jornalísticos como tema da próxima sessão.

¹⁷ O YouTube é um site na internet que permite que seus usuários carreguem, assistam e compartilhem vídeos em formato digital. Foi fundado em fevereiro de 2005 por três pioneiros do PayPal, um famoso site da internet ligado a gerenciamento de doações.

¹⁸ Wikipédia é uma enciclopédia multilíngüe *online* livre, colaborativa, ou seja, escrita internacionalmente por várias pessoas comuns de diversas regiões do mundo, todas elas voluntárias. Por ser livre, entende-se que qualquer artigo dessa obra pode ser transcrito, modificado e ampliado, desde que preservados os direitos de cópia e modificações, visto que o conteúdo da Wikipédia está sob a licença GNU/FDL (ou GFDL). Criada em 15 de Janeiro de 2001, baseia-se no sistema *wiki* (do havaiano *wiki-wiki* = “rápido”, “veloz”, “célere”). O modelo *wiki* é uma rede de páginas *web* contendo as mais diversas informações, que podem ser modificadas e ampliadas por qualquer pessoa através de navegadores comuns, tais como o Internet Explorer, Mozilla Firefox, Netscape, Opera, ou outro qualquer programa capaz de ler páginas em HTML e imagens. Este é o fator que distingue a Wikipédia de todas as outras enciclopédias: qualquer pessoa com acesso à Internet pode modificar qualquer artigo, e cada leitor é potencial colaborador do projeto.

2.3.1 O *BLOG*-JORNALÍSTICO

Os *blogs* e a própria Wikipedia são frequentemente mencionados como ícones da *Web 2.0*. Entretanto, conforme descreve a Wikipédia (2007, online), interfaces colaborativas e participativas sempre existiram desde que a internet dava seus primeiros passos (no berço das universidades). Listas e fóruns de discussão - até mesmo a *Usenet*¹⁹ - são exemplos antigos de colaboração e participação. Em 1995 o GeoCities (atualmente pertencente ao Yahoo!) oferecia espaço e ferramentas para que qualquer usuário relativamente leigo construísse seu website e publicasse suas idéias na internet. A loja virtual Amazon desde o seu lançamento (em 1995) permite que seus clientes e visitantes *postem* comentários e informações diversas sobre livros que são vendidos na loja. A Amazon também já sugeria produtos correlatos (“*pessoas que compram este CD também compram...*”) como forma de monetizar ainda mais a operação. Em 1998 o Yahoo! lançava o MyYahoo!, permitindo que a página de entrada do site fosse customizada e personalizada (com notícias, cores e afins) individualmente. Desta forma, o Conteúdo participativo e/ou colaborativo não seria uma idéia nova e revolucionária, surgida na *Web 2.0*. Ao contrário, estes seriam um dos pilares mais antigos da internet, permitindo que virtualmente qualquer indivíduo ou empresa, publique e compartilhe informações na rede. Porém, é com o advento da *Web 2.0* que o conteúdo participativo toma maiores proporções e domina o campo da internet.

O fenômeno dos *weblogs* é relativamente recente. De acordo com Rebecca Blood (2002a, online), a idéia do *weblog* (*websites* “pessoais” ou “temáticos” que são atualizados constantemente), remonta ao início de 1999, quando começaram a aparecer os primeiros *blogs*. Logo, o número começou a aumentar de modo significativo. Os *weblogs* inicialmente eram filtros do conteúdo na internet. Baseavam-se em *links* e dicas de *websites* pouco

¹⁹ Usenet (do inglês *Unix User Network*) é um meio de comunicação onde usuários postam mensagens de texto (chamadas de “artigos”) em fóruns que são agrupados por assunto (chamados de *newsgroups* ou *grupos de notícias*). Ao contrário das mensagens de e-mail, que são transmitidas quase que diretamente do remetente para o destinatário, os artigos postados nos *newsgroups* são retransmitidos através de uma extensa rede de servidores interligados. O surgimento da rede data de 1979 e a maioria dos computadores participantes naquela época se comunicava através de conexões *discadas* por um protocolo chamado de UUCP, mas com a popularização da Internet nas décadas de 80 e 90 o sistema passou a funcionar quase que completamente baseado no protocolo NNTP da família de protocolos TCP/IP. O programa chamado INN é hoje o servidor mais utilizado para conectar as máquinas que fazem parte da rede Usenet.

conhecidos (BLOOD, 2002a, *online*), bem como comentários, ou seja, funcionando, também, como publicação eletrônica, destruindo o mito de que *weblogs* tenham sido criados com a função exclusiva de servirem como diários eletrônicos. O formato *diário* parece ter surgido ao mesmo tempo com igual força, segundo as observações de Blood. O conhecimento da linguagem HTML era uma barreira constante para o aumento do número de usuários, que só foi quebrada com o surgimento das ferramentas dos sistemas baseados na *Web*, como o *Blogger*²⁰ e o *Groksoup*²¹, lançados pela *Pyra*²² em agosto de 1999.

Os *weblogs* originais eram dirigidos por *links*. Cada um era uma mistura de proporções únicas de *links*, comentários e pensamentos e ensaios pessoais. *Weblogs* podiam apenas ser criados por pessoas que já sabiam como fazer um *website*²³.

Passando a classificar-se como diários virtuais, os *blogs* têm recebido as mais variadas atenções. Eles se caracterizam, principalmente, pela forma de micro conteúdo, se organizam cronologicamente e passam por atualizações freqüentes. Os *blogs* são herdeiros das páginas pessoais, com mais dinamismo e mutabilidade. Os blogueiros escrevem sobre os assuntos que mais lhes agradam, podendo um *blog* versar sobre, praticamente, qualquer coisa. Além disso, muitos *blogs* contam com uma ferramenta que permite aos leitores manifestarem-se através de comentários. Enquanto no *blog* apenas o blogueiro pode manifestar-se, na ferramenta de comentários qualquer leitor pode discutir ou argumentar sobre o texto. Uma outra ferramenta importante é o *trackback*, que permite que um determinado assunto discutido em um *post* (bloco de texto) e que também está sendo discutido em outros *blogs*, possa ser referenciado.

Em cada *blog* é comum encontrarmos uma lista de outros *blogs* que o blogueiro lê e recomenda a leitura. Quase como uma “vizinhança” no ciberespaço, conforme afirma Recuero (2003, *online*). Além disso, a ferramenta de comentários permite que o *weblog* seja um espaço de discussão, de interação mútua, capaz de gerar laços sociais e, também, comunidades, são os denominados *webrings*: “utilizamos o termo *webring* para definir círculos de blogueiros que lêem seus *blogs* mutuamente e interagem nesses *blogs* através de ferramentas de comentários” (RECUERO, 2003, *online*). Os *blogs* são *linkados* uns aos outros e formam um anel de interação diária, através da leitura e do comentário dos *posts* que os vários indivíduos, que chegam a comentar os comentários uns dos outros ou mesmo deixar recados para

²⁰ <http://www.blogger.com>

²¹ <http://www.groksoup.com>

²² <http://www.pyra.com>

²³ Referimo-nos aqui à linguagem HTML.

terceiros nos *blogs*. Os comentários tornam aquilo que seria um bloco de texto estático em um conjunto dinâmico de interação. A realidade é que a ferramenta proporciona um fórum um espaço de manifestação democrática. E muitas dessas ferramentas de comentários proporcionam também que os comentaristas acrescentem *links* aos seus comentários, configurando assim, uma grande rede de hipertexto. É o conjunto dessas características e ferramentas que faz dos *blogs* um objeto de pesquisa rico para a Análise do Discurso, e em especial às noções de autoria e leitura.

Como escrito anteriormente, os *blogs* podem versar sobre qualquer assunto, podem ser pessoais, temáticos ... Nesta dissertação o foco está direcionado ao *blog*-jornalístico que, mesmo se caracterizando como pessoal, está atrelado a um jornal online. Os críticos do uso jornalístico de *weblogs* salientam a informalidade do meio e afirmam não se tratar de jornalismo como é o caso de Rebecca Blood

Apesar de considerar os *weblogs* como um componente vital de uma rica dieta de mídia, no fim das contas, *weblogs* e jornalismo são simplesmente coisas diferentes. O que os *weblogs* fazem é impossível para o jornalismo tradicional de reproduzir, e o que o jornalismo faz é impraticável de ser feito em um *weblog*. Para mim, reportar notícias consiste em entrevistar testemunhas e especialistas, checar fatos, escrever uma perspectiva original sobre um assunto, e supervisão editorial: o repórter pesquisa e escreve a história, e seu editor assegura-se de que ela está de acordo com suas expectativas. Cada passo é desenvolvido para se alcançar um produto consistente que é divulgado de acordo com os padrões da agência de notícias. *Weblogs* não fazem nada disso. *Weblogs* não têm supervisores (*gatekeepers*), eles são geralmente produzidos nas horas vagas dos seus donos. Blogueiros não adotam a checagem dos fatos, e eles não têm de responder a ninguém, exceto a si mesmos. (BLOOD, 2002b, p. 19) (Tradução nossa)

Conforme nos aponta a crítica jornalística, encontramos indícios que nos levam a pensar uma nova função-autor dentro do jornalismo. O jornalista em um *blog* não tem mais por função checar os fatos, ir à fonte... O blogueiro tem por tarefa, conforme as palavras de Noblat²⁴, ler as notícias dos principais jornais que circulam, tanto na mídia nacional quanto estrangeira, e *postar* comentários, fragmentos e opinião.

Ao assumir a função-autor, este sujeito se depara com o dever de organizar as demais vozes que circulam pelo seu dizer, unindo-as como se fossem uma só. Assim, o sujeito assume a função de proporcionar uma aparente linearidade, coesão, coerência, fechamento de sentido e unidade ao texto.

²⁴ Noblat tem um blog político no jornal O Globo e durante o evento MediaOn (1º Seminário Internacional de Jornalismo Online), realizado nos dias 12 a 14 de junho de 2007, relatou sobre o ato de ser blogueiro.

Encontramos corriqueiramente nos *blogs links* que nos remetem para fora desta fronteira textual e nos fazem questionar: qual é o lugar do jornalista/blogueiro? Como pensar a construção do efeito-texto, com sua homogeneidade e coerência, quando o mesmo abriga em seu interior *links* que o remetem a outros textos sem marcar materialmente um efeito de fim? Cabe ao autor a função de homogeneização ou ao leitor que, pela seleção de suas leituras, vai modelando, selecionando e construindo um texto com aparência coerente e com efeito de sentido único. Estas e tantas outras inquietações serão tema de nossas análises. Para tanto, passemos à apresentação da composição do dispositivo teórico do qual nos valem.

CAPÍTULO 3 - DISPOSITIVO TEÓRICO

Pensar questões de *autoria e leitura* referente ao webjornalismo pelo viés da Análise do Discurso é estar diante de um estudo que considera a historicidade, a opacidade dos textos, a ideologia, a heterogeneidade por excelência. Com isso nos deparamos com o sentido a ser construído, pois ele não vem pronto e acabado, está sempre em construção, porém tanto autor quanto leitor precisam da ilusão do sentido único para se constituírem enquanto tais. Desta forma, neste capítulo excursionamos pelas evidências fundadoras da AD a fim de aprofundar noções que trarão implicações diretas ao objeto em análise.

3.1 EVIDÊNCIAS FUNDADORAS

A Análise do Discurso encontra suas preliminares a partir dos formalistas russos, os quais destacam no texto uma lógica de encadeamento transfrástica, formulando, desta forma, conceitos que mais tarde seriam considerados discurso, porém não abordam as condições de produção como constitutivas. No ano de 1952, ainda sem considerar as condições de produção, Harris com o texto “*Discourse Analysis*” marca o início dos estudos do discurso e o ponto de partida para a AD, pois mostra a possibilidade de ultrapassar os limites da frase sugerindo levar em consideração as relações entre cultura e língua. Quando Michel Pêcheux, nos fins dos anos 60, dá início à Análise do Discurso na França, com a publicação do livro *Análise Automática do Discurso*²⁵, utiliza como um dos textos fundadores o texto de Harris, justamente pelo vínculo do discurso à língua e ao contexto sócio-cultural. O discurso passa a ser entendido como o lugar em que se emaranham, se intrincam e se entrelaçam verdadeiros nós de questões relativas à língua, à história e ao sujeito, considerando que um discurso é sempre produzido a partir de condições de produção (CP) dadas.

Pêcheux (1969)²⁶ apresenta três fatores que precisam ser remetidos às CP, são eles: relações de força, relações de sentido e antecipação. Assim as condições de produção associadas à língua levam ao processo que resulta no discurso materializado no texto. Para o

²⁵ Vale lembrar que o nascimento oficial da AD em 1969 deu-se pela publicação da revista *Langages* 13 (organizada por Jean Dubois) e do livro *Análise Automática do Discurso*, de autoria de Michel Pêcheux.

²⁶No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 1997.

autor as CP remetem a lugares determinados na estrutura de uma formação social. As relações de força entre esses lugares sociais encontram-se representadas no discurso pelas formações imaginárias que designam o lugar que o destinador e o destinatário atribuem a si e ao outro, ressaltando que não se trata de transmissão de informação entre eles, mas de modo mais geral, “de um ‘efeito de sentidos’ entre os pontos A e B” (*op. cit.* p. 82).

A AD nasce sob a perspectiva de uma ação inovadora, transformadora e revolucionária, já que visa combater o excessivo formalismo lingüístico que coincidentemente na mesma época encontra seu apogeu a partir do estruturalismo. Ou seja, a AD vai em busca de uma ruptura, tentando abrir um campo de questões no interior da própria lingüística, operando um deslocamento de terreno, sobretudo quando se refere à língua, história e sujeito.

Ao caracterizar-se como uma ruptura com uma conjuntura política e epistemológica, também tem necessidade de articulação com outras áreas das ciências humanas, especialmente a lingüística, o materialismo histórico e a psicanálise. Não se caracteriza como uma disciplina autônoma, ao contrário, o que ela visa é o recorte de seu objeto teórico (o discurso) distinguindo-se da lingüística imanente, que se centra na língua, nela e por ela mesma, e também distingue-se das demais ciências que vêem a língua simplesmente como um instrumento para explicar textos.

Por ser uma teoria crítica da linguagem, não se pode definir a AD como uma disciplina interdisciplinar, mas sim, como pensa Orlandi (1996), uma disciplina de entremeio que busca conceitos em outras áreas do saber e os ressignifica ajustando à especificidade e à ordem própria da rede discursiva. Ou seja, conforme explicita a própria autora (*op. cit.* p. 26), se a lingüística deixa de fora a exterioridade (que é o objeto das ciências sociais) e as sociais deixam de fora a linguagem (que é objeto da lingüística), é na AD que concomitantemente ambas noções encontram acolhimento.

Ao deslocar o corpo teórico-analítico da língua (lingüística) para o discurso (AD) a AD sente a necessidade de considerar a materialidade discursiva como objeto próprio e com isso inscreve-se na articulação de três regiões de conhecimento científico, definindo seu quadro epistemológico. De acordo com o exposto por Pêcheux e Fuchs (1975, p.163-164)²⁷, este quadro articula três regiões de conhecimento: 1. o *materialismo histórico*, como teoria das formações sociais e de suas transformações - compreendida aí a teoria das ideologias-; 2. a *lingüística*, como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação; 3. a

²⁷ No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 1997.

teoria do discurso, como teoria da determinação histórica dos processos semânticos. Esses três campos teóricos são atravessados por uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica.

Com relação ao materialismo histórico, importa ressaltar o conceito de ideologia como constitutiva do discurso. Este conceito deve-se a Pêcheux e Fuchs (1997) quando, amparados na releitura que Althusser faz de Marx, afirmam que o sujeito é interpelado/constituído em sujeito pela ideologia. Para Althusser (1983), a concepção materialista da História, de Marx, lhe permitiu formular uma teoria das ideologias com base na história das formações sociais e nos seus modos de produção, levando em consideração as lutas de classe, o que tornou possível a afirmação que “o indivíduo é interpelado como sujeito para que se submeta livremente às ordens do sujeito, aceitando livremente sua sujeição” (*op. cit.* p. 104). Com relação ao citado, Pêcheux e Fuchs complementam que:

A modalidade particular do funcionamento da instância ideológica quanto à reprodução das relações de produção consiste no que se convencionou chamar *interpelação*, ou o assujeitamento do sujeito como sujeito ideológico, de tal modo que cada um seja *conduzido*, sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a *ocupar o seu lugar* em uma ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção. (PÊCHEUX E FUCHS, 1997, p. 165-166)

A ideologia não se configura como um conjunto de representações, nem uma ocultação de sentido, mas é algo que provoca um apagamento do mecanismo de produção de sentido, ou seja, produz a ilusão do sentido único e do sujeito ser a fonte do que diz. Segundo Orlandi (1996, p.31), a ideologia enquanto prática significativa discursiva aparece como efeito da relação necessária do sujeito com a língua e com a história, para que signifique. “A ideologia é interpretação de sentido em certa direção, direção determinada pela relação da linguagem com a história em seus mecanismos imaginários”, é, ainda conforme a autora, função necessária entre a linguagem e o mundo. Assim, a AD objetiva explicitar o caráter ideológico das evidências, buscando desvendar o processo pelo qual se cria a ilusão do sentido único e do sujeito como fonte do seu dizer, ou seja, o próprio processo de constituição do sentido e do sujeito no discurso.

A segunda área de conhecimento do campo epistemológico da AD refere-se à lingüística, mas não como mais um nível de análise lingüística como fonológica, sintática... E sim, sob uma relação crítica e polêmica da língua para abordar o seu próprio objeto teórico, o discurso. A AD interessa-se pelas representações feitas pelo homem no uso que este faz do léxico em sua prática discursiva, procurando examinar as transformações de sentido, bem

como os efeitos daí decorrentes. O sentido vai além do lingüístico, é social e, por conseguinte, o centro organizador do domínio nocional que, além de semântico, também é ideológico, selecionando certos efeitos de sentido relacionados a um termo e excluindo outros, de modo que um mesmo termo possa ocorrer em domínios nocionais ideologicamente diferentes, produzindo efeitos de sentido divergentes, instaurando a incompreensão, que consiste em usar a mesma língua, partilhar o mesmo tema, mas não o mesmo sentido. A AD, diferentemente da lingüística, visa ao trabalho do sentido sobre os sentidos, mostrando a língua como processo.

O último campo de conhecimento remete para a teoria do discurso, a qual produz o corpo teórico necessário para que a AD se instaure e opere sobre o discurso. Isso implica nas palavras de Pêcheux (1981, p.7), “a construção de meios de análise lingüística e discursiva supõe uma reflexão sobre aquilo que opera na e sob a gramática, na margem discursiva da língua” e não mais sistêmica. A partir da teoria do discurso, a AD é entendida como lugar de reflexão alimentada pela prática analítica.

Não temos a pretensão de nos aprofundar num trabalho exaustivo que contemple todas as perspectivas da AD. Para tanto, após esta exposição das bases teóricas, recortamos noções e conceitos que irão compor o dispositivo teórico de referência para que seja possível a análise do *corpus* discursivo.

Sob o efeito da ilusão de um início, tomamos a noção de formação discursiva como principiante, por entendermos que é a partir deste conceito que se organizam e circulam as demais noções.

3.2 FORMAÇÃO DISCURSIVA

A noção de *formação discursiva*²⁸ é um dos pontos mais pulsantes para os estudos da Análise do Discurso. Tem suas premissas teóricas alicerçadas nos diálogos/duelos de dois estudiosos: Michel Foucault e Michel Pêcheux. Tal noção se desenvolveu em um período histórico de políticas efervescentes, em que o marxismo estava sendo revisto e o estruturalismo dominava as ciências humanas.

²⁸ Neste trabalho tratada também por FD.

Com o objetivo de analisar as condições de possibilidades de discursos descrevendo os mecanismos de constituição das “ciências do homem”, Foucault em *Arqueologia do Saber* (1969)²⁹ interessava-se por entender as grandes famílias de enunciados, designados por ele como os domínios da medicina, da gramática, da economia... Para isso, propôs descrever a dispersão³⁰ dessas grandes famílias de enunciados.

Tal análise não tentaria isolar, para descrever sua estrutura interna, pequenas ilhas de coerência: não se disporia a suspeitar e trazer à luz os conflitos latentes; mas estudaria formas de repartição. Ou, ainda, em lugar de reconstruir *cadeias de inferência* (como se faz frequentemente na história das ciências ou da filosofia), em lugar de estabelecer *quadros de diferenças* (como fazem os lingüistas), descreveria *sistemas de dispersão*. (FOUCAULT, 2005, p.42-43)

Diante de tais considerações, para Foucault uma formação discursiva se constitui quando se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, ou seja, quando entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, houver uma regularidade.

Todo esse jogo de relações constitui um princípio de determinação que admite ou exclui no interior de um dado discurso, um certo número de enunciados: há sistematizações conceituais, encadeamentos enunciativos, grupos e organizações de objetos que teriam sido possíveis (...) Uma formação discursiva não ocupa, assim todo o volume possível que lhe abrem por direito os sistemas de formação de seus objetos, de suas enunciações, de seus conceitos: ela é essencialmente lacunar, em virtude do sistema de formação de suas escolhas estratégicas. Daí o fato de que uma vez retomada, situada e interpretada em uma nova constelação uma dada formação discursiva pode fazer aparecerem possibilidades novas. (FOUCAULT, 2005, p. 74)

Desta forma, Foucault mantém a regularidade como o princípio organizador na individualização das formações discursivas. E mais adiante em suas considerações acrescenta “todas as posições do sujeito, todos os tipos de coexistência entre enunciados, todas as estratégias discursivas não são igualmente possíveis, mas somente as que são autorizadas pelos níveis anteriores” (*op.cit.* p. 81), o que comprova, pelo princípio organizador da regularidade, que o conceito de formação discursiva de Foucault não considera o ideológico.

Apropriando-se do conceito de formação discursiva de Foucault, Pêcheux transforma a noção, re teoriza-a, e a inscreve no quadro teórico da Análise do Discurso. Ou seja, a noção de FD é ressignificada e re teorizada.

Para Foucault, a regularidade é o princípio organizador das formações discursivas o que afasta a ideologia de ocupar esta posição. Ao invés de ideologia ele trabalha com a

²⁹ No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 2005.

³⁰ Dispersão entendida como a delimitação de uma regularidade.

constituição de saberes/poderes, os quais, segundo o autor, não passariam necessariamente pela questão das classes sociais e não estariam necessariamente determinados nem mesmo pelos fatores econômicos. Já para Pêcheux, membro do Partido Comunista Francês e fortemente ligado ao grupo do filósofo marxista francês Althusser, a ideologia é a condição essencial para a constituição da FD. Em outras palavras, é repensando a tese de descrição do funcionamento da ideologia³¹ de Althusser que Pêcheux (1988,160-161) constata que “formação discursiva é aquilo que, numa formação ideológica dada, isto é, a partir de uma posição dada numa conjuntura dada, determinada pelo estado da luta de classes, determina o que pode e deve ser dito”. E ainda “os indivíduos são ‘interpelados’ em sujeitos-falantes (em sujeitos de seu discurso) pelas formações discursivas que representam ‘na linguagem’ as formações ideológicas que lhes são correspondentes”. Assim tem-se sujeito e ideologia como princípios organizadores da formação discursiva.

Em um primeiro momento considerando a formulação “o que pode e deve ser dito pelo sujeito” Pêcheux (1988) entende que a FD tem seus saberes regulados pela forma-sujeito, a qual, até então, é fortemente dotada de unicidade, sobretudo quando se refere às três tomadas de posição³² explicitadas pelo autor da seguinte forma:

A tomada de posição não é, de modo algum, concebível como um ‘ato originário’ do sujeito falante: ela deve, ao contrário, ser compreendida como o efeito, na forma-sujeito, da determinação do interdiscurso como discurso-transverso (...) a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito – como ‘tomada de consciência’ de seus ‘objetos’ – é uma reduplicação da identificação. (op.cit. p. 171-172)

Tais palavras indicam que a FD apresenta-se como um domínio discursivo fechado e heterogêneo, em que o sujeito ao tomar posição identifica-se plenamente com seus semelhantes chegando ao ponto de reduplicar sua identificação com a forma-sujeito, a responsável por organizar o que pode ou não ser dito. Diante de tal perspectiva, em uma FD só há espaço para o mesmo, ou seja, não há efeitos de sentido, há um único sentido e quando

³¹ a) A ideologia representa a relação imaginária de indivíduos com suas reais condições de existência;
 b) A ideologia tem uma existência porque está sempre num aparelho e na sua prática ou suas práticas;
 c) A ideologia interpela os indivíduos como sujeitos.
 A ideologia exprime sempre, seja qual for a sua forma (religiosa, jurídica, política) posições de classe. (ALTHUSSER, 1983, p. 23)

³² Na seção específica do sujeito retomaremos com maior detalhamento a noção de tomadas de posição.

o sujeito não se identifica com este sentido toma uma outra posição e se inscreve em outra FD.

Repensando noções que dizem respeito à ideologia em “Remontémons de Foucault à Spinoza” Pêcheux (1980) abandona a visão homogênea de FD e passa a conceber a ideologia como algo que só se realiza sob a modalidade da divisão e contradição. Portanto, se a ideologia comporta a divisão, a contradição, por não ser igual a si mesma e sendo ela o princípio organizador da FD, logo esta também passa a comportar o diferente, ou seja, abriga a heterogeneidade. Não deixa de existir a reduplicação da identificação, mas também há espaço para a contra-identificação.

Courtine (1982, p. 244-249) propondo a redefinição teórica de FD, salienta que é necessário caracterizar as modalidades de contato entre as FDs, marcadas pelas Formações Ideológicas. Desta forma, uma FD deve ser considerada como uma unidade dizível, heterogênea a si mesma, marcada fortemente por fronteiras instáveis que se deslocam em função dos jogos da luta ideológica. Assim, o domínio de saber de uma FD é responsável pelo fechamento essencialmente instável que delimita o seu interior (conjunto dos elementos de saber) de seu exterior (o conjunto dos elementos não pertencentes ao saber da FD). Este domínio de saber para Courtine (1981, p. 49-53) funciona como o princípio de aceitabilidade discursiva em relação ao conjunto de formulações (que determina o que pode e deve ser dito), mas, ao mesmo tempo, funciona como o princípio de exclusão (determina o que não pode e não deve ser dito).

Pêcheux (1988, p. 162) afirma que a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido e, portanto, dissimula, pela transparência do sentido que nela se constitui, sua dependência com respeito ao “todo complexo com dominante” das formações discursivas, intrincado no complexo das formações ideológicas. A esse “todo complexo com dominante”, descrito por Pêcheux, reservamos a seção que segue tratando do interdiscurso e conseqüentemente também do intradiscorso.

3.3 INTERDISCURSO E INTRADISCURSO

Pêcheux (1988, p. 162) propõe nomear interdiscurso o “todo complexo com dominante das formações discursivas”, imbricado no complexo das FIs, que toda a FD dissimula, na ilusão da transparência do sentido que nela se forma.

O interdiscurso é o lugar onde se constituem os objetos do saber (os enunciados). Ele está fora da FD, mas é nele que o sujeito busca os enunciados que farão parte de seu discurso. Para Courtine & Marandin, o interdiscurso regra o deslocamento das fronteiras da FD e é entendido como sendo

... um processo de reconfiguração incessante no qual uma FD é conduzida, em função das posições ideológicas que esta FD representa numa conjuntura determinada, a incorporar os elementos pré-construídos produzidos no exterior dela mesma e a produzir a redefinição ou o retorno, a suscitar igualmente a lembrança de seus próprios elementos, a organizar a repetição, mas também a provocar eventualmente o apagamento, o esquecimento ou mesmo a denegação" (COURTINE & MARANDIN, 1980, p. 24).

Quanto ao interdiscurso, dois elementos merecem destaque: o *pré-construído* e o *discurso-transverso*.

Segundo Pêcheux (1988, p. 99), *pré-construído* é um termo proposto por P. Henry para designar aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, mas sempre independente, em oposição ao que é construído pelo enunciado. Trata-se de uma relação dissimétrica entre dois domínios do pensamento – “um elemento de um domínio irrompe num elemento do outro, sob a forma do que chamamos ‘pré-construído’”, ou seja, é como se esse elemento já se encontrasse aí.

O *pré-construído* se caracteriza pela separação entre o pensamento e o objeto do pensamento, com a pré-existência deste último. Pêcheux (1988, p. 164) apresenta o pré-construído como o “sempre-já-aí” da interpelação ideológica que impõe a “realidade” e seu “sentido” sob a forma de universalidade (mundo das coisas). Em outras palavras, é o *universal*: que “todo mundo” sabe, conteúdos do pensamento do “sujeito universal”, ou, então, é o *particular*: aquilo que “todo mundo” pode entender diante de evidências em uma situação dada. É um enunciado que pré-existe, mas que ainda não foi encaixado sintaticamente. Quando passa a fazer parte do intradiscurso se terá o efeito da ilusão do já-lá.

Para Courtine (1981, p. 35), o pré-construído marca um deslocamento entre o interdiscurso (lugar de construção do pré-construído) e o intradiscurso (lugar de enunciação do sujeito). Trata-se do efeito discursivo ligado ao encaixe sintático: “um elemento do interdiscurso se nominaliza e se encaixa no intradiscurso sob a forma de pré-construído, isto é, como se esse elemento já se encontrasse aí”.

O *discurso transverso* provém do interdiscurso e, em regra, “aparece”, mas não está presente na fala do sujeito do discurso. É implícito na fala deste sujeito, mas explícito na FD de origem. É, segundo Pêcheux (1988, p. 167), um discurso que atravessa e põe em conexão

elementos discursivos constituídos pelo interdiscurso enquanto pré-construídos, que fornecem a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, com a FD que o assujeita – *um elemento irrompe no enunciado do sujeito do discurso como se tivesse sido pensado “antes, em outro lugar, independentemente”* (Pêcheux, 1988, p.156). Em suma, é uma espécie de “presença-ausente”, efeito da não linearidade e da dispersão da FD e acontece, enquanto enunciado, no cruzamento de FDs.

Para Courtine (1981, p.36) o interdiscurso funciona como um discurso transversal a partir do qual se realiza a articulação na qual o sujeito enunciativo dá coerência ao fio do seu discurso.

O intradiscurso é apresentado por Pêcheux (1988, p.166-167) como o funcionamento do discurso na sua relação consigo mesmo (o que eu digo agora, com relação ao que eu disse antes e ao que direi depois; portanto, o conjunto dos elementos de “co-referência” que garantem aquilo que se pode chamar “fio do discurso” enquanto discurso de um sujeito). Salienta, ainda, que a “forma-sujeito” provoca o efeito de apagamento do interdiscurso no intradiscurso. O primeiro funciona como “já-dito” do segundo, ao qual se articula por “co-referência”. Nesse sentido, pode-se dizer que, o intradiscurso enquanto “fio do discurso” do sujeito, é a rigor uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. Orlandi (1990, p. 39) assinala que a noção de intradiscurso é reservada não à constituição, mas à formulação, ou seja, à produção efetiva, circunstanciada e relativa a um contexto específico de uma seqüência discursiva concreta. Ou seja, é o lugar da materialidade.

Na perspectiva teórica de Courtine (1982, p.250), entende-se que o interdiscurso, enquanto instância de formação/repetição/transformação de elementos de uma FD, pode ser entendido como aquilo que regula (rege) o deslocamento de suas fronteiras. Assim, considerando que a FD é determinada pelo interdiscurso, interessa-nos tratar a heterogeneidade discursiva também a partir do interdiscurso.

3.4 HETEROGENEIDADE

Pêcheux (1980, p.195) afirma ser impossível caracterizar uma FD classificando-a entre outras formações mediante alguma tipologia. Segundo ele, o importante é determinar os

avanços constitutivos mediante os quais uma pluralidade contraditória desigual e interiormente subordinada de FDs organiza-se em função dos interesses postos em jogo na luta de classes, em um momento dado de seu desenvolvimento em uma formação social dada. É o jogo contraditório das FDs que, através de uma série de enfoques, importações, traduções, caminhos, deslocamentos e alterações, determina as formas historicamente variáveis da relação entre discurso, ideologia e interesse de classe.

Em 1980, Courtine & Marandin sugeriram definir uma FD a partir do seu interdiscurso.³³ O deslocamento teórico provocado por esses autores introduz a heterogeneidade³⁴ na FD e, conseqüentemente, no discurso. A prática discursiva mostra que o sujeito, quando fala, adere à sua formação discursiva, entretanto, dentro desta, apesar dela determinar o que pode e deve ser dito, há, ou pode haver, efeitos de contradição. A forma como a “posição-sujeito” se relaciona com a “forma sujeito” (sujeito da FD), revela a quebra de homogeneidade da formação discursiva e conseqüentemente do discurso.

Desta forma, a heterogeneidade para Courtine & Marandin (1980, p. 23-26) é considerada o elemento constitutivo das práticas discursivas que se aliam ou se afrontam num certo estado da luta ideológica e política, no seio de uma formação social e numa conjuntura

³³ Quanto a esta constatação faz-se necessário fazer algumas ressalvas em nosso modo de entender interdiscurso. Autores como Pêcheux e também Courtine mencionam em alguns de seus escritos o “interdiscurso da FD”, precisamos salientar que o interdiscurso é único e amplo, abarcando todos os sentidos, e não é visto isolado constituindo o domínio de uma FD. Se fossemos pensar assim, teríamos um interdiscurso para cada FD, quando na realidade temos um grande interdiscurso do qual todas as FDs se valem ao recortar e tornar próprio uns sentidos e não outros.

³⁴ Embora a noção de heterogeneidade discursiva, em AD, tenha adquirido uma perspectiva própria, importa reconhecer os estudos de Authier-Revuz (1982) que defende a tese de que as diferentes formas de heterogeneidade mostrada (marcada ou não-marcada), no discurso, são manifestações de diversos tipos de “negociação” do sujeito falante com o que ela chama de heterogeneidade constitutiva. A heterogeneidade constitutiva do sujeito e de seu discurso apóia-se, de um lado, na problemática do dialogismo bakhtiniano e, de outro, na releitura que Lacan faz da obra de Freud, em especial, na abordagem do sujeito em sua relação com a linguagem. Segundo a autora (1990, p. 31-32), a heterogeneidade mostrada consiste numa representação, no discurso, das diferenciações, disjunções, fronteiras interior/exterior pelas quais o um - sujeito/discurso - se delimita na pluralidade dos outros, e, ao mesmo tempo, afirma a figura de um enunciador exterior ao seu discurso. *Face a heterogeneidade constitutiva, responde-se através dos ‘como diz o outro’ e ‘se eu posso dizer’ da heterogeneidade mostrada, um ‘eu sei o que eu digo’, isto é, sei quem fala, eu ou um outro, e eu sei como eu falo, como utilizo as palavras (1990, p. 32).* As formas não-marcadas da heterogeneidade mostrada tratam do discurso indireto livre, da ironia, das metáforas e dos jogos de palavras, representando, pelo *continuum*, a incerteza que caracteriza a referência ao “outro”, ou seja, uma forma de negociação com a heterogeneidade constitutiva. É uma forma que joga com a diluição (dissolução) do outro no um, na qual este “outro” pode ser confirmado, mas também “perdido” (1990, p. 34). Orlandi (1990) refere-se ao trabalho desenvolvido por Authier, dizendo que o mesmo, apesar de proporcionar um importante deslocamento em relação à enunciação (problematiza a noção de enunciação e seus efeitos ilusórios), sob seu ponto de vista, é insuficiente. Segundo ela, Authier trabalha muito com a “formulação” e pouco com a “constituição” do sentido, ou seja, com a historicidade do discurso no sentido lato (interdiscurso); a heterogeneidade, para Authier, aparece mais como uma mistura (a + b), sendo estes distintos e recuperáveis (homogeneizáveis).

histórica determinada. Trata-se do efeito do interdiscurso no interior mesmo de uma série de formulações, constituindo o saber “próprio” a uma FD dada, a partir de elementos do saber que lhe são exteriores. Ou seja, o saber homogêneo de uma FD se dilui sob a pluralidade nominalista dos “objetos do mundo”, marcando a heterogeneidade constitutiva de uma FD como modalidade particular de contato entre FDs.

Courtine (1981, p.41-50), ao tratar do enunciado, apresenta-o situado numa dupla relação: horizontal (no intradiscurso) e vertical (no interdiscurso). Ao mesmo tempo, reivindica a indissociabilidade destes dois modos de existência do discurso enquanto objeto. Interessa ressaltar que é na rede interdiscursiva de formulações (vertical) que um enunciado dado toma lugar entre um conjunto de formulações extraídas de seqüências discursivas determinadas por outras condições de produção do discurso, as quais certamente serão heterogêneas em relação às condições de produção do referido enunciado. Essas constatações permitem ao autor (1981, p. 41-50) afirmar que a inscrição de um enunciado num conjunto de formulações - como “um nó de uma rede” - deve ser caracterizada a partir de uma pluralidade de pontos, constituindo, em torno de uma seqüência discursiva de referência, uma rede de formulações extraídas de seqüências discursivas nas quais as condições de produção serão, ao mesmo tempo, homogêneas e heterogêneas em relação à seqüência discursiva de referência.

Orlandi (1990, p.38-44) segue esta mesma linha de reflexão e trata a heterogeneidade discursiva a partir das relações que acontecem entre FDs distintas. Para a autora, o complexo das FDs, em seu conjunto, define o universo do “dizível”. Portanto, se uma FD é entendida como uma unidade divisível, uma heterogeneidade em relação a si mesma com fronteiras instáveis que não consistem em um limite traçado de uma vez por todas é porque suas fronteiras se deslocam em função dos jogos da luta ideológica. Desta forma, acredita-se que as posições-sujeito³⁵, entendidas como *regiões internas de saber* de uma FD, também são como fronteiras movediças e recortadas por microrregiões de saber que atestam sua heterogeneidade discursiva.

De acordo com Cazarin (2004, p.103), as “fronteiras” de uma posição-sujeito são delimitadas, no interior de uma FD, pela forma como essa *região de saber* se relaciona com a forma-sujeito de sua FD, mas essa delimitação, assim como é o caso de uma FD, não é fixa,

³⁵ Posição-sujeito é compreendida como uma representação no processo discursivo dos lugares em que se inscrevem os sujeitos na estrutura de uma formação social. Resulta da relação entre o sujeito do discurso e a forma-sujeito de uma dada FD; uma FD é heterogênea porque tem espaço para a contradição interna, ou seja, por abrigar diferentes posições-sujeito em seu interior.

pois há movimentação interna de saberes tanto no interior de uma FD como no de uma posição-sujeito.

É esse jogo na FD que remete o discurso a uma exterioridade, ou seja, à relação com o interdiscurso, com o “Outro” - a relação do intradiscurso com o interdiscurso remete o dizer do sujeito ao “outro” constitutivo. É nessa relação que a questão da heterogeneidade interessa à AD, uma vez que todo o discurso mantém relação com outros discursos (os quais exclui, inclui, pressupõe, etc.), relações estas determinadas pelo interdiscurso (ORLANDI,1990, p. 38-44). Essa relação (intradiscurso/interdiscurso) coloca, conforme Courtine (1981), em movimento “zonas discursivamente heterogêneas”, isto é, processos discursivos inerentes a FDs antagônicas, ou mesmo, “posições de sujeito” que se diferenciam ou que se apresentam divergentes no seio de uma mesma FD.

O domínio de saber de uma FD funciona como um princípio de aceitabilidade discursiva para um conjunto de formulações (determina o que pode e deve ser dito) e como um princípio de exclusão (determina o que não pode/deve ser dito). Ele realiza o fechamento de uma FD, delimitando seu interior... Esse fechamento é fundamentalmente instável. Inscreve-se entre diversas FDs como uma fronteira que se desloca. O interdiscurso de uma FD deve assim ser pensado como um processo de reconfiguração incessante no qual o saber de uma FD é conduzido em função das posições ideológicas que esta FD representa em uma conjuntura determinada, incorporando elementos pré-construídos em seu próprio exterior, os quais produzem redefinição ou redirecionamento; suscita igualmente o fechamento de seus próprios elementos, organiza a repetição, mas também provoca eventualmente o apagamento, o esquecimento ou a denegação. O interdiscurso de uma FD, como instância de formação / repetição / transformação dos elementos de saber desta FD, pode ser entendido como o que regra o deslocamento de suas fronteiras (COURTINE,1981, p. 49).³⁶

Para Indursky (1997, p. 233), uma FD autoriza a divisão sob a aparência da unidade, a qual é garantida pela identificação ideológica e a divisão sendo decorrente das diferentes posições de sujeito possíveis no interior de uma FD. É por isso que a coerência de uma FD é relativa, pois contém, em si mesmo, espaço para a diferença e para a contradição. Assim, um discurso é heterogêneo porque sempre comporta, constitutivamente, em seu interior, outros discursos. Para a AD, o que importa é romper analiticamente a aparente homogeneidade discursiva para fazer vir à tona sua heterogeneidade fundante mediante a mobilização da categoria de *memória discursiva*, proposta por Courtine (1981) que, em AD, também pode funcionar como uma categoria de análise permitindo relacionar seqüências formuladas no intradiscurso com sua exterioridade (com o interdiscurso).

³⁶ Tradução de Indursky (1997, p. 210-211).

Indursky (1997), retomando a idéia de Courtine (1983, p.15)³⁷ de que “memória e esquecimento são indissociáveis na enunciação do político”, acrescenta: *tal indissociabilidade não é privativa do político, mas nele torna-se imprescindível para sua abordagem analítica, pois é a partir da memória discursiva que é possível apreender os funcionamentos de encaixamento do preconstruído, do discurso transverso e a articulação dos enunciados discursivos* (op. cit. p. 44-45). É a memória discursiva que vai iluminar o entrelaçamento de discursos. O *discurso transverso* é uma das noções que nos possibilita estudar a questão da heterogeneidade mostrada não-marcada, pois, a partir dessa, podemos pensar no efeito de *presença transversa* (INDURSKY, 1997) que o discurso-outro deixa no discurso um. Esse efeito é a presença da alteridade que se estabelece por um atravessamento em um discurso que lhe é oposto, contraditório, etc., apesar de qualquer marca de delimitação desse discurso-outro estar ausente. Já que não há nenhuma marca que delimite a alteridade, é necessário utilizarmos a noção de *memória* a fim de intermediarmos o reconhecimento do *interdiscurso* no *intradiscurso*.

Outro teórico que corrobora com os estudos referentes à heterogeneidade discursiva é Maingueneau (1987)³⁸ que nos permite observar o intercâmbio de saberes entre as formações discursivas, a partir de três noções que são comportadas pelo interdiscurso: *universo discursivo, campo discursivo e espaço discursivo*. O *universo discursivo* “é o conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem numa conjuntura” (op.cit. p.116). É a extensão máxima que, apesar de não poder ser quantificada, assume o conjunto de todas as formações discursivas. É mais ou menos equivalente à noção de interdiscurso de Pêcheux.

O campo discursivo “é definível como um conjunto de formações discursivas que se encontram em relação de concorrência, em sentido amplo, e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em uma dada região” (op. cit. p. 116). Ou seja, em uma região determinada do universo discursivo, há discursos que possuem a mesma função social e divergem sobre o modo pelo qual ela deve ser preenchida. Essas *formações discursivas* se relacionam entre si, podendo estar, assim, em posição de confronto, aliança, neutralidade, hierarquia etc.

³⁷ Nesta dissertação usaremos como citação a publicação brasileira de 1999.

³⁸ No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 1989.

Para o autor recém citado, é no interior do campo discursivo que se constitui um discurso, e sua hipótese é que tal constituição pode se deixar descrever em termos de operações regulares sobre formações discursivas já existentes. O que não significa, entretanto, que os discursos se constituam todos da mesma forma em *todos* os discursos desse campo; nem é possível determinar *a priori* as modalidades das relações entre as diversas formações discursivas de um campo.

O *espaço discursivo* “delimita um subconjunto do campo discursivo, ligando pelo menos duas formações discursivas que, supõe-se, mantêm relações privilegiadas, cruciais para a compreensão dos discursos considerados. Este é, pois, definido a partir de uma decisão do analista, em função de seus objetivos de pesquisa” (*op. cit.* p. 117). É no *espaço discursivo* que podemos descrever a constituição heterogênea de um discurso. Para estudar a constituição de um discurso (*discurso segundo*) por outros (*discursos primeiros*), é necessário compreender que, em um *espaço discursivo*, os discursos estão relacionados um com o outro. As relações entre esses discursos podem acontecer das seguintes formas: pela constituição de uma *formação discursiva* pela(s) outra(s), ou pela resistência que o *discurso primeiro* estabelece em relação ao *discurso segundo*, porque esse, ao se construir, ameaça os fundamentos do *discurso primeiro*.

Maingueneau (1984)³⁹ propõe estudarmos a heterogeneidade pela compreensão da relação entre os discursos. Tal relação é constante e acontece no nível das *formações discursivas*. A influência constante que um discurso recebe dos demais dentro dessa rede de relações é denominada, por Maingueneau (2005), *Outro*⁴⁰. O outro não deve ser pensado como uma espécie de “envelope” do discurso nem um conjunto de citações. No espaço discursivo, o outro não é nem um fragmento localizável, uma citação, nem uma entidade exterior; nem é necessário que seja localizável por alguma ruptura visível da opacidade do discurso. *Ele se encontra na raiz de um Mesmo sempre já descentrado em relação a si próprio, que não é em momento algum passível de ser considerado sob a figura de uma plenitude autônoma.* (*op. cit.* p. 39). O outro é o que faz sistematicamente falta a um discurso, é aquela parte de sentido que foi necessário que o discurso sacrificasse para constituir sua identidade.

³⁹ No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 2005.

⁴⁰ Como a concepção de “outro” se refere à FD ou até mesmo ao discurso-outro entendemos que esta expressão não se remete ao “Outro” da psicanálise, portanto, diferentemente de Maingueneau, optamos por grafar com letras minúsculas deste ponto em diante.

Disso decorre *o caráter essencialmente dialógico de todo enunciado do discurso*, a impossibilidade de dissociar a interação dos discursos do funcionamento intradiscursivo. Essa intrincação do Mesmo e do outro rouba à coerência semântica das formações discursivas todo o caráter de “essência”, cuja inscrição na história seria assessória; não é dela mesma que a formação discursiva tira o princípio de sua unidade, mas de um conflito regrado.

A heterogeneidade é uma noção importante para o estudo do discurso no meio “*blog-jornalístico*”, porque ela nos permitirá perceber, no presente trabalho, os discursos-outros que povoam o dizer dos sujeitos que por aí circulam, produzindo ao mesmo tempo efeitos de sentidos diversos.

3.5 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS PARA O OBJETO DE ANÁLISE

Neste capítulo teórico apresentamos noções fundamentais para a AD, neste espaço que se inicia gostaríamos de pensar quais as implicações que as noções vistas até o presente momento podem ter para um estudo sobre o *lugar discursivo*⁴¹, *autoria e leitura* diante de um *blog* jornalístico de cunho político. Retomaremos, então, ao início da exposição, recuperando os conceitos relevantes e, ao mesmo tempo, associando às idéias que explicitam a materialidade de estudo da qual iremos nos deter.

Difícilmente há um internauta que, entre um clique e outro, não tenha passado o olhar ou até mesmo se tornado um leitor ativo⁴² de algum *blog*. Este espaço constituído inteiramente pelo hipertexto interativo é que nos leva a ter curiosidade de investigação. Com o objetivo de pensarmos como se constitui o lugar discursivo do blogueiro jornalista, mobilizamos a noção, ainda não abordada, de *formação social*. Esta, por sua vez, compreende o espaço empírico que abriga as diferentes formações ideológicas, as quais interagem com as relações de poder institucionais determinando o lugar social que o sujeito ocupa na sociedade, em outras palavras: é o que poderíamos nomear como sendo a práxis social.

Afetado pelo inconsciente, o sujeito passa do lugar empírico (social) para o lugar discursivo, identificando-se com uma formação discursiva heterogênea a si mesma, marcada

⁴¹ A noção de lugar discursivo retornará na seção 5.1 e subseqüentes e trará um enfoque mais específico.

⁴² Entendemos como sendo o leitor que materializa sua leitura a partir do espaço destinado aos comentários.

fortemente por fronteiras instáveis que se deslocam em função dos jogos da luta ideológica. Ou seja, o domínio de saber de uma FD é responsável pelo fechamento essencialmente instável que delimita o seu interior de seu exterior. Este domínio de saber para Courtine (1981, p. 49-53) funciona como o princípio de aceitabilidade discursiva que determina o que pode e deve ser dito, e também, o que não pode e não deve ser dito. A FD compreende o espaço discursivo. O lugar discursivo está fora da FD é o antes, é pela inscrição neste lugar que o sujeito se relaciona tanto com a forma-sujeito quanto com as diferentes posições-sujeito que operam no discurso a partir dele. Portanto, se a *formação social* remete para a práxis social, a *formação discursiva* para a prática discursiva.

O lugar discursivo funciona, então, como um modo do sujeito se relacionar com a forma-sujeito histórica dos diferentes saberes que intervêm na FD do discurso midiático que é extremamente heterogênea. A partir daí o sujeito passa a se relacionar com as diferentes posições-sujeito, o que significa que, a partir de um mesmo lugar discursivo, o sujeito pode ocupar diferentes posições. Concordamos com Grigoletto (2005, p. 164) quando esta define que quando temos o movimento do sujeito com a forma-sujeito, através da categoria do lugar discursivo, estamos na ordem da constituição do discurso e, no movimento do sujeito com as posições, estamos na ordem da formulação.

Para ocupar um lugar discursivo o interdiscurso tem papel fundamental, pois funciona como o lugar do outro, como espaço de latência de sentidos. Nesse processo, abrigam-se os campos da história, da língua e do inconsciente sem fronteiras fixas, todos os sentidos convivem igualmente. O interdiscurso abriga um conjunto de enunciados que constitui diferentes formações ideológicas e, portanto, forma um lugar discursivo, seja do professor, da mãe, do blogueiro ou de qualquer outro. Com sua densidade, de acordo com Dorneles (2005, p. 120), o interdiscurso formata e dá configuração à matriz simbólica do lugar que é apontado ao sujeito como realidade. Assim, carrega o conjunto de significantes que, no encontro com o sujeito, ganham corporeidade permitindo a entrada no lugar, a partir do reconhecimento que funda o trabalho de desestruturação/reestruturação, quando então, naquele lugar já instituído, o sujeito pode movimentar-se e constituir-se em posições-sujeito. Desta forma, aproximamos tal definição a de Orlandi (1996) quando afirma que a tomada de posição ocorre quando o sujeito sob a ilusão de que tem controle sobre seu dizer, coloca-se num lugar discursivo sem afetar a posição-sujeito. O que nos remete para a constituição de um lugar discursivo que adquire maior estabilidade que a posição-sujeito.

No que tange ao interdiscurso e ao intradiscurso, temos um funcionando como “já-dito” do outro. Nesse sentido, pode-se dizer que, o intradiscurso enquanto “fio do discurso” do sujeito, é a rigor um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior”. Portanto, o trabalho do analista se dá ao avesso da constituição do sentido, em outras palavras: partimos da materialidade intradiscursiva para chegarmos à posição-sujeito, à formação discursiva, ao lugar discursivo e ao interdiscurso.

Passemos a discutir como se dá o processo de constituição de sentidos perpassando pelas noções de sujeito-autor e sujeito-leitor no funcionamento discursivo.

3.6 A CONSTITUIÇÃO DO SENTIDO EM AD

O homem enquanto sujeito é um ser simbólico que se constitui na e pela linguagem. Tudo o que vê, ouve e fala deve fazer sentido. Partindo desta afirmação de Orlandi (2001) nos deparamos com um sujeito que se produz produzindo sentido, vale lembrar, que sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo na articulação da língua com a história, já que é a história que provê a língua de sentido.

O fato de que o sentido se constitui historicamente, isto é, que ele é produzido dentro de uma FD determinada pelo interdiscurso, é oculto aos olhos do sujeito, que é levado, por este mesmo processo, à ilusão de um sentido universal. Assim, todo sujeito, ao dizer de um modo e não de outro, tem a “convicção” de que o que está dizendo só poderia ser dito daquela forma. Para a AD, este é um efeito de transparência que faz com que o sujeito se sinta responsável e fonte de seus sentidos. Este efeito se dá pela ideologia que apaga o equívoco da língua produzindo a ilusão da evidência. Este apagamento é característico do dispositivo ideológico do sujeito-intérprete comum. Desta forma, o trabalho da AD é de inverter este caminho, e ir de encontro à ilusão, pois nega justamente a univocidade, a transparência, a universalidade, a estabilidade e a transmissão de saberes.

Contrapondo-se a essas ilusões, a AD considera o *equívoco* como a possibilidade de que o sentido sempre possa ser outro. E o equívoco é tomado não como desvio, falha, acidente, algo que deva ser resolvido, mas como próprio de toda a interpretação, já que a interpretação é produção de sentido em condições de produção dadas. Em outras palavras, a

interpretação nunca é definitiva, única; há sempre outras possibilidades, outros sentidos. Afirmamos isso ancorados nas palavras de Pêcheux (1990a, p.53), “toda a descrição está intrinsecamente exposta ao equívoco da língua: todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro”. Ou seja, todo o enunciado está sujeito a diferentes gestos de interpretação, a rigor não há sentido e nem língua sem interpretação, e ao interpretar nos ancoramos na textualidade. Vale ressaltar, de acordo com os propósitos da AD, que não é no texto em si que estão as múltiplas possibilidades de sua leitura, é no espaço constituído pela relação do discurso com o texto, um entremeio, em que jogam os diferentes gestos de interpretação.

O texto é um objeto histórico e para o analista de discurso é legada a função de compreender tanto como os sentidos estão nele, quanto como ele pode ser lido, fazendo concomitantemente uma inter-relação com a exterioridade (interdiscurso). Para Pêcheux, as palavras presentes no texto não possuem significados em si, elas significam porque têm textualidade, ou seja, porque sua interpretação deriva de um discurso que as sustenta, que as provê de realidade significativa.

O sentido de uma palavra, de uma expressão, de uma proposição, etc., não existe ‘em si mesmo’ (isto é, em sua relação transparente com a literalidade do significante), mas, ao contrário, é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico, no qual são produzidas (isto é, reproduzidas). (PÊCHEUX,1988, p. 160)

O que nos faz concluir que cada palavra, por mais que tenha um significado previamente dicionarizado, quando inserida em uma determinada situação discursiva, adquire sentidos variados de acordo com a formação discursiva em que estiverem inscritos escritor/leitor, falante/ouvinte.

O sentido se constitui e não apenas é determinado pelas condições sócio-históricas, entre as quais está a dominação do interdiscurso sobre uma FD dominante. Por isso, o sentido é múltiplo. Não há um sentido fixo e suas nuances ou conotações diferentes. Como bem resume Orlandi (1987, p.144): “Não há um centro, que é o sentido literal, e suas margens, que são os efeitos de sentido. Só há margens. Por definição, todos os sentidos são possíveis e, em certas condições de produção, há a dominância de um deles”.

O sentido, assim como o sujeito, constitui-se pela interpelação ideológica. Como a interpelação se dá através da FD, o sentido só se constitui dentro de uma FD. O que resulta dizer que as palavras mudam de sentido ao serem produzidas em diferentes FDs, assim como

palavras diferentes podem adquirir o mesmo sentido quando pronunciadas em uma mesma FD. Para AD este processo é entendido como polissemia e paráfrase.

A paráfrase e a polissemia, observa Orlandi (1987, p.116), são os dois grandes processos da linguagem: a *matriz* e a *fonte do sentido*, respectivamente. Processos esses que aparecem domesticados nos modelos lingüísticos, enquanto sinonímia (paráfrase) e ambigüidade (polissemia). Conforme a mesma autora, se o sentido não fosse múltiplo não haveria a necessidade do dizer. *Matriz* ou *fonte do sentido*, o importante é que esses dois processos são igualmente atuantes, são igualmente determinantes para o funcionamento da linguagem.

A paráfrase se dá dentro de uma mesma FD, ou seja, diferentes palavras ou expressões podem ser produzidas, ou lidas ali dentro, sendo possível a substituição de umas pelas outras, sem que por isso o sentido venha a ser outro. A paráfrase convive em tensão constante com outro processo, a polissemia, esta desloca o “mesmo” e aponta para a ruptura, para a criatividade marcando a presença da relação homem-mundo, intromissão da prática na/da linguagem, conflito entre o produto, o institucionalizado, e o que tem que se instituir. É o que pode ser visto por um estudo da linguagem que se volte para o uso, para o processo, para a interação. A tensão constante com o que poderia ser.

Como o sentido muda de uma FD para outra e como uma FD não é isolada, ela está em relação com outras FDs que formam o interdiscurso, é que se pode dizer que é no interdiscurso que se encontram os outros sentidos. Em outras palavras: é no interdiscurso que se dá o lugar da polissemia, em que todos os sentidos são possíveis, é o que Pêcheux nomeia como *non sense*. Desta forma, a partir do entrecruzamento entre interdiscurso e FD, temos juntas a possibilidade de uma pluralidade de sentidos (polissemia), que se caracteriza como os sentidos lá na fonte e a limitação que determina a aceitação de só alguns sentidos (paráfrase). É a partir desta relação entre o que “poderia ser” (interdiscurso) e o que “pode e deve” ser dito (FD), é que temos o funcionamento simultâneo da polissemia e paráfrase influenciando-se, limitando-se e determinando-se mutuamente.

Como não existe uma injunção que fixe apenas um sentido literal às palavras, passíveis de uma única interpretação, se os sentidos podem sempre ser vários e podem ser outros, Rodriguez (1998) afirma que isso não significa que o sentido possa ser qualquer um e que todas as interpretações sejam equivalentes. Existem sentidos que se apresentam como sentidos verdadeiros, literais das palavras e interpretações que se apresentam como objetivas, mas é fundamental reconhecer que essa literariedade e essa objetividade são produtos da

história e não o resultado de uma relação natural entre as palavras e as coisas nomeadas, o sentido literal nada mais é que um efeito de sentido que se cristalizou e, ao se cristalizar, produziu o efeito de ser literal. É, então, pela inscrição na história de formulações, de interpretações que o sujeito pode significar, já que o homem na sua relação com a realidade natural e social não pode não significar; condenado a significar, essa interpretação não é qualquer uma, pois é sempre regida pelas condições de produção com sentidos determinados na história da sociedade. O processo ideológico, no discursivo, está justamente nessa injunção a uma interpretação. Este é um dos princípios básicos do funcionamento da ideologia, apreendido pelo discurso.

Nessa perspectiva, Rodriguez, parafraseando Orlandi, sintetiza o que entende por interpretação.

Interpretação é, assim, construção de sentidos – e não descoberta de sentidos já-dados. Interpretação é ideologia que determina o sentido (e não ‘oculta’ nem se ‘afasta’ dele). A ideologia se define aqui, como o processo de produção de um imaginário, isto é, produção de uma interpretação particular que apareceria no entanto como a interpretação necessária e que atribui sentidos fixos às palavras, em um contexto histórico dado. (RODRIGUEZ, 1998, p. 51)

Assim, interpretar não consiste em um gesto de um indivíduo livre que age conforme suas intenções, e sim de um sujeito inscrito na história; sujeito esse que, por não ser totalmente determinado, pode deslocar sentidos e produzir diferentes significações. É nesse jogo entre o já-dito e as novas formulações, entre o mesmo e o diferente que os sujeitos e os sentidos se constituem, reproduzem e transformam a história.

A AD ocupa assim esse lugar em que se reconhece a impossibilidade de um acesso direto ao sentido e que tem como característica considerar a interpretação como objeto de reflexão. Ela se apresenta como uma *teoria da interpretação*, em que o trabalho do analista é em grande parte o de situar (compreender) - e não apenas refletir – o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido, afinal, para o analista os sentidos são uma questão aberta a cujo sentido direto não temos acesso, e, além disso, ele não se fecha, pois de acordo com essa filiação teórica não o consideramos como único e literal. O que temos é a ilusão de seu fechamento quando, na realidade, estamos no efeito dessa ilusão. Deste modo,

A análise de discurso não pretende instituir-se especialista na interpretação, dominando ‘o’ sentido dos textos, mas somente construir procedimentos que exponham o olhar-leitor em níveis opacos na ação estratégica de um sujeito (tais como a relação discursiva entre sintaxe e léxico no regime dos enunciados, como o efeito interdiscurso induzido nesse regime, sob a forma do não-dito que daí emerge, como discurso-outro, discurso de um outro, ou discurso do Outro). ‘Não se trata de uma leitura plural na qual um sujeito joga multiplicando os pontos de

vista possíveis para melhor aí se reconhecer, mas de uma leitura na qual o sujeito é, ao mesmo tempo, despojado e responsável pelo sentido que lê'. (PÊCHEUX 1983⁴³, p. 58)

O desafio crucial é o de construir interpretações, sem jamais neutraliza-las, nem no 'qualquer coisa' de um discurso sobre o discurso, nem em um espaço lógico estabilizado com pretensão universal. (PÊCHEUX, 1998, p. 60)

Para o analista de discurso a definição de sentido está presente na própria definição de discurso, que não é transmissão de informação, em que o sentido seria produzido por aquele que escreve cabendo ao interlocutor decodificar, mas um efeito de sentidos entre os interlocutores, os quais representam posições-sujeito, e essas posições-sujeito é que determinam a produção do sentido, ou melhor, se constituem junto com ele na interpretação, sob a interpelação da FD.

3.7 O SUJEITO NO FUNCIONAMENTO DISCURSIVO

Para abordar questões acerca da perspectiva do sujeito em Análise do Discurso, é preciso ter claro que não se trata de um indivíduo empírico munido de vontade que fala e escreve com intenções e estratégias. Pelo contrário, conforme menciona Orlandi (2001, p.100), na perspectiva teórica da AD, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, e este se submete à língua significando e significando-se pelo simbólico na história, marcado pela incompletude.

Essas noções se encontram presentes no desenrolar dos estudos discursivos. A primeira concepção de sujeito (PÊCHEUX, 1997, p. 82) se configura como “o lugar determinado na estrutura social” que funciona no processo discursivo por meio de formações imaginárias. Trata-se, para Indursky (2000, p.70), de um sujeito social que não é tomado em sua condição lingüística e/ou individual.

Pêcheux, em co-autoria com Catherine Fuchs (1997, p.164), reformulam questões acerca do sujeito e passam a projetar uma teoria da subjetividade de natureza psicanalítica em que o sujeito não é mais apenas social, mas também é dotado de inconsciente, o que resulta em dois efeitos de ilusão, ou dois esquecimentos, de acordo com os autores.

⁴³ No presente trabalho teremos como citação a publicação brasileira editada em 1998.

O esquecimento nº 1 é de natureza inconsciente, e por isso inacessível ao sujeito. Resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia. Por esse esquecimento, como define Pêcheux e Fuchs (1997, p.177), nos deparamos com uma zona inacessível ao sujeito que é ao mesmo tempo constitutiva da subjetividade na língua. Em outras palavras, o que Pêcheux formula como sendo o esquecimento nº 1 é o que nos proporciona a ilusão de ser a origem do que dizemos. Essa ilusão se configura no “sonho” de ser o primeiro homem dizendo as primeiras palavras que significam exatamente o que queremos.

O segundo esquecimento se faz presente na zona dos processos de enunciação e caracteriza-se por um funcionamento pré-consciente/consciente (PÊCHEUX e FUCHS, 1997, p. 177), ou seja, “o sujeito se corrige para explicitar a si próprio o que disse, para aprofundar ‘o que pensa’ e formulá-lo mais adequadamente”.

Seguindo a evolução dos estudos com relação ao sujeito, encontramos na obra de Pêcheux (1997) o que ele denominou como sendo “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” (PÊCHEUX, 1988, p.133) que busca desvendar o processo de constituição do sujeito oculto ao próprio sujeito e, para isso, uma teoria com tal formato requer a articulação entre inconsciente e ideologia. Assim, como escreve Indursky (2000, p. 71), o sujeito passa a ser entendido pela AD como sendo social (a relação com a história) e dotado de inconsciente (a relação com o dizer do outro). Em outras palavras, o sujeito é duplamente afetado: em seu funcionamento psíquico, pelo inconsciente, e em seu funcionamento social, pela ideologia. A partir de então o sujeito é visto como constituído pela formação discursiva que o interpela, resgatando no seu dizer o já-dito no interdiscurso. O sujeito é, portanto, desde sempre determinado, interpelado e constituído pela ideologia.

O sujeito é um ser histórico, pois enuncia a partir de um determinado lugar e em um determinado tempo e os sentidos que esse sujeito produz são determinados pela maneira com que se inscreve na língua e na história e não unicamente por sua vontade. Desta forma, de acordo com Pêcheux (1988, p. 160), o sentido não existe em si, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam.

Um discurso se materializa através de textos e nestes estão presentes diferentes posições de sujeito; isso se explica pela concepção de que um discurso é construído a partir do entrecruzamento de uma pluralidade de discursos. Para melhor explicitar essas idéias, apresentamos as palavras de Courtine (1999, p.18) “aos lingüistas que consideram o sujeito falante como sujeito-origem, pleno e sem memória, as teses sobre a existência histórica e

material das ideologias lembravam a eles que ‘há sempre já um discurso’”. O sujeito não é dono do próprio discurso, não é um sujeito uno, pois o seu discurso é perpassado por outras vozes, ou seja, em um mesmo discurso pode haver a presença de formações discursivas distintas entre si. Esta noção é de extrema importância para entendermos o funcionamento da noção sujeito. E para isso se faz necessário entender as diferentes perspectivas abordadas ao longo do desenvolvimento da Análise de Discurso de corrente francesa.

Pêcheux (1988, p. 215) introduz o que chamou de modalidades de tomadas de posição:

1ª modalidade > identificação plena do sujeito do discurso com a forma-sujeito. Representa o discurso do “bom sujeito” que reflete espontaneamente o Sujeito. Tem-se aí o lugar da reprodução sem o desdobramento da forma-sujeito.

2ª modalidade > o sujeito do discurso através de uma “tomada de posição” se contrapõe à forma-sujeito. Consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, revolta ...) em relação ao que diz a forma-sujeito. O sujeito passa a se contraindificar com o saber da FD que lhe é imposta. Representa o discurso do “mau sujeito”.

3ª modalidade > o sujeito do discurso desidentifica-se de uma FD para deslocar sua identificação para outra FD. De acordo com Pêcheux (ibid.), esta modalidade possibilita um processo subjetivo de identificação com as organizações políticas “de tipo novo”. Com base na reflexão teórica de Pêcheux entendemos que esta modalidade, em determinadas situações de discurso, estaria ligada ao conceito de *acontecimento*, ou seja, há uma ruptura com a FD e a identificação não será mais a mesma, instaura-se uma nova FD. Todo esse processo, como bem afirma Pêcheux (1988, p. 217) não se trata de uma simples anulação da forma-sujeito e sim “um trabalho de transformação e deslocamento”.

Tanto a modalidade 1 quanto a modalidade 3 nos parecem ser bem delineadas e bem homogêneas, ou o sujeito se identifica plenamente ou se desidentifica, não há lugar para outras posições de sujeito. Já a modalidade 2 tem suas fronteiras mais instáveis e admite uma outra posição de sujeito dentro da mesma FD, abrindo espaço para a heterogeneidade, questão que ficará explícita em 1977⁴⁴, quando Pêcheux apresenta um trabalho durante o Simpósio sobre o Discurso Político no México e aborda questões referentes à heterogeneidade da ideologia afirmando que “uma ideologia não é idêntica a si mesma, só existe sob a modalidade da divisão, e não se realiza a não ser na contradição que com ela organiza a

⁴⁴ Publicação em 1980.

unidade e a luta dos contrários” (Pêcheux, 1980, p. 192). Assim, instaura a diferença e a divisão como características da ideologia que passa a ser entendida como heterogênea. Desta forma, o autor postula que, se a ideologia não é idêntica a si mesma, a FD, por manter relações estreitas com a ideologia, pela mesma razão, também é ao mesmo tempo idêntica e dividida, portanto heterogênea, ou seja, ao invés da igualdade e unicidade o que se instaura é a contradição, o igual e o diferente.

As conseqüências dessa ideologia que só existe na sua divisão e contradição por excelência e que, portanto, abriga a heterogeneidade, irão resultar em um sujeito que passa a ser entendido como efeito no discurso, que tem diante de si uma FD com diferentes posições-sujeito, de acordo com o que afirma Courtine,

Chamar-se-á domínio da forma-sujeito o domínio da descrição da produção do sujeito como efeito no discurso; isto conduz a descrever o conjunto das diferentes posições de sujeito em uma formação discursiva como modalidades particulares de identificação do sujeito da enunciação ao sujeito do saber, com os efeitos discursivos específicos que lhe estão ligados. (Courtine,1981, p.51)

Assim, este sujeito é conduzido a, pelos diferentes modos, identificar-se ou contra-identificar-se com o saber de uma FD, cujas fronteiras se deslocam para acomodar saberes que migram, que vêm de fora, do interdiscurso, fronteiras cujo fechamento é extremamente instável (COURTINE, 1981, p.49).

Segundo Pêcheux (1988, p.163), é através da identificação do sujeito com a FD que o domina que a interpelação (assujeitamento) se dá e transforma o individuo em sujeito de seu discurso. A AD parte do pressuposto de que o sujeito não é fonte de sentido, mas se constitui por um trabalho de rede de memória⁴⁵, acionada pelas diferentes formações discursivas que representam, no interior do discurso, variadas posições-sujeito, as quais só são possíveis

⁴⁵ Com relação ao conceito de memória, não nos deteremos com mais ênfase neste trabalho, mas especificamos que se trata da *memória discursiva* que tem por definição a noção introduzida na teoria da AD por Courtine (1981, p.49-53) na qual afirma que toda a produção discursiva acontece numa conjuntura dada e coloca em movimento formulações anteriores já enunciadas. Pêcheux (1999, p. 49-57), do mesmo modo que Courtine, salienta que a memória que interessa para a AD não é a “memória individual”, mas aquela que entrecruza os sentidos da memória mística, da memória social, inscrita em práticas e da memória construída pelo historiador. A memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os pré-construídos, os elementos citados e relatados, os discursos transversos, etc. de que sua leitura necessita: *a condição do legível em relação ao próprio legível*. Segundo próprias palavras de Pêcheux, *uma memória não poderia ser concebida como uma esfera plena, cujas bordas seriam transcendentais históricas e cujo conteúdo seria um sentido homogêneo, acumulado ao modo de um reservatório: é necessariamente um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização(...).Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos (op.cit. p.56)*. Leandro Ferreira (2001, p.22) aproxima Courtine e Pêcheux e sintetiza o conceito de memória discursiva como sendo *as possibilidades de dizeres que se atualizam no momento da enunciação, como efeito de um esquecimento correspondente a um processo de deslocamento da memória como virtualidade de significações. A memória discursiva faz parte de um processo histórico resultante de uma disputa de interpretações para os acontecimentos presentes ou já ocorridas.*

porque há a ideologia que sustenta o heterogêneo, a contradição, a dispersão, o pré-construído, ... É como sintetiza Indursky

Para a AD, a categoria de *sujeito* não é idealista por ser interpelado ideologicamente, (...), o sujeito, ao produzir seu discurso, o faz a partir de determinadas *posições de sujeito*, igualmente ideológicas. Tais posições, contudo, não transformam esse sujeito em uma figura que decide livremente seu discurso, pois se trata de um sujeito socialmente constituído. No entanto, por não ter consciência de seu assujeitamento, mantém fortemente arraigada a ilusão de ser plenamente responsável por seu discurso e suas posições. (INDURSKY, 1997, p. 27-28)

Em outras palavras: o sujeito, para a AD, não é origem do sentido tampouco elemento de onde se origina o discurso, pois não é único, há diversas posições-sujeito que estão relacionadas com determinadas formações discursivas e ideológicas. Portanto, parte-se do princípio de que o sujeito está sempre interpretando e ao interpretar está produzindo sentido. Por acreditarmos que não há um sujeito único, também acreditamos que não há um sentido único, o que de fato há é o efeito de unicidade que pode ser entendido pelo viés da noção de autor.

3.7.1 SUJEITO-AUTOR

Pensar a noção de autor é mover-se por caminhos que nos levam, em primeira instância, a refletir sobre a noção de texto⁴⁶, tendo em mente que este representa a materialidade lingüística que nos possibilita o acesso ao discurso. Trabalhar sob a perspectiva teórica da Análise do Discurso de linha francesa requer um direcionamento de análise para o modo como o texto organiza sua relação com a exterioridade e o modo como organiza internamente estes elementos provenientes desta exterioridade com o objetivo de produzir um texto que aparente ser homogêneo. Assim, diferentemente das demais teorias textuais, para a AD não basta apenas a organização lingüística interna ao texto.

Seguindo os parâmetros desta teoria, é possível pensar o texto como entreaberto, ou seja, um espaço que não se fecha em si mesmo, pois estabelece relações com outros textos e com outros discursos. Nessa perspectiva, o texto, segundo Indursky (2001, p 29-30), se constitui a partir de uma série de fatores como: *relações contextuais*, que remetem o texto

⁴⁶ Mesmo já tendo sido abordada a noção de texto, julgamos necessário trazer outras considerações para corroborar para o entendimento da noção de sujeito-autor e sujeito-leitor.

para o contexto socioeconômico, político, histórico, determinando as condições de sua produção; *relações textuais* que relacionam o texto com outros textos, é o que habitualmente se nomeia como sendo intertextualidade⁴⁷; *relações interdiscursivas*⁴⁸, aproximam o texto de outros discursos de tal forma que não é possível identificar o que foi produzido no próprio texto e o que é proveniente de outros discursos.

Diante de tais características o que se evidencia é um texto heterogêneo que comporta em sua constituição diferentes textos, diferentes discursos e diferentes subjetividades. Pensar o texto como sendo homogêneo requer que seja acionada outra noção teórica, a de função-autor. Para Foucault (2004, p. 26) o autor é entendido não como o indivíduo empírico que pronuncia ou escreve um texto, mas sim como um “princípio de agrupamento do discurso, como unidade e origem de suas significações, como foco de sua coerência”, o que o torna responsável pelo texto que produz.

Foucault, em *O que é o autor?* (1992), diz que todos os discursos que são providos da função autor comportam uma pluralidade de “eus”. Mais adiante afirma que o sujeito ocupa um lugar, uma posição discursiva⁴⁹ que tem a forma da individualidade do eu. Ou seja, a partir da nossa leitura de Foucault, o autor ocupa a função de unidade, coesão e homogeneidade do texto, assim ele organiza de tal forma todos os “eus” que passam a ocupar, aos olhos do leitor, uma única posição discursiva.

Adentrando no campo da Análise do Discurso, Orlandi, retomando as reflexões de Foucault sobre o autor, diz que essa noção já é uma função da noção de sujeito, portanto, responsável pela organização do sentido e pela unidade do texto produzindo o efeito de continuidade do sujeito. Para a AD a função-autor “se realiza toda vez que o produtor da linguagem se apresenta na origem, produzindo um texto com unidade, coerência, progressão, não-contradição” (ORLANDI, 1996, p. 69). A partir dessa afirmação pode-se pensar a função-autor também como o lugar em que se constrói a unidade do sujeito, revelando assim,

⁴⁷ Pensar em intertextualidade sob o ponto de vista da AD é deslocar um conceito proveniente da literatura e passar a entendê-lo como uma noção que aponta não apenas para um efeito de origem, quando trabalha com o discurso fundador, mas aponta igualmente para outros textos inscritos na mesma matriz de sentido.

⁴⁸ Conforme Indursky (2001, p.30) o interdiscurso pode ser entendido como a memória do dizer, remete a redes discursivas tais que já não é possível identificar com precisão a origem de um texto, visto que o discurso está disperso em uma profusão descontínua e dispersa de textos relacionando-se com FDs e mobilizando posições-sujeito igualmente diversas.

⁴⁹ Para a AD além de ocupar uma posição esta também se inscreve em uma FD específica. (ORLANDI E GUIMARÃES, 1988, p.57)

uma das dimensões da interpelação do indivíduo em sujeito, interpelação esta que traz consigo a aparência de unidade que a dispersão⁵⁰ toma.

Desta forma, segundo Orlandi e Guimarães, o que se observa são os efeitos da ideologia produzindo a aparência da unidade do sujeito e a transparência do sentido. É a relação do sujeito com o texto, deste com o discurso, e a tomada de posição frente a uma formação discursiva determinada que produz a impressão da unidade, da transparência, da completude e da coerência criada pelo sujeito autor.

Ao fazerem uma interface com Ducrot, Orlandi e Guimarães (1988) propõem pensar a função-autor como correspondente a diferentes funções enunciativo-discursivas, como segue, nessa ordem: locutor, enunciador e autor. Em que o locutor é aquele que se representa como “eu” no discurso, é o falante material empírico bruto, o enunciador é a perspectiva que esse “eu” assume enquanto produtor da linguagem, ou seja, é o sujeito dividido em suas várias posições no texto. Já o autor é, dentre as demais dimensões enunciativas do sujeito, a que mais se determina pela exterioridade, afetada, portanto, pelo social e suas coerções. O autor apaga o sujeito⁵¹ produzindo uma unidade que resulta de uma relação de determinação do sujeito pelo seu discurso, tem-se assim a ação do discurso sobre o sujeito.

Outra noção necessária a ser abordada em relação à autoria diz respeito à interpretação. Para Orlandi (1996, p. 70), o sujeito só se faz autor se sua produção for passível à interpretação. Ao assumir sua posição de autor produzindo um evento interpretativo ele inscreve sua formulação no interdiscurso e passa a historicizar seu dizer. Desta forma a autoria é caracterizada por Orlandi como sendo:

A produção de um gesto de interpretação, ou seja, na função-autor o sujeito é responsável pelo sentido do que diz, em outras palavras, ele é responsável por uma formulação que faz sentido. O modo que ele faz isso é que caracteriza sua autoria. Como, naquilo que lhe faz sentido, ele faz sentido. Como ele interpreta o que interpreta. (ORLANDI, 1996, p. 97)

Diante de tal constatação se recorre a Pêcheux (1988) para poder explicitar que a afirmação de que *o sujeito é responsável pelo seu dizer* se constitui como uma ilusão necessária do falante. Ou seja, é pelo funcionamento da ideologia que ele assim se “vê”, mas de fato o que ele faz é retomar sentidos preexistentes e inscritos em formações discursivas determinadas. É da representação do sujeito como autor que mais se cobra esta “ilusão” de ser

⁵⁰ O discurso é caracterizado pela dispersão: dos textos e do sujeito. Dispersão de texto por este ser sempre atravessado por várias posições do sujeito. Dispersão do sujeito por este ser descontinuidade.

⁵¹ O autor é a instância que haveria maior apagamento do sujeito. Apagamento no sentido de ser a própria possibilidade de transmutação do sujeito em suas múltiplas formas e funções.

a fonte e origem do seu discurso, pois sua relação com a linguagem está mais suscetível ao controle social. Assim, o sujeito-autor envolve-se no efeito ideológico inconsciente e tem a impressão de ser a fonte e origem do que diz (esquecimento 1), passando a um movimento pré-consciente/consciente de deter a realidade do seu pensamento, já que o que diz só poderia ser dito ilusoriamente daquela maneira (esquecimento 2). Estes dois esquecimentos, ou então estas duas ilusões, é que permitem ao sujeito falar e ao falar pensar o sentido como transparente, o texto como único e fechado e sua autoria como origem do dizer, sendo que na verdade seu discurso não nasce e nem termina nele.

Permeando este campo de ilusões, Gallo, em *Discurso da escrita e ensino* (1992), pensa a função-autor concretizando-se ao se dar o fecho a um texto, ao colocar o ponto final.

A assunção de autoria pelo sujeito, ou seja, a elaboração da função-autor consiste, em última análise, na assunção da ‘construção’ de um ‘sentido’ e de um ‘fecho’ organizadores de todo o texto. Esse ‘fecho’, apesar de ser entre tantos outros possíveis produzirá, para o texto, um efeito de sentido único, como se não houvesse outro possível. Ou seja, esse ‘fecho’ torna-se ‘fim’ por um efeito que faz parecer ‘único’ o que é ‘múltiplo; transparente o que é ‘ambíguo’. (GALLO, 1992, p.58)

Para a Análise do Discurso, a linguagem assim como o discurso são sempre incompletos, e por isso o autor jamais realiza o fechamento total de um texto. O texto só é fechado, ou melhor, é visualizado como sendo composto por começo, meio e fim, enquanto *unidade empírica* de análise. Gallo atesta que o fim é, na verdade, o efeito de sentido que o “fecho” produz. Efeito esse que faz parecer “único” e “absoluto”, o que é sempre “arbitrário”.

Levando estas considerações para o foco de análise que se propõe esta dissertação, pensar o fecho de um texto é uma tarefa um tanto penosa. O que seria o fim de um texto quando se pensa o campo da internet? Afinal o texto empiricamente apresenta uma estrutura visível com começo, meio e fim, mas no momento em que se coloca um *link* e este texto deixa de ser único e passa a se inter-relacionar com outros textos, tornando-se um hipertexto, quem coloca este ponto final (mesmo que imaginário) não é mais o autor em si, mas o leitor, e com isso, frente à perspectiva de Gallo de que o autor é quem dá este efeito de “fecho” nos deparamos no hipertexto com a função-autor/leitor⁵².

Outra noção desenvolvida por Gallo que requer nossa atenção diz respeito ao que ela define por *efeito-autor*. Para a AD o sentido das palavras se dá pelo posicionamento do sujeito em uma formação discursiva, e esta por sua vez se define como sendo heterogênea, ou seja, comporta em seu interior diferentes posições-sujeito que correspondem à maneira de como o

⁵² Questões referentes ao leitor serão melhor discutidas na seção seguinte.

sujeito se relaciona com a forma-sujeito; a função-autor, portanto, seria o modo particular de cada indivíduo se posicionar. De acordo com o que salienta Gallo (1999, p. 200), o “efeito-autor se produz sempre e exatamente no confronto entre duas Formações Discursivas dominantes”. Assim, pela função-autor e pelo efeito-autor, o texto apresenta unidade do dizer, coerência e fechamento, constituindo-se pela dominância de uma FD sobre outras e pela dominância de uma posição-sujeito sobre as demais. Quanto ao campo da internet, que é o nosso foco, Gallo (2008, p. 214) afirma que o evento discursivo que constitui a rede da internet põe em confronto o discurso da mídia digital com incontáveis discursos dominantes, fazendo surgir daí novos efeitos de autoria.

Um texto produzido diante de tais perspectivas tem como produtor um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva, ou seja, produz seu texto a partir de um lugar social e com isso exerce a função enunciativa de autor. De acordo com Indursky (2001, p. 30-31) esse sujeito-autor mobiliza diferentes relações com a exterioridade, mobiliza vários recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades⁵³ e os organiza, dando-lhes a configuração de um texto uno e significativo. Ou seja, o sujeito-autor, ao reunir e organizar os recortes heterogêneos e dispersos provenientes do exterior, produz a textualização desses elementos que, ao serem aí recontextualizados, se naturalizam “apagando” as marcas de sua procedência, exterioridade, heterogeneidade e dispersão, e com isso o que se torna perceptível é uma superfície textual plana, lisa e uniforme.

Sob a ilusão da homogeneidade textual, da completude e do fechamento, vai se instaurar o processo de leitura. Cabe assim pensar como se dá o processo desta prática de leitura frente a um hipertexto.

3.7.2 SUJEITO-LEITOR

Se o autor, conforme discorrido anteriormente, é um sujeito interpelado ideologicamente que se identifica com uma formação discursiva assumindo posição frente a um texto, o leitor também o é. Isso, conforme afirma Indursky (2001, p.34), nos leva a pensar

⁵³ De acordo com Indursky (2001), “palavras já-ditas em outro lugar, ao serem apropriadas pelo sujeito-autor, precisam ser atravessadas pela modalidade do esquecimento para que possam ressoar como novas no interior do texto que está sendo produzido”.

que o sujeito-leitor ocupa uma posição-sujeito em relação à ocupada pelo sujeito-autor, podendo identificar-se ou não com tal posição. Cada leitor produz sua leitura de um lugar social determinado, que pode ou não coincidir com o lugar social em que o sujeito-autor produziu o texto. Assim, o leitor passa a instaurar o seu próprio trabalho discursivo.

Concordamos com Indursky (2001, p. 35) quando diz que o sujeito-leitor ao dialogar com o efeito-texto⁵⁴ entra no jogo ilusório e acredita que o texto se configura como uma superfície homogênea e que a única voz com a qual se defronta é a do sujeito-autor, quando, sob a perspectiva da Análise do Discurso, sabemos que aí estão representadas diversas vozes, diferentes posições-sujeito, advindas de distintas Formações Discursivas. Assim, o autor unifica o que é disperso, ou seja, textualiza de forma linear os vários recortes.

Mesmo sob o efeito da unicidade, o leitor não tem como evitar a interlocução com as demais vozes presentes no texto, com isso, na concepção de Indursky (2001, p.35), sua prática de leitura se lança em uma interdiscursividade insuspeita que lhe faz interagir com todos os outros sujeitos presentes no efeito-texto além do sujeito-autor. Desta forma, tornando presente os parâmetros da AD em que afirma que o texto é heterogêneo em sua essência, temos a interlocução produzida pela prática de leitura também fortemente heterogênea.

Vale ressaltar, que esta interdiscursividade, ou seja, que o interdiscurso quando materializado no intradiscurso assume a modalidade de uma presença ausente conforme assinala Courtine (1999). Em outras palavras, o interdiscurso está presente, mas não é totalmente perceptível, pois cada sujeito-leitor tem um domínio maior ou menor de perceber esta interdiscursividade, vai depender, em grande parcela, de sua história particular de leituras, ou em outros termos, das condições de produção de leitura de cada sujeito-leitor. Desta forma, a cada novo sujeito-leitor, novas relações surgirão, novas leituras serão possíveis, novas interpretações serão projetadas, enfim, novos sentidos serão produzidos. Ler, de acordo com Pêcheux (1990b, p. 286), é mergulhar nessa teia invisível, constituída de palavras já-ditas e já esquecidas que constituem um “corpo sócio-histórico de vestígios” a serem lidos.

Frente ao efeito-texto o sujeito-leitor, sob a prática discursiva de leitura, passa a debater, discutir e interagir, assumindo uma postura crítica e com isso, conforme constata Indursky (2001, p. 38), o sujeito-leitor promove a “desconstrução” do efeito-texto

⁵⁴Entendemos por efeito-texto este espaço ilusório criado pelo autor de completude, transparência, homogeneidade, enfim, o efeito-texto reflete uma aparente unidade.

desestabilizando a superfície dita “plana”, “bem estruturada” e “homogênea”, reconhecendo e introduzindo aí elementos que lhe são externos. Como consequência, a homogeneidade, o fechamento e a completude do efeito-texto passam a ser propriedades estritamente simbólicas, pois o texto reaparece na sua plenitude de heterogeneidade e se transforma em um espaço discursivo incompleto e fortemente lacunar. Em suma: nas palavras da autora recém citada, “o resultado do trabalho discursivo da produção de leitura é desestabilizar sentidos que parecem estabilizados, podendo mesmo levá-los ao deslocamento, à deriva, à ruptura”, podendo, desta forma, produzir sentidos divergentes dos inicialmente pretendidos pelo sujeito-autor.

Entretanto, no que tange a produção discursiva da leitura, Indursky (2001) salienta que esta não se limita única e exclusivamente à desestabilização do efeito-texto produzido pelo sujeito-autor. É função imposta ao leitor a reconstrução textual que se efetiva ao preencher as lacunas produzidas por sua prática discursiva. Sintetizando: ao mesmo tempo em que o sujeito-leitor desconstrói o efeito-texto produzindo certas lacunas em sua estruturação, resultado do atravessamento da interdiscursividade, ele também reconstrói o texto preenchendo estas lacunas a partir de sua história particular de leituras que é acionada pela memória discursiva. Desse trabalho de desconstrução/reestruturação o texto é ressignificado e se reconstrói um novo efeito-texto. Assim, neste processo podemos considerar o sujeito-leitor também como um sujeito-autor, pois assume, no momento da reconstrução textual, a função de organizar as diferentes vozes anônimas da interdiscursividade que fazem presença constante na prática de leitura, e recaindo, do mesmo modo como o autor, na ilusão do sentido único e na homogeneidade textual.

Ver o texto pelo prisma da função-autor e da função-leitor, sob os parâmetros da Análise do Discurso, é estar diante de um texto duplamente heterogêneo, e caso este mesmo texto tenha mais de um leitor, estaremos diante de um texto infinitamente heterogêneo.

3.8 IMPLICAÇÕES TEÓRICAS PARA O OBJETO DE ANÁLISE

A segunda parte deste capítulo que se encerra, ao tratar de noções como a constituição do sentido, sujeito, sujeito autor e leitor têm implicações diretas para com nossas análises. Procuraremos agora definir uma forma de abordagem sobre o *blog* jornalístico, com base nas noções apresentadas.

Uma das questões que nos inquietam quanto ao blog, e ao campo da internet como um todo, diz respeito à característica da infinitude textual. Ou melhor, como precisar um início e um fim diante de um hipertexto constituído por *links*? Questionamos a concepção de *fecho textual* apresentada por Gallo, na seção que trata do sujeito-autor, por entendermos que o fecho no hipertexto nada mais é que um efeito de fim que se efetiva, sobretudo, com a interrupção da leitura pelo sujeito-leitor. Se há um efeito de fim, antes, é preciso um efeito de início, para isso nos apoiamos nas formulações de Lisbôa que diz:

Acreditamos que todo texto é produto não só de um efeito-fecho, mas também de um efeito-início porque sendo a materialização do discurso, implica necessariamente num recorte de algo sem início e sem final que é o continuum discursivo. Ou seja, iniciar é o gesto de definir um ponto determinado de inserção neste continuum. Este gesto — que é um corte essencialmente ideológico, pois determina os efeitos de sentido possíveis de serem produzidos a partir dele — é determinante também, portanto, do recorte discursivo resultante, a saber, do efeito-fecho que será produzido. (LISBÔA, 2008)

Desta forma, o efeito de início na internet se dá pelo estabelecimento de um corte textual no continuum discursivo, logo, pelas mobilizações interdiscursivas.

Com o objetivo de pensarmos como se constitui a autoria do *blog* político, a partir de um estilo jornalístico, temos que ter claro que no processo de escritura o sujeito-autor mergulha em *uma teia discursiva invisível construída de já-ditos* para configurar seu texto segundo os saberes da posição-sujeito em que se inscreve em uma dada formação discursiva. Assim o sentido se constitui, e não apenas é determinado pelas condições sócio-históricas, entre as quais está a dominação do interdiscurso sobre uma FD dominante. Por isso, o sentido é múltiplo, e no caso do espaço do *blog* o sentido é construído pelo gesto de interpretação tanto do blogueiro quanto do leitor.

Para a AD o sentido das palavras se dá pelo posicionamento do sujeito em uma formação discursiva, e esta por sua vez se define como sendo heterogênea, ou seja, comporta em seu interior diferentes posições-sujeito que correspondem à maneira como o sujeito se relaciona com a forma-sujeito. O papel do sujeito-autor, duplamente afetado (pelo inconsciente e pela ideologia), passa a ser o de produzir gestos de interpretação marcados pela projeção imaginária que ele faz de si, do outro e do lugar social e discursivo em que está inscrito, ainda que disso não se dê conta.

Ao trabalharmos a *função-autor*, o modo particular de cada indivíduo se posicionar, e *efeito-autor*, que se produz sempre e exatamente no confronto entre duas formações discursivas cuja resultante é uma nova formação dominante (GALLO, 1999, p. 200),

queremos propor a definição com que entenderemos cada noção. Assim, ao tratarmos da *função-autor* a conceberemos como função de um sujeito organizador de discursos, que tem diante de si a responsabilidade da costura das vozes presentes no interdiscurso, ao mesmo tempo tendo a ilusão da produção de um texto plano e coerente. Já quanto ao *efeito-autor* propomos alguns deslocamentos ao proposto por Gallo, até mesmo pelo fato de nossos objetivos não se voltarem apenas ao confronto entre FDs. O que queremos marcar enquanto *efeito de autoria* é a questão do hipertexto inacabado em que a construção de sentido se dá tanto pelo blogueiro quanto pelos leitores e também pelo mediador que seleciona uns comentários e não outros. Em outras palavras: efeito-autor se constitui diante de um texto único e ao mesmo tempo novo a partir de cada gesto de interpretação, em que o leitor desconstrói um efeito-texto, insere saberes advindos da FD com a qual se identifica e materializa textualmente um novo efeito-texto. Assim, concebemos *efeito de autoria*, como esta relação mútua autor/leitor/mediador. Diante disso, quando trabalharmos *função-autor*, estaremos entendendo *organizador* de discursos, quando trabalharmos *efeito-autor*, entenderemos o sujeito enquanto *produtor* de sentidos.

Diante do campo discursivo da *blogoesfera*, notemos que muitos são os *blogs* que tratam sobre política, a maioria destes com posicionamentos bem partidários, como exemplo, temos os seguintes *posts* disponibilizados tanto em linguagem verbal quanto não verbal:

Post 1

29/10/2006 16:43

O direito à festa e à luta

Por Emir Sader

Comemoremos e retomemos a luta, em condições melhores, por um “outro Brasil possível”, que está ao alcance de nós, do governo, do PT, da esquerda, dos movimentos sociais, da intelectualidade crítica, das militância política e cultural.

(http://www.cartamaior.com.br/templates/blogMostrar.cfm?blog_id=1&mes=10&ano=2006&alterarHomeAtual=1) (sic⁵⁵)

Post 2

Augustus Nicodemus

As primeiras pesquisas após o primeiro turno dão vitória de Lula sobre Alckmin no segundo. Inclusive por margem maior. Espero estar errado, mas tenho um pressentimento de que, desta feita, as pesquisas estão certas. Tenho lido diversos artigos nos jornais e revistas de grande circulação dando as causas dessa vitória, apesar dos escândalos no qual o partido de Lula e seu círculo íntimo de

⁵⁵ A palavra “sic” é usada para evidenciar que o uso incorreto ou incomum de pontuação, ortografia ou forma de escrita presente em uma citação, provém de seu autor original. Serve assim para deixar claro ao leitor que não houve um erro de tipografia.

colaboradores estão envolvidos até o pescoço. Nenhum deles, evidentemente, analisa o fenômeno do ponto de vista da fé cristã reformada.

posted by Julio Severo : 11:15h 22 de outubro (http://juliosevero.blogspot.com/2006_10_01_archive.html) (sic)

Post 3

Polícia técnica descobre digitais na grana de petistas para compra de dossiê fajuto 27.10.06



(http://ex-petista1.blogspot.com/2006_10_01_archive.html) (sic)

Não é nosso objetivo fazer análise destes textos selecionados, o que queremos mostrar é que cada um destes *posts* têm como produtor um sujeito interpelado ideologicamente e identificado com uma posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva bem definida, ou seja, produz seu texto a partir de um lugar social e discursivo e com isso exerce a função enunciativa de autor. De acordo com Indursky (2001, p. 30-31), esse sujeito-autor mobiliza diferentes relações com a exterioridade, mobiliza vários recortes textuais relacionados a diferentes redes discursivas e diferentes subjetividades. Selecionamos tais *posts* pela necessidade de mostrar que os *blogs* de política, na sua maioria, possuem um posicionamento muito claro, assim sendo, queremos estabelecer um contraponto com nossas análises futuras quando selecionamos um *blog* jornalístico, estilo contrário dos aqui apresentados. Nota-se que nas seleções acima os autores posicionam-se abertamente no espaço discursivo que ocupam. O que queremos questionar é se este posicionamento explícito também ocorre em *blogs* redigidos no estilo jornalístico⁵⁶?

⁵⁶ Entendemos como estilo jornalístico questões norteadoras que o sujeito pensa ser capaz de alcançar: *Objetividade, imparcialidade, precisão, exatidão, verdade, isenção quanto à subjetivação.*

CAPÍTULO 4 – METODOLOGIA DE ANÁLISE

Ao sujeito do discurso faz-se necessário esquecer que não é fonte de seu dizer, ao analista do discurso este esquecimento não é facultado. Cumpre-lhe ter sempre presente que o discurso exhibe saberes constituídos em outro lugar - o interdiscurso. Daí nosso compromisso enquanto analistas: ao pensar a metodologia de análise, de acordo com Mittmann (2008, p. 02), “não podemos colocar-nos como copistas reafirmadores de posicionamentos da elite política e mercantil. Não podemos confirmar consensos de objetividade e estatísticas reafirmadoras dos dizeres legitimados”. Precisamos, sim, desvendar aquilo que nos é imposto como evidência, tendo ciente que a teoria não é uma chave para se chegar ao sentido verdadeiro, mas um processo discursivo às imposições evidentes. Ou seja, conforme salienta Orlandi (1999), o analista deve estabelecer uma escuta que lhe possibilite perceber sentidos além das evidências, buscando compreender de que forma eles estão sendo produzidos. Para construir um dispositivo de interpretação, o analista deve considerar o sujeito que interpreta, as condições de produção desta interpretação, e a história de leituras do material simbólico considerado.

Porém não paramos na interpretação, vamos além, pois buscamos compreender como se constitui a interpretação (ORLANDI, 1993). E para isso, precisamos respaldo teórico. Assim, não nos encontramos apenas diante de uma unidade de análise, mas, segundo Mittmann (2008, p.03), passamos a nos deparar frente a um objeto teórico - o discurso.

4.1. OBJETO DE ANÁLISE

Toda a pesquisa envolve condições de produção determinadas; em nosso caso, o tema, o estilo, o espaço e o tempo, em sentido estrito, eram muito preocupantes, pois o *recorte da blogoesfera*⁵⁷ deveria ser sucinto. Por isso, no efeito de primeiro passo direcionamos nossa curiosidade às campanhas presidenciais do Brasil no ano de 2006. Feito isso, ainda eram

⁵⁷ Blogoesfera é um termo cunhado no campo digital referindo-se a todos os blogs disponibilizados virtualmente.

muitos os *blogs* que tratavam do assunto. Com a necessidade de corte optamos por *blogs jornalísticos* de cunho *político*. Vários foram os selecionados, mas tendo vista que todos os dias os *blogs* editam em média cerca de 25 *posts*⁵⁸, e um número incontável de comentários, precisamos delimitar ainda mais nosso arquivo e selecionar apenas um. O escolhido foi o *Blog do Noblat*, e justificamos o porquê. Trata-se de um *blog* que, na época, possuía um dos maiores números de acessos entre os *blogs*, e também possuía um dos maiores números de *links* direcionando a leitura do internauta a páginas variadas, além de ser um exímio representante da chamada grande mídia por estar hospedado junto ao site do jornal *O Globo Online*.

Pensar este hipertexto heterogêneo marcado por muitas vozes foi nosso instinto inicial de análise, a tarefa seguinte, nos mostrou que analisar este inúmero infinito de *links* não daria certo e era preciso optar apenas pela análise do *blog* do Noblat como um *blog* fechado⁵⁹, afinal os *posts* eram constituídos por *links* que remetiam a outros tantos *blogs* e páginas, e se caso percorrêssemos estes *links* este trabalho dificilmente seria “finalizado”, pois a exemplo da internet, as possibilidades seriam quase que infinitas. Mesmo sendo apenas um *blog* o foco de nossa análise, ainda havia muito material. A solução foi optarmos pelo recorte temporal que compreende apenas o segundo turno das eleições presidenciais no ano de 2006 no Brasil, que tinha como concorrentes Geraldo Alckmin e Luiz I. Lula da Silva .

Delimitado o tema, estilo, espaço e tempo, constituímos um grande arquivo que foi ganhando formas com os avanços de leituras e releituras, e assim passamos a focar nosso olhar crítico sobre o arquivo e definir a partir de nossas inquietações nossos objetivos.

A pesquisa, portanto, examina práticas discursivas midiáticas tanto do sujeito-autor quanto do sujeito-leitor tomados como sujeitos atuantes no *blog* em foco. Assim, pôr-se diante de uma mídia caracterizada pelo “pluri”, pela interação e que aparenta dar liberdade ao leitor para selecionar o que ele quer ler, nos fez pensar novos efeitos sobre a autoria, afinal, como entender a construção do efeito-texto, com sua homogeneidade e coerência, quando o mesmo abriga em seu interior *links* que o remetem a outros textos sem marcar materialmente um efeito de fim? Cabe ao autor a função de homogeneização ou ao leitor que pela, seleção de

⁵⁸ Entendemos por *Post* o ato de “*Postar*” (equivale ao inglês *post*). Sua forma substantivada, “*postagem*”, refere-se a entrada de um texto num weblog/blog. As postagens são organizadas de forma cronologicamente inversa na página, de forma que as informações mais atualizadas aparecem primeiro.

⁵⁹ Mesmo assim em alguns momentos navegamos pelos *links* e chegamos a outros blogs (como é o caso da seção 5.3 e suas subseqüentes), porém o foco de análise é o blog do Noblat, os demais *blogs* não são aprofundados analiticamente.

suas leituras, vai modelando, selecionando e construindo um texto “coerente” e com a aparência de sentido único? A partir da leitura do hipertexto, como o leitor desconstrói o efeito-texto e re-constrói um novo efeito-texto? Estas e tantas outras inquietações fizeram-se presentes ao longo da leitura do arquivo e na própria constituição do *corpus* e a todo o momento buscaram aproximar a teoria da Análise do Discurso ao campo da escritura e da leitura de textos que circulam pelo espaço digital, considerando o hipertexto como a materialidade lingüística para se chegar ao discurso.

Levando em conta a teoria da AD, esta pesquisa ocupa-se, portanto, com o estudo do funcionamento discursivo do *Blog* do Noblat, no período compreendido entre 01 e 29 de outubro de 2006. Em síntese, nossos objetivos centrais buscam compreender: como as regularidades, materializadas na organização do discurso, determinam o sentido e produzem efeitos de sentido sobre o lugar discursivo e a posição-sujeito, além de pensar como se dá o movimento do sujeito autor/leitor pela busca de autoria.

Estabelecidas as considerações acima, explicitamos, a seguir, como, em AD, são tratadas as questões referentes ao arquivo, ao *corpus* e à construção de uma metodologia, própria a atender os objetivos da pesquisa.

4.2. O ARQUIVO, O *CORPUS*: UMA QUESTÃO METODOLÓGICA

Pêcheux (1994) afirma que o nó central da leitura de *arquivo* consiste em perceber a relação entre a *língua*, entendida como sistema sintático passível de jogo, e a *discursividade*, concebida como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história. Deve-se, então, remeter o *arquivo* ao interdiscurso, aos outros textos que com ele possam manter relações. Essa é a prática atual da AD, em que regimes múltiplos de produção, circulação e leituras de texto são convocados para a construção do *arquivo*.

Assim sendo, a partir de um grande arquivo de diferentes materialidades de divulgação via *Web*, inseridos em um amplo *universo discursivo*⁶⁰, selecionamos o *campo discursivo* da *blogoesfera*, ou seja, um conjunto de formações discursivas que se encontram

⁶⁰ Recorremos a Maingueneau (1989, p.116-117) para precisar as noções de *universo*, *campo* e *espaço discursivo* já mencionadas na seção 3.4 de nosso dispositivo teórico.

em relação de concorrência e se delimitam, pois, por uma posição enunciativa em cada *blog*. A próxima ação foi delimitar, então, o *espaço discursivo* a que se voltavam nossos interesses, e portanto, selecionamos o *blog* do Noblat. Há de se ressaltar que o fato do espaço e do campo estarem inseridos em um universo discursivo amplo, o qual *contempla um conjunto de formações discursivas de todos os tipos que coexistem, ou melhor, interagem em uma conjuntura*, (MAINGUENEAU, 1989, p.116-117), jamais este conjunto poderá ser concebido em sua totalidade, pois tal *blog* está inscrito, predominantemente, em uma determinada FD, dentre uma infinidade delas.

Nosso trabalho está configurado, então, por um *arquivo* – o *Blog* do Noblat - exclusivamente composto por linguagem verbal. Logo, a dispersão via interdiscurso deste *arquivo* é muito ampla pois faz relações via *links* a outras tantas páginas digitais disponibilizadas em sites diversos, tendo relações próximas com uma quantidade infinita de textos, vozes e sentidos. No entanto, apenas aquelas que interessavam ao blogueiro foram inseridas na edição do *blog*, o que constitui, desde então, sua função-autor.

Esta pesquisa elege como *espaço discursivo* o *Blog* Noblat (01-29/10/2006). Na construção desse espaço, trabalhamos com *posts* assinados pelo blogueiro e comentários assinados por leitores, em sua maioria, com nomes recriados. Definido o espaço e a constituição do arquivo, nos lançamos em um trabalho constante de leitura para podermos, de acordo com as regularidades pertinentes aos nossos objetivos, formar o *corpus discursivo* de nossa análise. Tendo presente a concepção de que o *corpus* se caracteriza como instável e provisório, pois *o mesmo está sempre em construção* (ORLANDI, 1998, p.15), a construção, desconstrução e (re)construção do *corpus discursivo* desta dissertação foi uma constante, nos vários movimentos de leitura do arquivo.

Importa salientar que, na perspectiva teórica da AD, as noções de arquivo, de *corpus* e de metodologia são concebidas de forma estreitamente relacionadas. *Corpus* e metodologia constituem-se já como momentos de análise. A metodologia utilizada na pesquisa resulta da análise realizada sobre o *corpus*. A cada movimento de reflexão, recuperam-se aspectos teóricos que são confrontados com os procedimentos de análise em questão. Nesta perspectiva, não se tem um modelo de análise estabelecido *a priori* que se adapte automaticamente a todo e qualquer discurso. Na ordem do discurso, leva-se em consideração o real da língua no qual a organização da mesma tem lugar para o possível e para o impossível; na ordem da história, leva-se em conta a contradição como inerente à organização

social - trabalha-se com dados, tomados como fatos e com documentos, tomados como monumentos, havendo, no entanto, lugar para a descrição do funcionamento do discurso⁶¹.

Segundo Orlandi (1998, p.12-15), a construção do *corpus* e da análise andam juntas, são simultâneas. Nunca se está diante de um *corpus* inaugural, mas sempre em construção; sua constituição já faz parte do gesto analítico. Em outras palavras, é pelos procedimentos de análise que se pode dizer o que faz e o que não faz parte do *corpus*. É só quando a análise é finalizada e registrada, sob forma de escrita, que a mesma adquire a organização, podendo, então, serem separados: quadro teórico, *corpus*, análise, resultados. Por isso, a escrita da análise, em AD, tem importância fundamental, pois é ela que vai efetivamente fazer a relação entre teoria e prática e dar (ou não) consistência aos resultados. E essa escrita não é neutra, afinal há o gesto de interpretação do analista, porém este gesto não é qualquer um, pois há a teoria proporcionando um aparato teórico de análise.

Outra questão importante e que difere das demais teorias é que não buscamos a exaustividade do *corpus*, esta deve ser considerada em relação aos objetivos e à temática, e não em relação ao material lingüístico (textos) em si, em sua extensão. Em AD, tampouco se trabalha com o texto na sua totalidade – são os recortes que interessam, os quais colocam em relação diferentes textos, capazes de evidenciar propriedades importantes em relação ao tema da pesquisa, na medida em que indicam características do processo de significação. Pode-se dizer que, diante de um fato discursivo e de um certo objetivo, o analista de discurso constitui o *corpus* da pesquisa através da reflexão teórica sobre os conceitos pertinentes ao objetivo da análise.

4.3. O RECORTE E O BLOCO DISCURSIVO

Segundo Orlandi (1984, p.14): “O recorte é uma unidade discursiva. Por unidade discursiva entendemos fragmentos correlacionados de linguagem - e - situação. Assim, um recorte é um fragmento de situação discursiva”. Parafraseando a autora, pode-se dizer que o

⁶¹ Orlandi (2001, p.13) ressalta que o texto, em AD, não é visto como unidade lingüística disponível, preexistente, (...), mas em sua forma material, como parte de um processo pelo qual se tem acesso indireto à discursividade. É assim que se entende o deslocamento do texto de documento a monumento. Mas, segundo essa autora, não é só isso, pois na medida em que a teoria se afasta de Foucault, não cabe mais falar só em monumento, e sim em unidade de análise como dispositivo analítico que, na AD, se faz na relação de interpretação com a descrição.

recorte é fruto de um trabalho de construção teórica - não é automático, nem predeterminado. Distingue-se da segmentação que visa à relação entre unidades dispostas linearmente; o analista de discurso não vê o recorte como linear - é fragmento de discurso. Nos recortes, não há passagem automática entre as unidades e o todo que elas constituem, mas através delas chega-se à representação das relações textuais referidas às condições em que foram produzidas. É nesse sentido que se apresenta o recorte como unidade discursiva. Ainda segundo Orlandi (1998, p. 11) esses recortes, por seu lado, não são o fato do analista, mas a relação deste com o material de análise, na detecção dos processos significativos que nele se inscrevem. Uma vez detectado no arquivo um processo significativo relevante para o tema e o objetivo da pesquisa, ele deve ser procurado ao longo do *corpus*, pelos recortes.

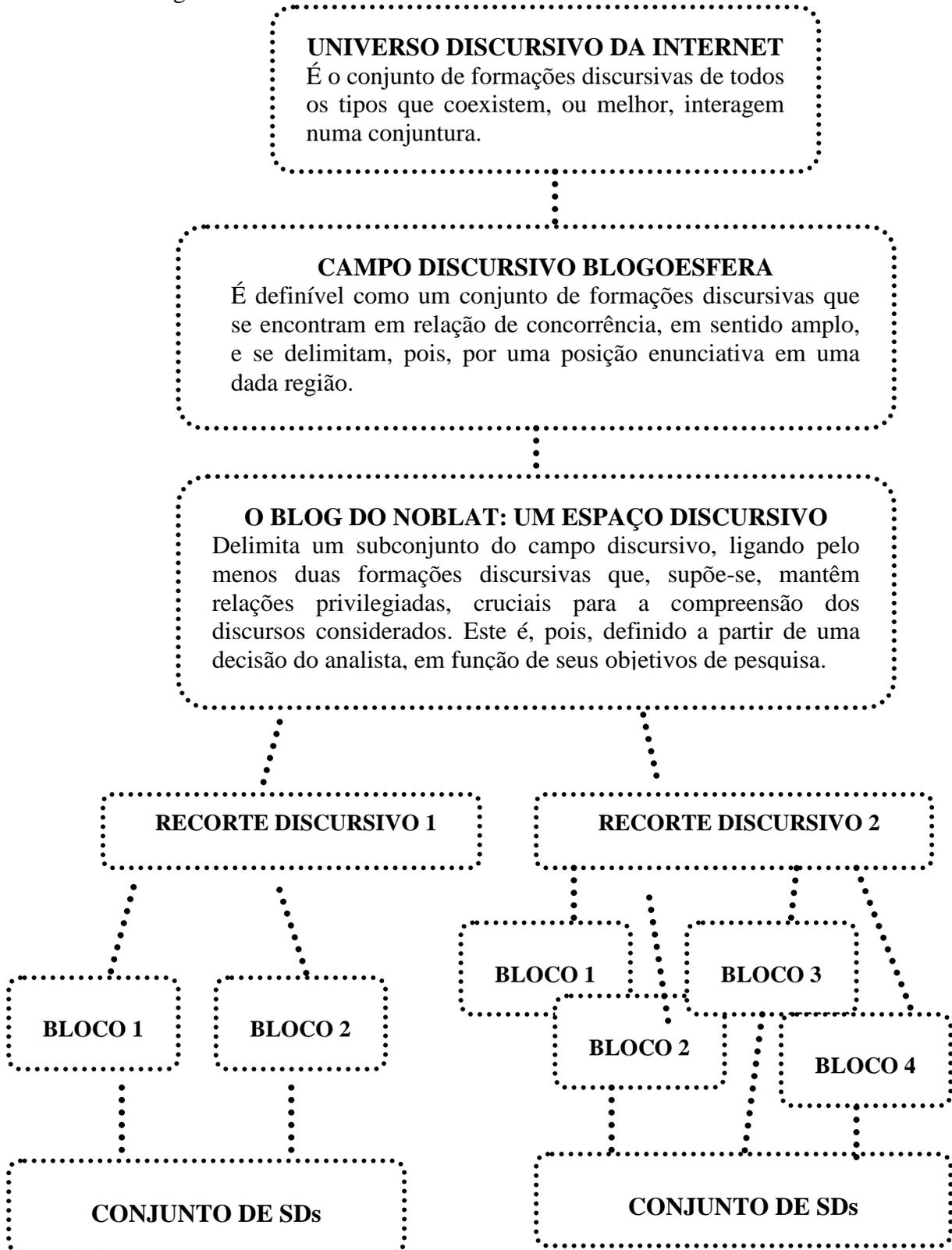
Para a constituição do *corpus* discursivo selecionamos conjuntos de seqüências discursivas que formam diferentes recortes, os quais subdividimos em diferentes blocos de seqüências. O critério utilizado para a subdivisão do recorte em blocos é o fato de apresentarem uma mesma regularidade discursiva significativa de acordo com o funcionamento discursivo do arquivo em questão. Lembramos que ao tratarmos de um recorte o fazemos na dispersão do discurso e não na linearidade do dizer, já que ao analista não interessa quantificar a presença de determinadas marcas, mas olhar para o funcionamento discursivo dessas marcas produzindo reflexões teóricas em sua análise. Diante disto, reafirmamos que a metodologia, para o analista de discurso, não é aplicada a um modelo, mas construída por um olhar.

Do projeto à escritura desta dissertação, na medida em que o processo de leitura (em AD, já análise) se verticalizava, fomos observando que nos interessava compreender como se constituía a questão do lugar discursivo no *blog* em questão, bem como a relação autor/leitor na constituição do efeito de autoria em um espaço marcado por variadas vozes que não são totalmente ocultadas.

Amadurecida a idéia de que a nossa inquietação era com tais questões, retornamos, então, ao arquivo e a um banco de seqüências discursivas de referência⁶², já organizado, agrupando-as em blocos discursivos de acordo com a regularidade que cada uma apresentava quanto aos nossos objetivos de análise. Isso nos possibilitou uma percepção mais aguçada de como se dá a constituição do sujeito em determinado lugar social, bem como a relação entre lugar social e discursivo e o que isso implicaria na constituição da autoria.

⁶² As seqüências discursivas disponibilizadas representam a fidelidade escrita com a qual se apresentam no *blog*, portanto qualquer erro gráfico não representa erros de digitação por parte da redação desta dissertação.

Para que o leitor possa visualizar melhor nossa construção metodológica, apresentamos um diagrama com as diferentes nomenclaturas e subdivisões que serão utilizadas ao longo desta análise.⁶³



⁶³ Salientamos que ao tratarmos de FDs distintas nomeamos como FD1 o conjunto de saberes favoráveis à candidatura de Alckmin e como FD2 o conjunto de saberes voltados à candidatura de Lula.

CAPÍTULO 5 - MOMENTO ANALÍTICO

Depois de feitos alguns apontamentos quanto às noções relevantes acerca do texto, hipertexto, *blog*, bem como, a reflexão dos preceitos teóricos que julgamos de grande valia para este trabalho, é chegado o momento de unirmos isso ao *corpus* desta dissertação e assumirmos, de fato, nosso lugar de analista do discurso.

Queremos salientar que optamos pela subdivisão do capítulo em seções em função de nosso olhar perceber interesses distintos diante do *corpus*. Portanto, na primeira parte, discutiremos questões em torno do *lugar discursivo e social*, bem como as *funções de autoria*, nos voltaremos ao sujeito enquanto *organizador* de discursos. Em um segundo momento, a centralidade é para o *efeito de autoria* que se constitui no processo da escritura à leitura, focalizaremos o sujeito enquanto *produtor* de sentidos.

5.1 LUGAR DISCURSIVO E LUGAR SOCIAL

Na bibliografia consultada, no que mais se aproxima da AD, encontramos em *Arqueologia do saber* de Foucault a primeira referência pertinente sobre lugar discursivo. Para o autor, lugar assemelha-se a instituições onde se situa o espaço de constituição dos enunciados, para tal comprovação, traça um quadro histórico, desde o séc. XVIII, acerca dos lugares institucionais que foram agregando-se como geradores de enunciados pertinentes ao discurso médico. Com esta pesquisa, consegue demonstrar que a legitimidade do enunciado não está afetada só ao enunciador, mas também ao lugar institucional em que é tecido. Dessa forma, considera que um conjunto disperso de enunciados converge para sustentar o lugar discursivo do médico. Assim, combinam-se *lugar* enquanto *posição enunciativa* e *lugar* como *instituição*, para propiciar sustentabilidade verídica ao discurso.

Foucault também aponta para o fato de que os enunciados que são convocados na formulação do discurso estão circulando em espaços diversos, mas são resgatados, trazidos à lembrança por um sujeito cuja legitimidade deve ser a *priori* reconhecida. É o sujeito institucionalizado que está autorizado a reunir os dizeres dispersos e, desta forma, legitima

seu dizer. Colocar-se no lugar institucional significa relacionar-se com saberes que por aí circulam e constituir-se numa posição enunciativa.

Ainda a partir de Foucault, podemos dizer que aí onde, pelas práticas discursivas, resgataram-se enunciados, forma-se o lugar singular de um sujeito falante e, nas palavras do autor, *não é mais preciso situar os enunciados em relação a uma subjetividade soberana, mas reconhecer, nas diferentes formas de subjetividade que fala, efeitos próprios no campo enunciativo* (2005, p.138). Ou seja, *não importa quem fala; mas o que ele diz não é dito de qualquer lugar. É considerado, necessariamente, no jogo de uma exterioridade* (2005, p. 139). O lugar enunciativo, conforme os preceitos de Foucault, é entendido como exterioridade constituída por enunciados que podem inquietar, agitar ou fazer reconhecer-se no que configura cada lugar enunciativo institucionalizado. Diante de tais evidências, nos permitimos entender o lugar como espaço de convergência de várias posições enunciativas, as quais afirmam o lugar como *efeito discurso*.

Adentrando, de fato, aos parâmetros da AD encontramos a primeira referência a *lugar*, no caso *lugar social*, em Pêcheux (1997). O lugar aí designa algo diferente da presença física de seres humanos individuais. Os lugares sociais ocupados pelos interlocutores estão representados, mas sob efeitos imaginários, ou seja, são as imagens e antecipações que se projetam no espaço ocupado por um e outro interlocutor. As imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, construídos no interior de uma formação social. Assim, a imagem do jornalista, por exemplo, já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social.

Já em Orlandi (1996), ao fazer relações entre dois momentos do processo discursivo e a tomada de posição pelo sujeito no que diz respeito ao lugar que se coloca como argumentador temos apontamentos para a formulação dessa tomada de posição, que ocorreria quando o sujeito, sob a ilusão de que tem controle sobre seu dizer, coloca-se num lugar discursivo sem afetar a posição-sujeito. O que nos remete para a constituição de um lugar discursivo que adquire maior estabilidade que a posição-sujeito.

As noções de lugar tanto de Pêcheux quanto de Orlandi representam pontos de partida expressivos em nossa fundamentação teórica. Outra noção que requer atenção é a de formação social.

É na formação social, com sentidos instituídos com uma aparente estabilidade lógica, que podemos dizer que os sentidos se transformam em lugares que são apontados aos

sujeitos. Como objetos formatados e estáveis ganham visibilidade e estatuto de lugar social, porém guardam a heterogeneidade discursiva, as lacunas, os espaços de dispersão que os constituem. De acordo com Dornelles (2005, p. 122), na formação social, o reconhecimento do lugar discursivo dá-se a partir do discurso posto em circulação e constituído sob a dominância de diferentes formações ideológicas. Portanto, estar situado no lugar discursivo não significa assunção de posição-sujeito, ou seja, ambos são movimentos distintos: um, é da ordem da circulação de discursos, que foi estratificando, cristalizando sentidos que são reconhecidos como pré-construído; e outro, é da ordem da constituição, onde o já-dado é ponto de partida para que outros sentidos/sujeitos venham existir.

Pêcheux, sob o pseudônimo de Thomas Herbert (1967⁶⁴, p.75), nos mostra que a determinação de um lugar para o sujeito, na cadeia dos significantes, é um mecanismo de identificação que outra coisa não é senão um efeito de sociedade. Os mecanismos ideológicos simulam para o sujeito o valor de verdade daquilo que é apenas um efeito de sentido que institui lugares e, através do “hábito” e do “uso”, designam, ao mesmo tempo, *o que é e o que deve ser*.

O sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico. No caso do jornalista político, é o modo como ele discursiviza os diferentes saberes institucionais que sustenta e legitima socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido com a “verdade” e “objetividade”.

Afetado pelo inconsciente, o sujeito passa do espaço empírico para o espaço discursivo, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social. Porém, tal apagamento é somente um efeito, já que a sua inscrição num determinado lugar discursivo implica sempre uma determinação do lugar social. Ou seja, ele é determinado ideologicamente. Todo indivíduo pode ocupar diferentes lugares sociais (de médico, de jornalista, de professor, etc) no interior de uma formação social, mas, ao se inscrever discursivamente, o seu lugar discursivo, independentemente de qual seja, estará afetado por um dos lugares sociais, ainda que construindo imagens diferentes das projetadas socialmente. Com isso, de acordo com Grigoletto (2005, p.159) nem sempre o lugar social coincide com o lugar discursivo de forma simétrica; no caso do sujeito jornalista, ele pode, a partir desse lugar social, tanto ocupar o lugar discursivo de jornalista científico, comprometido com a verdade da ciência, como pode ocupar o lugar discursivo de jornalista

⁶⁴ Nesta dissertação utilizamos a edição brasileira de 1995.

político, comprometido com o discurso sobre a economia e política, sempre almejando a verdade. Trata-se de lugares discursivos diferentes, sob os quais podem operar diferentes posições-sujeitos.

Ainda com relação ao lugar, Orlandi (2008, p. 61) em trabalho recente, ao pensar o campo da divulgação científica, reflete, em alguns momentos, acerca do lugar, e afirma: “a ciência não está só no lugar específico (laboratório) em que ela está se fazendo, mas ela está, ela circula pelo social no qual esses sujeitos estão constituídos como seus leitores”. Diante desta reflexão, trazemos o dito para a esfera do lugar discursivo e fazemos alguns apontamentos.

Sendo o lugar discursivo o ponto primeiro antes do posicionamento de um sujeito, este não se constitui exclusivamente por si próprio. Ou seja, unindo esta reflexão ao espaço do *blog* que analisamos, passamos a entender como necessária para a constituição do lugar discursivo de blogueiro titular a interação com os demais lugares que o circulam. Assim, para que seja possível a constituição deste lugar é necessário que este seja perpassado pelos lugares do jornalista político, comprometido com o discurso sobre a economia e política buscando transparecer a imagem do relato da verdade, de blogueiro, interado com um estilo de escrita diferente do impresso, do leitor político, crítico e posicionado, pelo lugar institucional, que dita as regras,... Enfim, o lugar discursivo também é marcado pela heterogeneidade, pois sem compartilhar e sem deixar-se perpassar, não há como constituir-se.

5.1.1 . DO LUGAR DISCURSIVO ÀS FUNÇÕES DE AUTORIA

Para procedermos às análises do *lugar discursivo* que cerca a constituição do discurso do blogueiro titular, assim como as diferentes funções que tal lugar admite, optamos por dividir as análises em recortes distintos.

Cada recorte é composto por um conjunto de seqüências discursivas que, pela marcação da materialidade lingüística, apresentam certa regularidade, o que nos permitiu agregá-las em recortes discursivos, como é o caso dos itens que representam o lugar discursivo do blogueiro, e em blocos discursivos, como é o caso dos itens que tratam das funções assumidas por este sujeito.

5.1.1.1 . O LUGAR DISCURSIVO DE BLOGUEIRO TITULAR⁶⁵ – RECORTE DISCURSIVO 1

O blog é um espaço de notícias, análises e debate. Quem quiser pode escrever ali qualquer coisa – menos ofensas pessoais e palavrões. Engordei de tanto viver sentado – e também porque parei de fumar. Em compensação, trabalho de bermuda, camiseta e chinelos. Todo jornalista deveria ter um blog. A experiência de ser responsável por um ensina mais do que muitos anos de redação. Ensina, por exemplo, a ser mais rigoroso na apuração de notícias. O erro cometido no jornal ou na revista tem muitos pais. No blog, ele é só seu. Não dá para pôr a culpa no repórter, no editor que mudou o que você escreveu ou no diagramador que por descuido baixou a penúltima versão de sua matéria. Ricardo Noblat

O recorte discursivo 1 que passamos a analisar, apresenta como principal regularidade a necessidade de afirmação da questão de posse na organização do site⁶⁶ do *Blog* do Noblat. Pretendemos, então, observar como essa regularidade, materializada na organização do discurso, determina o sentido, produzindo efeitos de sentido sobre o lugar discursivo e a posição-sujeito.

⁶⁵ Salientamos que a opção de manter a expressão “blogueiro titular” advém do próprio Noblat que em um artigo assinado em seu blog se auto-define deste modo.

⁶⁶ Há de se fazer distinção ao que entendemos como sendo uma página web e um site: Uma **página web**, também conhecida pelo equivalente inglês *webpage*, é uma “página” na world wide web, geralmente em formato HTML e com ligações de hipertexto que permitem a navegação de uma página para outra. Uma coleção de páginas web armazenadas numa única pasta ou em subpastas relacionadas de um servidor web é conhecida como **site**.

SD1: Página inicial

O GLOBO ONLINE PAÍS BUSCAR [Assine o GLOBO](#)

Notícias Web powered by YAHOO! SEARCH

CAPA PLANTÃO MEU GLOBO ONLINE BLOGS GLOBOONLINERS EU-REPÓRTER OPINIÃO MULTIMÍDIA CELULAR CLASSIFICADOS ZAP JORNAL O GLOBO GUIAS E SERVIÇOS

PAÍS RIO SÃO PAULO ECONOMIA MUNDO CIÊNCIA ESPORTES CULTURA EDUCAÇÃO VIVER MELHOR TECNOLOGIA VIAGEM EXTRA ONLINE DIÁRIO DE SÃO PAULO



Blog do NOBLAT Brasília, 01 de outubro de 2006

- Regras do Blog
- Perfil do Noblat
- Publicações do Noblat

BUSCA Ok

- PÁGINA PRINCIPAL
- ARTIGOS
- ENTREVISTAS
- VALE A PENA ACESSAR
- ARQUIVO DO BLOG
- PODCAST

LEIA EM O GLOBO

- A última coluna do Noblat »

DESABAFE

Neste espaço, jogue fora tudo que o incomoda. Sem pesar a mão, por favor.

Dê sua opinião »
Outras opiniões »

OUÇA



FALE COM O BLOG

- falecomoblog@globo.com »

OUTROS SITES DE COLUNISTAS

- Ancelmo.com »
- Miriam Leitão »
- Rádio do Moreno »

Enviado por Ricardo Noblat - 1.10.2006 | 23h58m

Poema da noite (Especial)

No meio do caminho (Carlos Drummond de Andrade na voz de Paulo Autran.) Ouça [aqui](#)

José (Carlos Drummond de Andrade na voz de Paulo Autran.) Ouça [aqui](#)

Faixas extraídas do cd Carlos Drummond de Andrade por Paulo Autran; Coleção Poesia Falada - volume 13; Idealizado e produzido por Paulinho Lima.

RSS Permalink » Envie Compartilhe:  Comente  Ler comentários (35) 

Enviado por Ricardo Noblat - 1.10.2006 | 23h51m

Apuração - Presidente

Dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) - votos válidos

Com 98,06% das urnas apuradas em todo o Brasil:

Lula (PT): 48,79%
Alckmin (PSDB): 41,43%
Heloísa Helena (PSOL): 6,85%
Cristovam Buarque (PDT): 2,67%

RSS Permalink » Envie Compartilhe:  Comente  Ler comentários (78) 

Enviado por Ricardo Noblat - 1.10.2006 | 23h38m

Cesar Maia : "O eleitor merece o segundo turno"

O prefeito do Rio de Janeiro, Cesar Maia (PFL), analisou, em entrevista a **Felipe Recondo**, repórter do blog, o resultado das eleições.

Como o senhor avalia esse o resultado?

Cesar Maia - Esta já era a tendência que foi acelerada com o dossiêgate.

Lula mereceu? Alckmin mereceu?

Cesar Maia - O eleitor merece o segundo turno para poder ver cada candidato de corpo inteiro e decidir sem ruídos laterais.

Como ficará a oposição depois das eleições?

ENQUETE

BIBLIOTECA

- Crônicas
- Discursos
- Documentos
- Editoriais
- Frases de 2006
- Histórias exemplares
- Notas oficiais
- Reportagens

COBERTURAS ESPECIAIS

Diário de avô
Crônicas do nascimento de Luana

Alice na ilha das maravilhas
O dia-a-dia de uma jornalista em Fernando de Noronha

A história da reeleição
O passo-a-passo da campanha de Lula (outubro/2006)

Crônica de uma derrota anunciada
A escolha de Alckmin para enfrentar Lula (outubro/2006)

SD2: *Link* – Regras do *blog*

Blog do **NOBLAT** Brasília, 01 de outubro de 2006

- Regras do Blog
- Perfil do Noblat
- Publicações do Noblat

BUSCA OK

PÁGINA PRINCIPAL

ARTIGOS

ENTREVISTAS

VALE A PENA ACESSAR

ARQUIVO DO BLOG

PODCAST

LEIA EM O GLOBO

• [A última coluna do Noblat](#) »

DESABAFE

Neste espaço, jogue fora tudo que o incomoda. Sem pesar a mão, por favor.

Dê sua opinião »

Outras opiniões »

OUÇA

REGRAS DO BLOG

- 1 - Para comentar no Blog do Noblat é preciso estar cadastrado no Globo Online.
- 2 - Ao cadastrar-se, você poderá informar, além do seu nome completo, um apelido que poderá usar para escrever comentários no Blog do Noblat e nos demais blogs do Globo Online.
- 3 - Sempre que comentar no Blog do Noblat - assim como nos demais blogs do Globo Online - você poderá optar por assinar seu comentário com seu nome completo ou com o apelido que escolheu.
- 4 - A publicação do seu email junto com o seu comentário também é opcional.

Serão eliminados do Blog do Noblat os comentários que:

- 1 - Forem escritos em caixa alta (letras maiúsculas);
- 2 - Configurem qualquer tipo de crime de acordo com as leis do país;
- 3 - Contenham insultos, agressões, ofensas e baixarias;
- 4 - Estejam repetidos na mesma ou em notas diferentes;
- 5 - Reproduzam na íntegra notícias divulgadas em outros meios de comunicação;
- 6 - Reúnem informações (e-mail, endereço, telefone e outras) de natureza nitidamente pessoais do próprio ou de terceiros;
- 7 - Contenham links de qualquer espécie;
- 8 - Contenham qualquer tipo de material publicitário ou de merchandising, pessoal ou em benefício de terceiros

A publicação de comentários será permanentemente bloqueada aos usuários que:

- 1 - Insistirem no envio de comentários com insultos, agressões, ofensas e

ENQUETE

BIBLIOTECA

Crônicas

Discursos

Documentos

Editoriais

Antes de particularizarmos as seqüências selecionadas, examinemos o conjunto de regularidades que cercam este bloco discursivo e marcam fortemente o lugar discursivo que o sujeito assume. O *blog*, como podemos perceber no recorte, é um site filiado à instituição *O Globo*, neste caso, na modalidade *Online*, o qual é um dos representantes da chamada grande mídia. Mesmo estando ligado ao *O Globo*, o *Blog* sempre é apresentado como: *Blog do Noblat*. Ou seja: este sujeito assume o lugar discursivo de blogueiro titular, e com isso exerce o poder de organização do site, delimitando as fronteiras entre o jornal *O Globo* e o *Blog*, porém como veremos nas análises futuras, o Noblat com certa freqüência recorre ao jornal. Este movimento demonstra uma relação de determinação institucional que pode, em muitas vezes, influenciar seu discurso.

Outra regularidade que pode ser percebida ao longo do mês em que o *blog* esteve sob observação, é o fato de o nome *Noblat* estar grafado em amarelo enquanto que toda a página e os demais *links* internos estão dispostos sobre as cores vermelho, branco, preto e cinza. *Noblat*, se sobrepõe frente aos demais caracteres, indicando, com isso, sua posição superior em que não é apenas um blogueiro, ele ocupa o *lugar discursivo de blogueiro titular*, o qual tem como função a organização e homogeneização das demais vozes que vêm do interdiscurso e misturam-se ao hipertexto de seu *blog*.

Partindo da reflexão acima e do pressuposto de que o sujeito está inscrito no lugar discursivo de blogueiro titular, é que principiamos a particularização da análise das SDs selecionadas, primando pela observação de como se dá o movimento deste sujeito e dos possíveis efeitos de sentido.

Na SD1, que se configura como a página inicial do *blog*, nos deparamos com um espaço em que este sujeito, conduzido pela ilusão de domínio de seu dizer, pensa ter controle sobre si e também sobre seus leitores. Ao lado esquerdo da página temos uma série de *links* que dão acesso interno ao *blog*. *Página principal, artigos, entrevistas, vale a pena acessar, arquivo do blog, podcast⁶⁷, leia em o globo a última coluna de Noblat*. Faz-se necessário destacar que mesmo não acessando as páginas às quais os *links* nos remetem, é pela materialização discursiva que os *links* nos indicam possíveis efeitos de sentido. Neste primeiro conjunto de *links* destacamos o *vale a pena acessar* e *leia em o globo a última coluna de Noblat*. Ambas as chamadas para outras páginas representam o gesto de interpretação do sujeito, ou seja, diante de uma tomada de posição frente a uma formação discursiva dada, este sujeito interpreta e pensa julgar que o melhor para ele também será o melhor para seu leitor, o que o leva a dizer, a partir do lugar discursivo do qual faz parte, que “*vale a pena acessar*” e num tom semântico de ordem utilizando-se de um verbo imperativo “*leia em o globo a última coluna de Noblat*” incitando o leitor à leitura.

Mantendo-nos à margem esquerda encontramos um grupo de *links* que têm como efeito a aproximação ao leitor. *Desabafe, ouça estação de jazz e tal, fale com o blog*. Na tentativa de produzir um efeito de cumplicidade com o leitor o *blogueiro titular* quebra barreiras do estilo jornalístico impresso e confere ao leitor um lugar de escuta, de cumplicidade, enfim, de importância. Temos que considerar que o *blog* em geral, mesmo tendo a característica fundadora de estilo diário pessoal, precisa ter lucros e isso só se concretiza com o acesso do leitor. Portanto, ao assumir o lugar de blogueiro titular, *Noblat*

⁶⁷ *Podcast* é uma forma de publicação de programas nos formatos áudio, vídeo e foto.

precisa estabelecer uma relação de troca de afinidades e zelo com leitor. O que queremos analisar é que esta aproximação, este zelo, advém de uma interpelação ideológica em que o sujeito está determinado pela mídia e também pela instituição que ele representa (no caso O Globo Online) a concorrer com os demais *blogs* de política tendo um maior número de acessos de internautas, colaborando, assim, com bons rendimentos financeiros. Desta forma, tais determinações afetam o modo como este sujeito discursiviza o seu dizer. O que leva ao exemplo do *post*:

Enviado por Ricardo Noblat - 27.10.2006 16h26m

Daqui a instantes bateremos o segundo maior recorde de audiência da história de quase três anos deste blog. Em setembro do ano passado, o blog foi acessado por **1.690.331 visitantes únicos**. No mês em curso, e até agora, foram **1.689.756 visitantes únicos**. O recorde foi registrado em agosto do ano passado no auge da crise do mensalão - **1.907.372 visitantes únicos**. Ainda temos quatro dias e mais algumas horas para fixar um novo recorde. Portanto, não me deixem só.

Outra constatação que contribui para o que estamos afirmando, com relação à determinação institucional, é a indicação da leitura a partir de *links* que remetem para sites de outros columnistas: *ancelmo.com*, *Miriam Leitão e Rádio do Moreno*. Todos columnistas do *O Globo Online* com sites agregados por esta instituição midiática.

Voltando-nos ao lado direito da página temos a representação própria a um diário virtual, ou seja, nos deparamos com *links* que levam a características pessoais do Noblat. *Regras do blog*, *Perfil do Noblat*, *Publicações do Noblat*. Estes *links* considerados “pessoais” delimitam este lugar de blogueiro titular que apenas este sujeito está autorizado a ocupar. É ele quem dita as regras do que não pode ser dito, assim como é dele que o *blog* trata quando apresenta ao leitor o seu perfil e o seu histórico de publicações.

Um pouco mais a baixo destes *links*, encontramos um espaço “bibliotecário”. É isso mesmo, a partir do item *Biblioteca* há um conjunto de *links* que criam um efeito de “biblioteca caseira”. Caseira por ser uma biblioteca pessoal com *crônicas*, *discursos*, *documentos*, *editoriais*, *frases de 2006*, *histórias exemplares*, *notas oficiais*, *reportagens além de matérias com coberturas especiais*, todas devidamente arquivadas no *blog*.

Até este ponto notemos que a organização textual é toda feita por *links* que se configuram em um grande hipertexto. Em um primeiro olhar isso nos leva a pensar na dispersão textual, em que tudo convive com tudo. Porém, a partir das análises até aqui feitas, evidenciamos que, ao ocupar o lugar discursivo de blogueiro titular, este sujeito tenta organizar as demais vozes que circulam pelo seu dizer e as inscrever no que ele acha que pode

e deve editar neste *blog*. Portanto, sem estar consciente de sua interpelação ideológica, ele estabelece efeitos fronteiriços⁶⁸ para o hipertexto na busca da homogeneização e na afirmação pela autoria.

Temos aí a funcionalidade clara do interdiscurso – hipertexto – intertextualidade. Em outras palavras, este sujeito disponibiliza um espaço hipertextual que advém do interdiscurso, afinal, aproxima o texto de outros discursos, remetendo-o a redes de formulações discursivas imprecisas de identificação, são vozes sem “donos”. Ao mesmo tempo, joga com as relações intertextuais produzindo relações de um texto a outro com um efeito de origem apreensível. Desta forma, temos o funcionamento do interdiscurso e da intertextualidade permeados pelo hipertexto unindo-se aos preceitos da AD em que credita ao fecho textual, enquanto espaço discursivo, ser da ordem do simbólico.

O último item que iremos analisar em relação a SD1 confirma o que afirmamos anteriormente. No espaço central da página principal estão dispostos os *post*. Podemos observar que todos, sem exceção, são *postados* pelo Noblat. Estes textos nem sempre são produzidos por ele, há outros autores, mas o fato dele os editar numa mesma página nos mostra o quanto o texto pode ser heterogêneo. Noblat une em um mesmo espaço vozes de diferentes posições, seja de outros colunistas, leitores enfim, tem a função de “costurar” as vozes, mesmo que em muitas vezes estas costuras apareçam pelo “lado avesso”, afinal, há os *links* que são como fios expostos que deixam esta costura cheia de pontas aparentes.

Passemos a SD2 que é um fragmento de um *link* disposto na página principal, a qual remete a outra página interna. Como dito anteriormente, Noblat é o sujeito autorizado a editar o *blog*, e por ocupar tal lugar tem o poder de ditar as regras aos leitores que queiram comentar no *blog*. Entre elas estão:

Serão eliminados do Blog do Noblat os comentários que:

- 1 - Forem escritos em caixa alta (letras maiúsculas);
- 2 - Configurem qualquer tipo de crime de acordo com as leis do país;
- 3 - Conttenham insultos, agressões, ofensas e baixarias;
- 4 - Estejam repetidos na mesma ou em notas diferentes;
- 5 - Reproduzam na íntegra notícias divulgadas em outros meios de comunicação;
- 6 - Reúnam informações (e-mail, endereço, telefone e outras) de natureza nitidamente pessoais do próprio ou de terceiros;

⁶⁸ Estas fronteiras, há de se deixar claro, são flexíveis, pois é o leitor, que a partir de seu gesto de leitura, irá construir textos e sentidos de acordo com o caminho que pretender trilhar, sempre lembrando que esta leitura não expressa, única e exclusivamente, a “vontade” do leitor, pois o sujeito é desde sempre interpelado ideologicamente. Voltaremos a esta discussão na sessão que tratará da autoria e da leitura.

- 7 - Contendam links de qualquer espécie;
- 8 - Contendam qualquer tipo de material publicitário ou de merchandising, pessoal ou em benefício de terceiros

Noblat de uma forma declarada ao expor o que não deve, regula o que pode e deve ser dito no lugar do leitor. No item 5 não pode ter comentários que “reproduzam na íntegra notícias divulgadas em outros meios de comunicação”, ou seja, somente o Noblat, por ocupar o lugar discursivo de blogueiro titular e institucional, tem o direito de *postar* notícias de outros meios de comunicação, pois desta forma ele tem um possível controle do que pode e deve entrar. Desta forma, vai se delimitando o lugar discursivo de blogueiro institucionalizado e o lugar do sujeito que pode *postar* se estiver submetido às regras do blogueiro, pois somente este ocupa o lugar institucional. Assim, ao mesmo tempo em que aparenta dar liberdade ao leitor para comentar ele também restringe, pois o seu lugar e a sua posição-sujeito são determinados por uma instituição midiática (O Globo) que lhe confere este poder. O leitor pode, mas não pode tudo. Com isso, a função de autoria passa a ser determinada por este poder.

Foucault, em *Microfísica do poder*, defende que o poder é algo que só funciona em cadeia, e a isso ele nomeia relações de poder, as quais *têm essencialmente por base uma relação de força estabelecida, em um momento historicamente determinável* (2000, p. 176). Portanto, de forma decisiva, a história intervém nas relações de poder que estão dispersas, ou seja, não estão centralizadas em um único lugar social. Assim, aproximando Foucault ao campo da AD, constatemos que a formação social está relacionada com as diferentes formações ideológicas, as quais estão materializadas nas diferentes relações de poder que perpassam as instituições como a mídia e a política. É, deste modo, no conflito de formações ideológicas e relações de poder, que a disciplinarização dos saberes se concretiza e, por isso, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que é interpelado/assujeitado ideologicamente ele se inscreve/ocupa em um dos lugares sociais que lhe foi determinado. Ao passar deste lugar social/empírico para o lugar discursivo nos deparamos com um sujeito que, pela determinação social e ideológica, está afetado pelas relações de poder, e é isso que determina o seu lugar discursivo de blogueiro titular, neste caso.

5.1.1.2. O INTRINCAMENTO ENTRE LUGAR DISCURSIVO E LUGAR SOCIAL

Considerando que o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, temos, no discurso em análise, a assunção das posições de jornalista e editor que representam o modo de como o sujeito discursiviza os diferentes saberes institucionais que sustentam e legitimam socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido com a “verdade”, “imparcialidade” e “objetividade”. Assim, afetado pelo inconsciente, o sujeito passa do espaço empírico para o espaço discursivo, tendo a ilusão, muitas vezes, de que é possível produzir um apagamento do seu lugar social.

Diante do exposto, sentimos a necessidade de explorar como se dá a relação deste sujeito em determinado lugar social, bem como o intrincamento do lugar social ao discursivo e como isso irá implicar na constituição da autoria.

Por uma questão metodológica optamos por separar a função de jornalista e a função de editor por blocos discursivos distintos conforme o funcionamento discursivo que apresentam.

5.1.1.2.1. A FUNÇÃO-AUTOR PELO VIÉS DA FUNÇÃO JORNALÍSTICA – BLOCO DISCURSIVO 1

Trabalho mais horas diárias no blog do que jamais trabalhei em jornais ou revistas. Começo por volta das 10h. Uma vez lidos os seis jornais que assino, reproduzo e comento no blog as notícias mais relevantes. Em seguida, passeio pelos sites de jornais e de agências daqui e de fora. Sempre encontro alguma coisa para comentar ou correr atrás. A partir daí, me penduro no telefone à caça de notícias frescas. Mantenho um aparelho de rádio sintonizado na CBN. E um aparelho de televisão na Globo News ou nas TVs Senado e Câmara, a depender do dia e da hora. Sinto falta de ir para a rua com mais frequência atrás de notícias – mas se for, a relação custo-benefício não valerá a pena. Gastarei mais tempo. E apurarei menos notícias. Sinto falta de trabalhar com gente, de preferência muita gente como sempre trabalhei. Reservo algumas noites por semana para jantar com políticos e funcionários do governo. Permaneço defronte do computador até a hora do Jornal Nacional. Depois dou um tempo. Volto a passear pelos sites de notícias por volta das 23h. E sigo até às 2h ou 3h lendo as edições dos jornais do dia seguinte e postando notícias ou comentários. Ricardo Noblat

Aproximando-nos da noção de formações imaginárias de Pêcheux (1997), temos posto que as imagens que os interlocutores de um discurso atribuem a si e ao outro são determinadas por lugares empíricos/institucionais, constituídos do interior de uma formação social. Desta forma, adentrando em nossas análises, a imagem do jornalista e blogueiro já está determinada pelo lugar empírico a ele atribuído por uma determinada formação social que, conseqüentemente, constitui a práxis social.

Conceber um indivíduo como inserido em uma comunidade e em uma formação discursiva, fornece a ele um papel, uma representação, uma identidade própria e, para apreendermos a construção de sua identidade, é preciso levantar os diferentes discursos que são mobilizados para compor a produção de sentidos com os quais esses sujeitos, no caso jornalista, vão se identificar. Por isso, retomamos o disposto na seção 2.2.1 no segundo capítulo, enfatizando os dizeres que regem os preceitos da profissão: objetividade, imparcialidade, verdade, caráter científico, racionalidade...

O sujeito, ao se inscrever no lugar social de jornalista, está determinado pela mídia, instituição que ele representa, assim como pelo fazer jornalístico a ter a ilusão de que tais preceitos, mencionados anteriormente, são possíveis de serem alcançados. Assim, nos importa entender o que rege este fazer jornalístico para compreendermos como o lugar social a que pertence este jornalista influencia em sua autoria. Passemos, então, a apresentação das seqüências discursivas:

SD1- Calçada da Fama - Para Zé-SP

O leitor que se assina **Zé-SP** escreveu no espaço de comentário da nota onde eu disse que Lula segue como favorito:

"Noblat: Votos não são cumulativos e nem têm dono! O que te garante que os números conquistados por Lula vão se manter? Dia 30/10 vamos saber! O resto é discutir sexo dos anjos!"

Votos não são cumulativos em termos, Zé.

Se você examinar todas as eleições de presidente da República, de governador e de prefeito de capital decididas em segundo turno de 1989/1990/1992 para cá, verá que: de um total de mais de 120, em apenas uma (repito: uma) um único candidato teve menos voto do que havia tido no primeiro turno.

A regra, pois, é esta: candidatos que passam para o segundo turno têm mais votos do que tiveram no primeiro.

É claro que Lula poderá passar à História como o segundo candidato a não ter mais votos. Mas não é provável.

Salvo, Zé, se algo de muito grave, de muito negativo para ele aconteça até o próximo dia 29.

Não se pode analisar política (ou melhor: coisa alguma) com paixão. Talvez futebol. Ou religião. (Enviado por Ricardo Noblat - 07.10.2006 - | 17h58m) (sic)

SD2- Tchau, Alckmin!

Pesquisa nacional do Instituto Datafolha que o Jornal Nacional divulgará daqui a pouco:

Lula - 61% dos votos válidos; (na anterior, 60%)

Alckmin - 39% (na anterior, 40%)

Do total de votos (incluindo brancos, nulos e indecisos):

Lula - 58% (tinha 57% na pesquisa anterior);

Alckmin - 37% (tinha 38%) (Enviado por Ricardo Noblat - 24.10.2006 -19h56m) (sic)

SD3- Bons alunos

Da colunista **Renata Lo Petre** na Folha de S. Paulo, hoje:

"Depois de dizer que Geraldo Alckmin privatizaria Petrobras, BB e CEF, a campanha de Lula tenta associar a eventual vitória do tucano a um desastre econômico. Nota assinada pelo coordenador Marco Aurélio Garcia cita entrevista do ex-secretário paulista Yoshiaki Nakano, apresentado como "potencial ministro da Fazenda", e diz que o corte de R\$ 60 bi sugerido por ele "paralisaria a máquina administrativa".

As conseqüências, adverte Garcia, seriam a redução de benefícios de idosos, a interrupção do "processo de redução da pobreza e da desigualdade" e a recessão. Em outro boletim, a campanha petista reafirma que Alckmin fará privatizações e cortará o Bolsa Família caso eleito, o que o candidato nega que irá fazer."

(Comentário meu: *Lula foi sempre alvo do terrorismo eleitoral dos seus adversários. Em 1989, Collor disse que Lula, uma vez eleito, confiscaria a poupança. Em 1998, Fernando Henrique sugeriu que o país quebraria se Lula fosse eleito - o país quebrou poucos dias depois da reeleição de Fernando Henrique.*

Em 2002, Serra acenou com o fantasma da Argentina quebrada para tentar derrotar Lula. Dessa vez, é Lula quem faz terrorismo eleitoral contra Alckmin. Ele e o PT aprenderam rapidinho o jogo sujo do poder.) (Enviado por Ricardo Noblat - 10.10.2006 - 3h28m) (sic)

SD4- FHC vota em Lula

Duas coisas a destacar na pesquisa Sensus que acaba de ser divulgada (veja os números abaixo):

* o aumento da vantagem de Lula sobre Alckmin;

* o empate técnico na região Sul onde Alckmin venceu com folga no primeiro turno.

Vox Populi, Ibope e Datafolha estão dando a Lula entre 20 a 24 pontos percentuais de vantagem levado-se em conta o total de votos válidos.

No comício de encerramento de sua campanha em São Paulo, ontem, Alckmin pediu a Deus que ilumine o espírito dos eleitores e que os faça votar com mais discernimento no próximo domingo.

Quer dizer: por discernimento, se entenda votar nele.

A essa altura, de fato só resta a Alckmin apelar para Deus. O mais, ele, Alckmin, fez - bem ou mal feito, mas fez.

Esta manhã mesma, ele ainda foi obrigado a negar pela centésima vez que seja favorável à privatização da Petrobrás, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Sim, sem esquecer os Correios e Telégrafos.

Para variar, deve ter deixado o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso tiririca.

FHC queria ter visto o PSDB em peso e seu candidato a presidente em particular empenhados em defesa de uma das duas principais obras do seu governo - a privatização das estatais. A outra obra foi o real que manietou a inflação.

Mas quem era louco de pedir votos e de defender a privatização ao mesmo tempo? Ou uma coisa ou outra.

O brasileiro é visceralmente contra a venda do patrimônio nacional. É o que mostram as pesquisas.

Votou em FHC duas vezes por outras razões. Primeira: porque o real melhorou a vida de todo mundo. Segunda: porque o real poderia ir para o brejo caso Lula se elegeisse em 1998.

O real começou a ir para o brejo poucas semanas depois da reeleição de FHC. Quatro anos mais tarde, para o brejo foi o PSDB com a eleição de Lula.

O maior responsável pela reeleição de Lula será ele mesmo. Depois, FHC. (Enviado por Ricardo Noblat - 26.10.2006 - 14h28m) (sic)

SD5- A leitora que se assina Ana Terra escreveu no espaço de comentário de nota mais abaixo:

"Noblat: já ouvi tantos comentários teus em rádios; não posso crer que você é "lulista"!!"

Não sou, Ana Terra - embora aqui, de tempos em tempos, alguns me apontem como tucano, petista, lulista e até pefelista. Coleciono esses comentários. Eles me divertem, acredite.

Fui treinado como jornalista a não agredir os fatos ou a tentar não agredi-los. Quer dizer: a reconhecer os fatos e apresentá-los tal como os vejo. É claro que não sou infalível, ninguém é. É que a política não é uma ciência exata. Mas ela tem sua lógica. (Enviado por Ricardo Noblat - 7.10.2006, 18h11m) (sic)

Partindo das reflexões iniciais desta seção e do pressuposto de que este sujeito advém de um lugar social que pertence ao campo do jornalismo, bem como discursiviza seu dizer em um espaço que é marcado pela linguagem do cotidiano e que requer a aproximação do escritor ao leitor, assim, procuramos observar como se dá o movimento deste sujeito pela busca de autoria. Vamos às particularizações, via análise, das SDs acima apresentadas.

Diferente da linguagem jornalística impressa, em todas as cinco seqüências recortadas, há a regularidade de expressões que circulam na ordem do senso comum. Os saberes da ordem da política são deslocados para a ordem da mídia – no caso o *blog* - e assim são (re) significados. Por isso, adequando-se a uma mídia que requer uma linguagem clara e concisa, o jornalista inclui em seu dizer elementos do discurso que, pelo movimento da memória discursiva, podem ser situados junto ao cotidiano/corriqueiro. É o caso de: *É claro que não sou infalível; Calçada da Fama para; Não se pode analisar política (ou melhor: coisa alguma) com paixão. Talvez futebol. Ou religião; tchau, Alckmin!; Ele e o PT aprenderam rapidinho o jogo sujo do poder; A essa altura, de fato só resta a Alckmin apelar para Deus* Temos marcado, nestas expressões, um movimento de aproximação do jornalista em direção ao leitor.

Porém, mesmo com uma escrita informal, este jornalista anseia pela apresentação de uma suposta verdade, pois como discorremos anteriormente a construção da identidade do sujeito jornalista está ligada ao campo da ciência, e por isso o estilo marcado e a necessidade de precisão como podemos evidenciar na SD1 quando apresenta um apanhado de evidências históricas que levam o leitor a construir um sentido de continuidade ao processo eleitoral: “*Se você examinar todas as eleições de presidente da República, de governador e de prefeito de capital decididas em segundo turno de 1989/1990/1992 para cá, verá que: de um total de mais de 120, em apenas uma (repito: uma) um único candidato teve menos voto do que havia tido no primeiro turno. A regra, pois, é esta: candidatos que passam para o segundo turno têm mais votos do que tiveram no primeiro.*”.

Nas SDs de 1 a 4 outra regularidade que se apresenta é a exploração dos números. Iremos nos ater apenas nas SDs 2 e 3 nas quais o jornalista faz da busca pela verdade um jogo numérico, sejam eles percentuais ou datas. SD2 - “*Lula - 61% dos votos válidos; (na anterior, 60%) Alckmin - 39% (na anterior, 40%) Do total de votos (incluindo brancos, nulos e indecisos): Lula - 58% (tinha 57% na pesquisa anterior); Alckmin - 37% (tinha 38%)*” SD3- “*Em 1989, Collor disse que Lula, uma vez eleito, confiscaria a poupança. Em 1998, Fernando Henrique sugeriu que o país quebraria se Lula fosse eleito - o país quebrou poucos dias depois da reeleição de Fernando Henrique. Em 2002, Serra acenou com o fantasma da Argentina quebrada para tentar derrotar Lula*”. Tamanha exploração numérica produz o efeito de verossímil, de exatidão. Porém, para produzir tal efeito, o jornalista está afetado pelo inconsciente e sob a ilusão do domínio do saber. E é sob o efeito dessa ilusão que se julga autorizado a enunciar como se estivesse ocupando a posição tanto de pesquisador quanto de cientista político, como se possuísse total domínio sobre os saberes que circulam pelo meio da precisão. Assim, vai construindo o efeito de autoria e apagando as marcas que advêm de outros discursos, de outros saberes.

Este efeito de autoria começa a ser construído em um espaço intervalar, isto é, num espaço que abriga, no interior de suas fronteiras instáveis, múltiplas vozes, diferentes saberes e diferentes posições-sujeito, as quais são reguladas pelo lugar discursivo que ocupa este blogueiro titular/institucionalizado e, sobretudo, pelo olhar da mídia.

Quanto a SD3, em particular, o jornalista recorta parte de um artigo da colunista *Renata Lo Petre* da Folha de S. Paulo, que examina as afirmações de Lula sobre o fato de que Alckmin, se eleito, privatizaria a Petrobrás, o Banco do Brasil e a Caixa Econômica. A partir da aderência ao discurso-outro, o jornalista produz sim gestos de interpretação e passa a

acrescentar junto ao discurso-outro comentários, avaliações e conclusões, marcando, com isso, o seu gesto de interpretação e um possível posicionamento. Noblat afirma que em outras eleições Lula é quem era alvo do terrorismo dos adversários, já na campanha atual é ele quem aterroriza, e com isso conclui “*Ele e o PT aprenderam rapidinho o jogo sujo do poder.*” Ou seja, se fizermos um movimento de memória discursiva e nos reportarmos a campanhas anteriores, encontraremos jargões eleitorais do tipo “Lulinha paz e amor”, porém pelo que afirma o blogueiro, na atual campanha, depois de já ter experimentado o poder de uma presidência, Lula abandona este lado honesto, inocente, “paz e amor”, e entra para o jogo sujo de fazer campanha. O que fica marcado não é o fato de outros partidos concorrentes já terem usado da mesma tática de campanha ofensiva, o que de fato fica marcado e produz sentidos é que agora Lula e o PT estão jogando sujo.

Nenhum discurso é único, ele está sempre ligado a já-ditos ou a dizeres que ainda serão proferidos. “Não há discurso que não se relacione com outros. [...] Os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros que o sustentam, assim como para dizeres futuros” (ORLANDI, 1999, p.39). Ou seja, tudo o que é dito por outros sujeitos e em outros lugares significa, também, em nossas palavras, por tudo isso, notemos que junto com esta expressão “*jogo sujo do poder*” algo fala antes, há uma memória ressoando neste dizer que nos aponta para um período da presidência do Brasil que foi marcado por escândalos políticos.

Em 2002, pela primeira vez um partido de esquerda (PT) assume a presidência do Brasil, fato que perturbou a chamada “política de direita” que usufruiu da grande mídia para tentar desacreditar tal governo. Através da mídia vivenciamos notícias e escândalos diversos que envolviam o governo PT, em programas de humor, novela, telejornais, jornal impresso.... Acostumamo-nos, pela maçante repetição midiática, a conviver com o *mensalão*, o *dinheiro na cueca*, a *compra de dossiê* ... O conjunto de todos estes escândalos refletiu-se tanto sobre a imagem de Lula quanto do PT e serviu para reforçar o senso comum de que a política está ligada à corrupção, de que muitos políticos atuam de forma desonesta, enfim, o PT e, por conseguinte, o Lula não são honestos e no primeiro momento que desfrutaram do poder logo foram aprendendo *o jogo sujo* que circula por este meio. É por isso que afirmamos anteriormente que / , / no emprego da expressão “*jogo sujo do poder*” / , / ressoam muitos sentidos que precisam ser recuperados para podermos ter indícios da posição-sujeito a partir da qual este sujeito enuncia.

Neste ressoar de sentidos, que tal expressão resulta, mobilizemos a teoria da AD pensando a constituição do sujeito pela interpelação ideológica, ou seja, tomemos *o trabalho ideológico como um trabalho da memória e do esquecimento, pois é só quando passa para o anonimato que o dizer produz seu efeito de literalidade, a impressão de sentido-lá* (ORLANDI, 1999, p.49). O modo pelo qual os sujeitos são afetados pela ideologia resulta no esquecimento número um. Segundo Pêcheux (1988, p.177), este esquecimento, que é da instância do inconsciente, dá aos sujeitos a ilusão de que eles são a origem/a fonte do que dizem. Ou seja, esse efeito ideológico faz com que os sujeitos esqueçam que a fala do outro também é constitutiva do seu dizer, é assim que “*jogo sujo do poder*” retoma sentidos pré-existentes sem ao menos o sujeito que enuncia ter consciência disso.

A SD4, por sua vez, mantém como regularidade a busca pela precisão apresentando números e principalmente o apoio na voz do outro que possui um discurso de autoridade, ou seja, o jornalista recorre a pesquisas como uma forma de marcar a certeza e a verdade do que está afirmando, e apresenta enunciados do tipo: “*Dois coisas a destacar na pesquisa Sensus que acaba de ser divulgada*”; “*Vox Populi, Ibope e Datafolha estão dando a Lula entre 20 a 24 pontos percentuais de vantagem levado-se em conta o total de votos válidos*”; “*O brasileiro é visceralmente contra a venda do patrimônio nacional. É o que mostram as pesquisas*”.

Mas o que queremos, de fato, destacar na SD4 é o efeito de sentido mais ameno ao posicionamento que o jornalista adotara na SD3. Expliquemo-nos: se na SD3 Noblat fez questão de afirmar que Lula joga sujo e assume uma posição contrária a este candidato, na SD4 Noblat não se mostra tão contrário assim. Refaçamos o processo da constituição dos sentidos: em um primeiro momento, apoiando-se nas pesquisas, Noblat aponta para uma provável vitória de Lula o que leva Alckmin a apelar para Deus em um de seus comícios. No momento seguinte relata o gesto de Alckmin negar que é contra as privatizações. Com isso, apresenta uma divergência partidária entre Alckmin, que se diz contrário às privatizações (jogo eleitoral), e Fernando Henrique Cardoso, a favor. Logo após apresenta os infortúnios do período em que FHC foi presidente. Resumindo: Noblat finaliza seu *post* sem ser contrário a Lula e nem a Alckmin e sim a FHC que não soube administrar bem o Brasil no período que esteve frente à presidência, e assim conclui: “*O maior responsável pela reeleição de Lula será ele mesmo. Depois, FHC.*” Este é um possível efeito de sentido que pode ser apreendido, porém enquanto analista de discurso não podemos nos fixar em um primeiro olhar e nem nos deixar levar pelas aparências.

Recorremos, portanto, para analisar esta seqüência discursiva, a duas noções indispensáveis à AD: a formação ideológica e a formação discursiva, sendo que, no discurso, esta representa aquela; a última é a manifestação da primeira. A formação discursiva, derivada do pensamento foucaultiano e re teorizada por Pêcheux, é a matriz de sentidos que regula o que o sujeito pode e deve dizer, e, também, o que não pode e não deve ser dito. Dizer, este, que muda de sentido, conforme aponta Pêcheux (1997), em função das posições sustentadas por aqueles que o proferem, por isto que se dizer contra as privatizações de dentro da FD de Alckmin não tem o mesmo sentido que tem na FD de Lula. Ou seja, são as formações ideológicas que determinam os sentidos. Assim pois, destacamos ainda que em nenhum momento Noblat deposita o fracasso eleitoral no candidato Alckmin, há de se achar outro culpado, ou seja, Fernando Henrique Cardoso, afinal, segundo o próprio jornalista, Alckmin “*fez - bem ou mal feito, mas fez*”. Depositar em Alckmin o fracasso eleitoral seria ir de encontro com o seu posicionamento, pois é o que chamamos de *o que não pode e não deve ser dito*. Desta forma, mesmo com o esforço para se mostrar imparcial, temos indícios marcados de tal posicionamento e também, a marca da heterogeneidade constituinte da FD.

Na SD5 tem-se a tentativa, mesmo que inconsciente, do sujeito se definir como “*Fui treinado como jornalista a não agredir os fatos ou a tentar não agredi-los. Quer dizer: a reconhecer os fatos e apresentá-los tal como os vejo.*” ou seja, a busca pela imparcialidade é tamanha que nas academias se “treinam” jornalistas para não exporem posicionamentos, afinal, a busca pela verdade, o fato como ele é, a objetividade ... proporcionam um efeito de credibilidade. Podemos perceber que este discurso faz parte das *relações de força* pelo modo como as condições de produção se estabelecem. Em outras palavras: segundo as relações de força, o lugar social do qual falamos marca o discurso com a força da locução que este lugar representa. Assim, o lugar do jornalista tem sua força na relação de interlocução e isto se representa nas posições-sujeito. Por isso, afirmamos que pelo funcionamento do esquecimento este jornalista é levado não só a afirmar como também a acreditar que quando materializa um discurso, em nível de intradiscurso, ele consegue não se posicionar, quando na verdade, não há posições neutras, elas estão carregadas do poder que as constitui em suas relações de força.

O enunciado que destacamos da SD5 evidencia preceitos impostos ao jornalista que pensa não apenas ser possível, mas imprescindível, atuar, tanto na apuração quanto na redação, com imparcialidade e neutralidade. Ou seja, sem se posicionar frente aos fatos e acontecimentos, apagando a ideologia que constitui este sujeito. Notemos neste ponto uma grande diferença ao apresentado na seção 3.8 de nossas implicações teóricas. Lá, por não se

tratarem de *blogs* expressamente jornalísticos, a posição de cada sujeito fica evidente. Não há a tentativa de encobrimento/dissimulação ideológica, fica muito claro a posição e a inscrição de cada sujeito em determina FD.

Assim, imparcialidade, isenção, neutralidade, objetividade, precisão, todos são princípios almeçados por jornalistas, porém impossíveis de serem alcançados. Afinal, como a Análise do Discurso postula, todo indivíduo é interpelado pela ideologia, e disso não podem escapar os jornalistas, e é pela língua que os sujeitos mostram quem são, invariavelmente. Todo e qualquer discurso, como afirma Pêcheux, traz a ideologia de quem o enuncia, portanto não há neutralidade:

O sistema da língua é, de fato, o mesmo para o materialista e para o idealista, para o revolucionário e para o reacionário, para aquele que dispõe de um conhecimento dado e para aquele que não dispõe desse conhecimento. Entretanto, não se pode concluir, a partir disso, que esses diversos personagens tenham o mesmo discurso. (PÊCHEUX, 1997, p.91)

A seguir, procederemos às análises da constituição de autoria pelo viés da função de editor. Seção na qual apresentamos SDs com regularidades discursivas distintas das apresentadas nesta seção, porém com funcionamentos discursivos semelhantes.

5.1.1.2.2. A FUNÇÃO-AUTOR PELO VIÉS DA FUNÇÃO DE EDITOR – BLOCO DISCURSIVO 2

Eu me empenho em valorizar a contribuição dos comentaristas. Não raro, pinço comentários de uns e de outros e os destaco no espaço principal do blog. Privilegio comentários que divergem dos meus. E respondo à maioria das perguntas ou provocações que me fazem. O blog ensina a levar mais em conta o gosto do público.
Ricardo Noblat

Entender que a língua é viva e que se constitui através de um jogo polifônico de vozes, que naturalmente são alteradas em seus sentidos pelos efeitos da compreensão que assumem no momento em que se fundem tais vozes, ignorando-se, com isso, a origem, é implicar relações com o que Bakhtin (1990) entende como discurso citado, concebendo este “como um fenômeno lingüístico para explicitar a transmissão das enunciações de outrem e para a integração dessas enunciações, enquanto enunciações de outrem, num contexto monológico e coerente.”

Para Bakhtin (1990, p. 144), o discurso citado “é um discurso no discurso, a enunciação na enunciação, mas é, ao mesmo tempo, um discurso sobre o discurso, uma enunciação sobre a enunciação.” E, a partir dessa perspectiva, Bakhtin apresenta três formas de discurso citado, que são: discurso direto, indireto e indireto livre. Direcionaremos nosso olhar, nesta seção, ao recorte de seqüências discursivas que contemplam o discurso direto e que assumem a *função de editor*, ou seja, apresentam-se linguisticamente sob a forma de citação textual de um discurso de outrem transcrito literalmente, sugerindo um efeito de credibilidade ao texto, proporcionando a quem cita um distanciamento do dizer, pois não recai nele, explicitamente, a responsabilidade do conteúdo exposto.

Eis as seqüências selecionadas que constituem o bloco discursivo 2:

SD1- **Transferência de votos**

De Tarso Genro, sobre a transferência de votos no segundo turno:

- A ampla maioria dos eleitores que prefere uma alternativa democrática de centro-esquerda votou no PSOL, no PT e no PDT. Aqueles que têm uma visão mais aproximada daquilo que foi o governo Fernando Henrique votaram no Alckmin. A nossa expectativa é de que a ampla maioria dos votos do PDT, do PSOL e parte dos votos de protesto e em branco venha para o Lula, porque as pessoas se deram conta: Pelo amor de Deus, será que tem possibilidade de o Fernando Henrique voltar??. Estão pasmadas e vão votar no Lula. (Enviado por Ricardo Noblat - 3.10.2006 - 18h00m) (sic)

SD2- **O que será do Brasil**

De **José Dirceu**, ex-ministro Chefe da Casa Civil, no Jornal do Brasil, hoje:

"Muitos se perguntam o que será de nosso país e de sua nascente democracia, no ritmo em que vamos, com a oposição dando sinais claros, para toda sociedade, de que não aceitará o resultado das urnas e que trabalhará - na verdade, continuará a trabalhar - para desestabilizar e deslegitimar o segundo governo Lula.

A chantagem mais recente veio do presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que substituiu o titular do cargo, Eduardo Azeredo, defenestrado pelo envolvimento com aquilo que o próprio tucanato batizou como "valerioduto". A última proposta de Tasso dá a exata medida da radicalização da oposição. O tucano pretende que Lula renuncie à reeleição, já que as investigações, em 2007, assegura ele, chegarão ao presidente da República." **Leia mais** (Enviado por Ricardo Noblat - 26.10.2006 - 8h00m) (sic)

SD3- **Roberto Jefferson dá vitória para Alckmin**

A avaliação que Roberto Jefferson fez do debate de ontem entre Lula e Alckmin na Rede Bandeirantes:

- O debate trouxe a emoção que faltava. Alckmin surpreendeu, foi pra cima. De vocabulário restrito, Lula não aproveitou oportunidades e acabou cansando por ficar repetindo palavras à exaustão, como um macaquinho de realejo. No final, deixou o estúdio visivelmente irritado. Ele sabe que perdeu o debate. Alckmin foi duro, mas humilde. Não tripudiou. Venceu por um a zero, mas poderia ter sapecado 10. Ele poupou Lula. Quando se chega perto do mito, ele não se sustenta. (Enviado por Ricardo Noblat - 9.10.2006 - 14h05m) (sic)

SD4- Lula pede cabeça de Berzoini

"Pressionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a cúpula do PT inicia hoje um expurgo interno, na tentativa de salvar o projeto de poder do partido para os próximos quatro anos. A 24 dias do segundo turno, numa reunião extraordinária da Executiva Nacional do PT, em São Paulo, dirigentes petistas propõem o afastamento do deputado Ricardo Berzoini (SP) da presidência do partido e a expulsão dos cinco filiados envolvidos na tentativa de compra do dossiê Vedoin." [Leia mais](#)

A discussão sobre o afastamento do deputado Ricardo Berzoini da presidência do PT não é motivada apenas pela questão eleitoral. Ontem, em seu blog, o deputado cassado José Dirceu se referiu ao assunto como "nau dos insensatos". Segundo Dirceu, "continua no PT o campeonato de autofagia e auto-destruição". Ele criticou o tempo que está sendo gasto com a questão, e não com a campanha. E disse que, por trás do debate, está a disputa por poder no partido." [Leia mais](#) (Enviado por Ricardo Noblat - 6.10.2006 - | 4h10m) (sic)

SD5- Lula diz que petistas não cometerão mais burrices

De Lula hoje em comício na região central de Belo Horizonte:

- Agora já aprendemos, estamos mais calejados... os companheiros petistas certamente não vão fazer as burrices que fizeram neste primeiro mandato. [Leia mais](#) (Enviado por Ricardo Noblat - 20.10.2006 - 22h40m) (sic)

SD6- Decidam!

Os comentaristas deste blog precisam chegar a um acordo. Se não é possível em torno do candidato a presidente que seja, pelo menos, em torno da minha posição em relação a eles.

Armando Filho escreveu no espaço da nota "Tchau, Alckmin": "O Noblat nem disfarça a tristeza em ver os números das pesquisas... O povo não é bobo, Geraldinho é fraco e não conhece o Brasil".

Para Armando, pois, sou eleitor do Alckmin.

Barena escreveu no mesmo espaço: "Noblat: agora você nem tentou dissimular sua alegria. Foi bem parcial. É cedo para soltar rojão."

Para Barena, pois, sou eleitor de Lula.

Em seu comentário, **Dimas** se divertiu tanto quanto eu me divirto: "É um sarro ver alguns candidatos chamando o Noblat de Lulista... Existem alguns comentários em que (ele) é chamado de Geraldista."

Todos cobram independência do jornalista. Quando ele tenta ser independente é criticado. (...)

(Enviado por Ricardo Noblat - 12.10.2006 - | 21h23m) (sic)

É importante observarmos, antes de passarmos à particularização da análise de cada SD, que todas as seqüências que constituem esse bloco² apresentam uma regularidade em relação à estrutura, à organização do discurso. Qual seja: a presença do discurso-outro, marcada no fio do discurso, ou para usar o termo proposto por Authier-Revuz (1990), uma *forma marcada de heterogeneidade mostrada*, a qual é uma característica do funcionamento do discurso jornalístico que se apóia na voz do outro. Tal regularidade irá nos apontar para uma tentativa de controle e administração dos efeitos de sentido que emergem dos recortes.

Outra regularidade que se apresenta é a alternância de posição que o sujeito tenta passar ao leitor como efeito de imparcialidade, ou seja, Noblat privilegia tanto a voz de políticos favoráveis à candidatura de Lula quanto de Alckmin e ainda brinca com a forma que este gesto produz sentido frente ao leitor.

Na SD1 e SD2 Noblat recorre a voz de dois aliados ao governo Lula, Tarso Genro e José Dirceu. Sendo que na primeira, Tarso (Ministro das Relações Institucionais) dá a vitória a Lula em oposição ao governo do ex-presidente Fernando Henrique, atual aliado de Alckmin. Já na SD2, José Dirceu (ex-ministro Chefe da Casa Civil) questiona o futuro do país frente a uma oposição chantagista que só se preocupa em deslegitimar o governo Lula.

Com efeitos de sentidos diferentes a SD1 aponta para uma perspectiva eleitoral de um sujeito inscrito em uma FD petista e que, portanto, só aceita como possível a eleição de Lula. Em contrapartida, a SD2, também tem por enunciador um sujeito identificado com a FD petista e que dá como certa a eleição de Lula, porém apresenta uma visão de quão turbulento permanecerá sendo o governo. Ou seja, a escolha do recorte não é inocente. Noblat, ao inscrever o discurso-outro na ordem intradiscursiva, o faz de forma própria, posicionado. Expliquemo-nos: a SD2 constitui-se a partir de um *post* editado em 26 de outubro de 2006, a apenas 3 dias das eleições, o que direciona para um saber de como decorreu toda a campanha e, conseqüentemente, leva a uma perspectiva de quem seria o possível eleito. José Dirceu ao dar como certa a vitória de Lula, comenta que o segundo mandato não será fácil *a oposição fará de tudo para desestabilizá-lo*. Assim, o que se ressalta neste enunciado não é a vitória de Lula, mas sim as investigações de fraudes que chegarão à presidência *“O tucano pretende que Lula renuncie à reeleição, já que as investigações, em 2007, assegura ele, chegarão ao presidente da República.”* E assim, encerra-se o *post* apontando, ainda, para o leia mais. Depreende-se desta SD, como um possível efeito de sentido, o provável “medo” de que a oposição investigará Lula e este poderá, também, ser cassado como José Dirceu foi.

O que queremos marcar é que este funcionamento discursivo só produziu tais sentidos pelo recorte feito por Noblat. Quando o jornalista traz para si o que é de outro ele ressignifica este dizer de acordo com a posição que assume. Desta forma, o recorte do dizer-outro aponta o seu gesto de interpretação, afinal ele recorta um enunciado e silencia os demais⁶⁹.

⁶⁹ Quando afirmamos que o sujeito silencia os demais enunciados nos referimos ao *post* editado na página principal do blog, pois como podemos observar na SD2 há um *link* que remete ao texto na íntegra que está disponível em outro site, porém nem sempre o leitor segue este caminho. O que nos interessa analisar, nesta

Ao assumir a função de editor, o Blogueiro não apaga o discurso-outro, mas o discursiviza na ordem intradiscursiva. E isso nos aponta para uma regularidade na organização do discurso que, pela aderência do jornalista ao discurso-outro, tenta controlar os efeitos de sentido, como é o caso da SD3 que traz, como efeito testemunhal, a voz de Roberto Jefferson. Nesta SD Noblat recorta as principais características que potencializaram o debate de Alckmin frente ao Lula pela ótica de um aliado de Alckmin. Podemos perceber tal posicionamento nas seguintes pistas lingüísticas: “*Alckmin surpreendeu, foi pra cima; Alckmin foi duro, mas humilde. Não tripudiou*” enquanto que a análise de Lula foi: “*vocabulário restrito; repetindo palavras à exaustão, como um macaquinho de realejo; irritado; o mito (...) não se sustenta*”. Temos aí o que deve ser dito de acordo com o posicionamento ideológico em uma dada FD.

Na SD4 o blogueiro organiza dois recortes produzidos por sujeitos distintos. Em um primeiro momento, Noblat recorre ao jornal Estadão para desqualificar a organização do PT no período eleitoral. Na seqüência, dá voz a um petista (José Dirceu). Em um olhar inicial, poderíamos dizer que este gesto se configura como um posicionamento imparcial do blogueiro que dá voz aos dois lados, porém ao analisarmos o recorte da fala de José Dirceu constatamos que o selecionado corrobora com o recorte retirado do Estadão. Assim, temos o funcionamento do efeito de verdade, tão almejado pelo jornalista que, pela voz de um petista, atesta que de fato há uma “quebra” no partido. Desta forma, trazer, ao corpo do texto, o dizer da fonte testemunhal é proporcionar sustentação textual pelo caráter de testemunho, garantindo o efeito verdade. Ao recorrer à voz do outro, Noblat constrói o território da sua própria voz como o lugar da busca da verdade.

Ainda quanto a SD4, queremos marcar que o blogueiro pretende produzir, ao olhar do leitor, um efeito de imparcialidade, constituindo-se como um espaço que abriga e disponibiliza as diferentes opiniões, os diferentes lados, mas como analisamos, isso se constitui numa ilusão e, ao contrário do pretendido, vai apontar para a heterogeneidade não só do discurso assumido pelo *blog*, mas também do sujeito que o organiza. Por tudo isso é que reafirmamos que o discurso que prega a imparcialidade não se sustenta, já que o sujeito não domina o que diz.

Anunciar pela voz de outrem os sentidos que o *blog* não assina de modo explícito é uma forma de mostrar certa isenção com o assunto, o jornalista não precisa assumir

responsabilidade pelo dizer-depoimento e não é punido por sua divulgação. Desta forma, refugia-se na sombra escura de uma voz que, esta sim, expõe-se e fica marcada como “foi dita pelo fulano”. Dizer a partir da voz do outro representa, para o jornalista, certa imparcialidade com os fatos. Mas, no momento em que ele seleciona uma voz e não outra, um determinado enunciado e não outro, esta imparcialidade cai por terra, é o que também podemos constatar no funcionamento discursivo da SD5. Aqui, a partir de um recorte isolado, Noblat não apresenta a voz de um aliado, muito menos de um simpatizante petista, é o próprio Lula, presidente do Brasil, reconhecendo que os companheiros petistas cometeram muitas burrices. Os sentidos pretendidos com este recorte produzem um efeito de estabilização do dizer, numa tentativa de controlar/administrar os efeitos de sentidos que podem ser produzidos. Assim, o que se pretende, ilusoriamente, é produzir um discurso homogêneo, em que o que está latente é a incompetência/burrice tanto de Lula, por enunciar tais palavras, quanto dos companheiros petistas.

A última seqüência que compõe este bloco discursivo, diferentemente das demais, é composta por recortes de dizeres dos leitores. Como observamos, tanto no bloco discursivo 1 quanto no bloco discursivo 2, há uma constante tentativa do Noblat se auto-definir imparcial *“Todos cobram independência do jornalista. Quando ele tenta ser independente é criticado”*. Na SD6 podemos perceber como esta busca pela imparcialidade reflete na produção de sentido do leitor. Temos um comentário que julga Noblat como “Lulista” outro “Geraldista” e ainda um terceiro que aceita a proposta de imparcialidade e julga ser possível alcançá-la. Tais recortes, apontam para o deslizamento de sentidos e interpretações que remetem a uma tomada de posição do sujeito em relação ao dizer do blogueiro. Ou seja, produz-se uma simulação de neutralidade do dizer do jornalista, que proporciona abertura de sentidos ao leitor.

Assim, ao assumir a função de editor e aderir/incorporar o discurso-outro, o sujeito desse discurso não fala como se estivesse no lugar do outro, mas a partir de um recorte desse discurso. E isso lhe confere autoridade para produzir um efeito de autoria própria. Esse efeito está ligado à sua função-autor, a qual é concretizada no momento em que o jornalista assina o *post*, assumindo, assim, a responsabilidade pelo seu dizer e editando uma página que se desenrola como uma “colcha de retalhos” das falas recortadas.

5.1.1.3. CONCLUSÕES PARCIAIS

Como já afirmamos anteriormente, o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso. Então, é pela prática discursiva que se estabiliza um determinado lugar social/empírico. No caso do jornalista político, é o modo como ele discursiviza os diferentes saberes institucionais que sustenta e legitima socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido com a “verdade” e “objetividade”.

Da relação do sujeito com o texto e deste com o discurso, a partir de uma tomada de posição frente a uma formação discursiva, é que Orlandi e Guimarães (1988) defendem que aí se dá a produção da impressão de unidade, da transparência, da completude e da coerência criada pelo sujeito autor. O que podemos observar a partir de nossas análises é que o discurso de Noblat, falha com essas impressões, e pelo contrário, ele apresenta falta de unidade, falha na progressão e na coerência de sentidos por se contradizer. Pois, além de não assumir claramente sua posição ele faz conflitar vozes que pertencem a formações discursivas diferentes tudo no mesmo espaço intradiscursivo.

Na busca incessante pela imparcialidade, abre caminhos para os deslizes de sentido, tanto que quem lê não consegue chegar, sem um aparato teórico, a uma conclusão do posicionamento de tal sujeito.

Eudes Paiva 00:49

Em cima do muro sempre é bom. Mas somente para os covardes. Seria bom assumir *sua posição de direita radical* como tem sido desde o início do blog.

mmarta 00:03

Levei um susto quando lí que *você está liberando* pessoas para votar.

Justaname 23:56

"(...) O dono do blog não está e nunca esteve no muro. É jornalista. *E o blog não pode ser usado, como querem muitos comentaristas, para angariar votos para seus candidatos.* Aí sim, estaria comprometida a credibilidade."

Gil 23:07

"Quem não tem time de futebol, não tem preferencia religiosa e não tem preferencia política, é filho de chocadeira. Desculpe, mas *ficar em cima do muro é muito feio.*"

Advogada 18:10

Perdoe-me, mas o bom jornalista é aquele que, além da imparcialidade e bom senso, sempre deve estar de rabo-prêso com o leitor.

Calvin 15:59

Em cima do muro? *Então é PSDB, vai votar Alckmin.*

Menck 16:04

Você bem que podia assumir sua posição de líder. Deixar a gente no mato sem cachorro não fica bem para você. (...) Quem ama o Brasil *não pode ficar 'neutro'* desse modo.

TiRex 16:05

Vamos ver se vc vai realmente se comportar como neutro ou se é só fachada. A *continuar defendendo o Lulla e o PT*, vai ser desmascarado.

Scamander 16:06

Tudo bem, Noblat. Sabemos que *seu coração está com Lula*.

SampaSP1 16:08

Se Noblat não quer abrir seu voto, é direito dele. Está pensando no dia seguinte, depois das eleições. Ele é jornalista e a vida continua.

Francesa 16:10

Noblat, não precisa ter vergonha *em apoiar o Lula!* (sic)

Assim, tanto o texto quanto o discurso são constituídos fortemente pelo heterogêneo. Porém, mesmo falhando com o efeito de unidade, progressão Noblat une em um mesmo espaço vozes de diferentes posições, seja de outros colunistas, leitores enfim, assume a função de autoria pela “costura” das vozes. Mas nem sempre esta costura é limpa e plana, no hipertexto o sujeito se submete aos *links* e isso faz os fios ficarem expostos e deixarem a costura cheia de pontas. Neste momento, inicia-se a costura inversa, onde quem irá dar forma ao novo “corpo textual” será o leitor através do seu percurso de leitura.

Tamanha é a importância do leitor para o *blog* que o sujeito mascara sua posição para abrir espaço para o leitor construir o texto. Com o *post* seguinte temos claro este funcionamento:

"Quase sempre" o povo "está errado"

De Reinaldo Azevedo em seu blog hospedado no site da revista VEJA:

"Eu não tenho o menor interesse na opinião do povo. Quase sempre ele está errado. Aliás, a opinião de muito pouca gente me interessa. A democracia sempre foi salva pelas elites e posta em risco justamente pelo ?povo?, essa entidade. Vai acontecer de novo. Lula, reeleito, tende a levar o país para o buraco. E uma elite política terá de ser convocada para impedir o desastre.

O povo, nos assuntos realmente importantes, não apita nada. É uma sorte! Aqui e no mundo inteiro. Não apitou quando se fez o Plano Real. Ou nas privatizações. Teria votado contra a venda da Telebrás ou da Embraer. Junto com Lula. Estaríamos sem telefones e sem produzir aviões." Leia mais [aqui](#) (Enviado por Ricardo Noblat - 29.10.2006- 20h11m) (sic)

Neste *post* o que temos é um sujeito que se mascara atrás de um posicionamento que só é revelado em partes⁷⁰, é um texto para o leitor marcar a sua posição, um texto para ser construído em conjunto. Por tudo isso, a partir deste momento não trabalharemos mais com a função-autor, pois a autoria é *feito*, afinal, nunca é plena, completa, embora seja essa a

⁷⁰ O que não quer dizer que este sujeito não tenha posicionamento, ele tem sim, porém joga com o leitor neste jogo de esconde esconde, para gerar a polemica e alcançar cada vez mais acessos de internautas que são a favor tanto de Lula quanto os que são a favor de Alckmin.

imagem projetada ao leitor. A autoria é efeito porque será constituída e reconstituída a cada gesto de leitura, assumindo a parceria entre blogueiro/leitor/mediador na busca pela *produção* de sentidos.

5.2 ESCRITA E LEITURA

Escrita e leitura, desde os primeiros momentos da criação do registro escrito, sempre ocuparam um lugar privilegiado na cultura ocidental. O historiador Roger Chartier (2002) trabalha a revolução de leitura e escrita a partir de três grandes momentos. O primeiro deles trata do surgimento do *códice manuscrito* (século II). Com uma nova estrutura em cadernos, folhas e páginas o *códice* propiciou aos leitores maior mobilidade, pois passaram a transportar o suporte textual, e maior opções de leitura, pois os leitores passaram a se deparar com paginação, índices e notas de rodapé. Porém, o *corpus* era limitado e fechado a textos que eram lidos e relidos, recitados e passados de geração a geração, caracterizando com isso uma postura de “leitor intensivo”.

O segundo momento, descrito por Chartier (2002), refere-se ao *códice impresso* (século XV). Com o surgimento da imprensa os livros se popularizaram a escrita se tornou mais ágil, os livros ganharam formatos menores, possibilitando assim a maior mobilidade e os custos mais baratos. Desta forma, o leitor expandia seus horizontes e fazia do ato de ler uma atividade ilimitada a partir do fácil acesso aos textos difundidos pela imprensa. Estamos diante de um “leitor extensivo” crítico e ávido por textos, porém ainda sem poder de participação, afinal não deixava suas marcas no texto.

O terceiro e último momento diz respeito ao tema de investigação desta dissertação, a era digital, o surgimento da tela do computador (e a internet) como suporte de textos. A contemporaneidade permite que em um único lugar sejam disponibilizados diversos tipos de textos que são distribuídos entre diferentes suportes. A leitura passa a ser descontínua e não linear, e a busca da totalidade textual passa a ser a partir de palavras-chave, *links* ou fragmentos textuais.

O hipertexto coloca o leitor contemporâneo diante de uma textualidade móvel e infinita que lhe permite fazer ajustes textuais singulares, é o que poderíamos dizer como sendo um mundo de navegações em rede. De acordo com Di Luccio e Nicolaci-da-Costa (2007, p. 98) a infinitude do texto eletrônico nos sugere uma nova e promitente significação

do que é lido: o texto eletrônico favorece e enriquece o diálogo que cada texto pode estabelecer com o seu leitor.

Ao contrário dos demais momentos descritos por Chartier, na contemporaneidade o leitor não é apenas “passivo” ou “extensivo” e sim um “leitor hiperextensivo” que pode participar da confecção textual além de interagir a partir da abertura das fronteiras textuais que lhe permite traçar os rumos de sua leitura. Ou nas palavras de Di Luccio e Nicolaci-da-Costa (2007, p.99) “a tela convida-o a intervir no coração do texto e a participar ativamente da produção textual, já que tem a possibilidade de embaralhar, entrecruzar e decidir a ordem de leitura”. Assim, leitores e escritores passam a se complementar no universo hipertextual. Passemos às análises da complementação hipertextual entre leitor e escritor.

5.2.1. DOS EFEITOS DE AUTORIA À LEITURA

Diferentemente do postulado por Saussure⁷¹, o qual afirma que a fala “é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor”; ou seja, ao priorizar suas investigações na língua deixa de lado a fala dissociando-a do histórico-social sem importar-se com o sujeito enunciativo. A Análise do Discurso, por sua vez, pressupõe a atualização da língua por um sujeito que enuncia/escreve não na sua individualidade, e sim afetado pelo inconsciente e pela ideologia. Deste modo, o sujeito da AD, ao contrário do da lingüística, é um sujeito inscrito na história, e por esta inscrição quando materializa seu dizer por elementos lingüísticos o sujeito-autor, que é desde sempre interpelado ideologicamente, assume frente a distintos discursos relações de divergência, de confronto, de repulsa ou aproximação, até formular um texto carregado de saberes pertencentes à posição-sujeito em que se inscreve.

Nesta etapa da análise, iremos voltar nossa atenção a este sujeito que lê, interpreta e se inscreve em um lugar de efeito-autoria. Para isso, optamos, em um primeiro momento, por tomar uma seqüência discursiva de referência e observar as famílias parafrásticas possíveis para, posteriormente, pensarmos a leitura e autoria frente ao leitor do *blog* que registra seus comentários neste espaço a partir de gestos interpretativos distintos. Em um segundo momento, e não menos importante, nos reservamos as análises do sujeito que está investido do poder de selecionar os comentários que ganharão visibilidade no *blog* e os que serão silenciados. Voltemo-nos às particularizações que cercam cada recorte.

⁷¹ Tratamos desta questão no capítulo inicial.

5.2.1.1 LEITOR/AUTOR – RECORTE DISCURSIVO 2

Optamos por trabalhar nesta dissertação com o hipertexto associado à teoria da AD por reconhecermos em sua estrutura um espaço totalmente heterogêneo que abriga múltiplas vozes, veladas ou não, que não possui bordas com características de início, meio e fim, o que há é um *efeito de início*, ou seja, diante do *blog* que optamos por analisar há vários *posts* em uma ordem não linear de leitura, dizemos não linear pois os *links* tiram a característica de leitura plana, assim pode-se iniciar a leitura do *blog* pelo meio da página principal, como também se pode iniciar por outra página e depois retornar, o início também pode se dar por outro site que remete ao texto presente no *blog*. Por estas razões, ao tratarmos de hipertexto, nem sempre se consegue precisar um início, até mesmo porque em muitas vezes a leitura parte de uma busca, e tamanha é a rede que muitos internautas perdem-se pelo universo da internet e esquecem do ponto de onde partiram. É por isso que preferimos tratar a leitura do hipertexto como um *efeito de início* e também como um *efeito de fim*, o qual pode ser desde uma conexão de internet que cai, até uma falta de fio de sentido, e por isso interrompe-se o que se está lendo.

Quanto à escrita, esta também se constitui como um *efeito* tanto de início quanto de fim, pois o blogueiro por mais que utilize de uma ordem cronológica para *postar*, não necessariamente escreve o *blog* nesta ordem. Assim como, quando redige um *post* e coloca no final um *link* remetendo a outros textos, de certa forma este *link* irá representar um fecho, afinal o texto remete a aquele exato texto e não a outros disponíveis em tantas páginas da internet, porém o *link* também funciona como abertura, afinal abre espaço para que o texto mantenha relações com outros textos e espaços. Assim, diante do efeito de início e de fim no hipertexto, afirmamos tratar-se de algo moldado não só pelo sujeito-autor, mas também pelo sujeito-leitor, e é a isso que entendemos neste trabalho como sendo o efeito de autoria, é esta construção de sentido textual mútua.

O recorte discursivo a seguir que submeteremos a uma leitura não-subjetiva é disponibilizada na página principal do *blog* do Noblat e constitui-se de um recorte textual do *blog* do Reinaldo Azevedo (Revista Veja online). Interessa-nos examinar a questão das possíveis leituras que levam em conta efeitos de sentido em confronto, ou seja, uma mesma seqüência discursiva produzindo diferentes efeitos de sentido em virtude das subjetividades não-subjetivas que ela pode mobilizar.

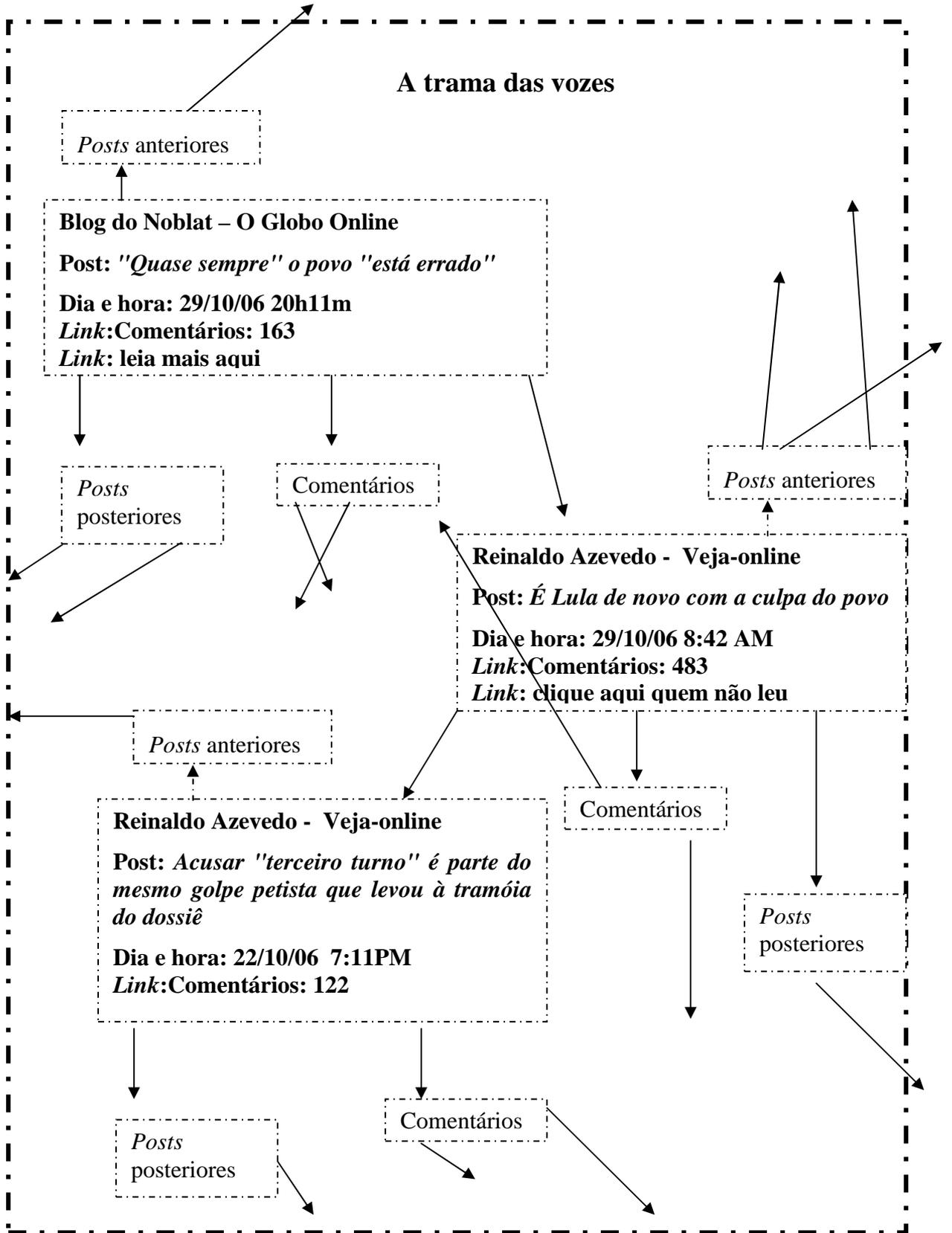
Vejamos a seguir o recorte discursivo que embasa esta análise:

SDR - “Quase sempre” o povo “está errado”

De Reinaldo Azevedo em seu blog hospedado no site da revista VEJA:

"Eu **não tenho o menor interesse na opinião do povo**. Quase sempre ele **está errado**. Aliás, a opinião de muito pouca gente me interessa. A democracia sempre foi salva pelas **elites** e **posta em risco** justamente **pelo ?povo?**, essa entidade. Vai acontecer de novo. Lula, reeleito, tende a levar o país para o buraco. E uma elite política terá de ser convocada para impedir o desastre.

O ?povo?, nos assuntos realmente importantes, **não apita nada**. É uma sorte! Aqui e no mundo inteiro. Não apitou quando se fez o Plano Real. Ou nas privatizações. Teria votado contra a venda da Telebrás ou da Embraer. Junto com Lula. Estaríamos sem telefones e sem produzir aviões." Leia mais [aqui](#)
Comentários(Enviado por Ricardo Noblat - 29.10.2006- 20h11m, grifos nossos)
(sic)



O quadro anterior representa a teia discursiva criada pelo blogueiro constituída por um *post* de referência. Nota-se que este é um olhar entre tantos que poderiam ser feitos, já que os *links* favorecem a quebra das barreiras textuais, e proporcionam caminhos diversos. No quadro, em questão, pretendemos demonstrar o movimento textual possível diante da seqüência de *linkagens* de um *post*. Nota-se que as barreiras são instáveis, alguns textos se entrecruzam, outros têm continuidade a partir de *links*, já outros caem na pontuação da finitude ou, então, se perdem na dispersão.

Noblat une em um mesmo espaço vozes anônimas e vozes marcadas. Anônimas por serem opiniões que não se conseguem aprender sua origem, são construções dispersas no interdiscurso, e marcadas por trazerem a fonte tanto nomeada, na forma de citação, quanto por *links* que permitem que o leitor vá direto a fonte textual. Assim, ao inscrever-se na função de autoria do *blog* e a assumir a função de “costurar” as vozes, neste caso a costura aparece pelo “lado avesso”, pois, há o *link* que funciona como fio exposto que deixa a trama com pontas aparentes. Ou seja, esta é uma das grandes diferenças entre texto e hipertexto. Enquanto um tem que ser “limpo” e linear, o outro aceita a disparidade. Em outras palavras: o hipertexto aceita o exterior como parte construtora do interno, e essa disparidade pode ser tamanha que chega a conflitar até mesmo quanto às posições assumidas por cada voz que se deixa revelar.

Neste recorte discursivo 2, temos o que Authier (1990) considera heterogeneidade marcada. Noblat cita em seu *blog* um fragmento textual editado no *blog* do Reinaldo Azevedo, e como não fosse o bastante, disponibiliza aos leitores um *link* para que possam visualizar o texto na íntegra. Porém, quando Noblat incorpora o externo ao seu texto o faz ressignificado, é um outro sujeito falando de uma outra posição. Voltemo-nos às análises:

No texto original presente no *blog* do Reinaldo Azevedo (Veja-online) o título do *post* é “*É Lula de novo com a culpa do povo*” fazendo uma paráfrase depreciativa com o jingle de campanha de Lula “*É Lula de novo com a força do povo*”. Quando parte do texto de Reinaldo é transcrito para o *blog* do Noblat este título inserido é ressignificado e entra como “*Quase sempre*” o povo “*está errado*” (uma frase do texto do Reinaldo em que Noblat acrescenta as aspas). Enfim, o que queremos salientar é que, ao internalizar o exterior, este entra ressignificado, ou seja, no jogo com as aspas, Noblat trabalha com a ambigüidade que pode surtir diferentes efeitos, um deles nos possibilita pensar este sujeito incluído na mesma FD a que se identifica também Reinaldo Azevedo, pois não diz como Reinaldo, mas pelo gesto de tornar esses dizeres públicos em seu *blog* também acaba dizendo, porém diz de uma outra posição, da qual não compartilha inteiramente os mesmos saberes de Reinaldo.

Sintetizando: Reinaldo e Noblat pertencem a mesma FD, a qual nomeamos como sendo FD1, porém, como esta é constituída pela heterogeneidade, ambos inscrevem-se em posições-sujeito diferentes. É esta constatação que nos permite afirmar que o hipertexto é tão multifacetado que permite unir em um mesmo texto saberes diferentes, posições diferentes com vozes marcadas, porém com a impressão de que a teia se torna um só texto, ou melhor um hipertexto.

Para entendermos como funciona a *produção de sentido* neste recorte, recorreremos à noção de *paráfrase*, noção esta já apresentada na seção 3.6 de nosso dispositivo teórico, e mobilizemos em conjunto o conceito de *família parafrástica* proposto por Pêcheux e Fuchs (1975, p. 13-14) a qual consideram “matriz do sentido” inerente a uma FD, pois, a partir das relações que os enunciados estabelecem entre si, no interior de um processo discursivo, um item lexical constrói sua referência.

Indursky (1997), ao trabalhar a *família parafrástica* de diferentes discursos de presidentes militares, o faz a partir da reflexão do conceito de *determinação*, e para isso parte das palavras de Pêcheux e Fuchs (1997, p. 20) que entendem o processo de enunciação como uma série de determinações sucessivas que são realizadas por mecanismos sintáticos, expondo o que foi dito de fato e rejeitando o que poderia ter sido dito, mas não foi.

Dentre as determinações abordadas por Indursky (1997), sejam elas, filosófica, referencial, gramatical, lingüística, nos importa, para esta dissertação, a *determinação discursiva* a qual é definida tendo como função qualificar a expressão ao *ocupar um lugar em um discurso específico*, ou seja, ao delimitar o que pode ser dito em um discurso específico, se constroem as fronteiras para recalcar o que não pode ser dito, bem como o que pode, mas não convém que seja dito (INDURSKY 1997, p. 180).

Considerada uma prática discursiva, a determinação é composta por três níveis que, segundo a autora recém citada, podem ser sintetizados da seguinte forma:

1) *nível intradiscursivo*, quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o *limite do dizer*. Assegura coerência ideológica ao dito;

2) *nível intersequencial*, quando as diferentes *determinações intradiscursivas dispersas no corpus* evidenciam a construção discursiva. O sujeito tem a ilusão de ter dito tudo o que devia, ou então, imagina ter dito apenas o que podia.

3) *nível interdiscursivo*, quando o *intradiscurso* é relacionado com o *interdiscurso*, e o dito passa a fazer contraponto com o não dito. O dito funciona, assim, como o elemento visível do não-dito.

Deste modo funciona o *processo discursivo de determinação*. *Processo*, pelo fato de ser uma construção em que o sujeito, por não ser totalmente consciente e, portanto, não dominar o seu dizer, oscila entre o que acha que pode e deve dizer, tendo a ilusão de ter dito tudo o que devia, e entre o dito que se contrapõe ao não-dito.

Com o propósito de examinar esse *processo*, tomemos a seqüência discursiva de referência, que apresentamos anteriormente, e reuniremos as diferentes determinações intra e interdiscursivas em famílias parafrásticas.

Processo Discursivo de Determinação Intradiscursiva

No decorrer do texto, levando em conta a teoria da AD, segundo a qual é no interior de uma família parafrástica que os enunciados se revestem de sentido e que o modo de dizer não é indiferente a eles, procuramos compreender as questões acima referidas, acreditando que um trabalho dessa natureza possa contribuir com os estudos da AD, em especial, com aqueles ligados aos processos de identificação e de representação política do sujeito; estes, por sua vez, relacionados à discussão sobre posição-sujeito e sobre FD.

Família Parafrástica 1

Item lexical	Processo discursivo de determinação	Família parafrástica resultante do trabalho de interpretação	Domínio
povo	não interessa a opinião	opinião desprezível	
	quase sempre está errado	erra (portanto não é confiável)	
	põe em risco a democracia	ameaça a democracia do país	Reinaldo Azevedo
Elite	não apita nada quanto aos assuntos importantes ≠ de povo	não tem poder de decisão	
	salva a democracia	são os que apóiam a candidatura de Alckmin	
	impede o país de entrar no buraco	não são povo, são superiores	
privatizações	algo necessário	se não são povo, são os inteligentes do país visão positiva	

Examinando a família parafrástica 1, é possível verificar que as sucessivas determinações intradiscursivas constroem um processo semântico compatível com o que pode ser dito por um sujeito identificado com a FD1 contrária à candidatura de Lula. Utilizando-se de determinantes negativos *não interessa*, *não apita* este sujeito desqualifica a coletividade de classe média/baixa por julgar que o povo é quem está ao lado de Lula. Assim, quando faz referência ao outro, o povo, o faz a partir de uma variedade de representações, como podemos identificar no quadro abaixo:

Grade referencial

Povo	Coletividade da classe média/baixa ≠ de elite
1	
Povo	Sem voz ativa
2	
Povo	Apóia Lula
3	

No *nível intradiscursivo*, quando o dito é plenamente determinado, estabelecendo o *limite do dizer*, este sujeito assegura a coerência ideológica ao dito negando o apoio ao Lula pelo viés do povo, assim em sua concepção o Povo 1 + Povo 2 resultam em Povo 3, ou seja, é a classe média/baixa, que não tem voz ativa, que está ao lado de Lula, e não o contrário. Portanto é a elite, e aí este sujeito se vê incluído, quem, em oposição ao povo, salva a democracia, impede o desastre de o país ir para o buraco, é quem aprovou o plano Real (gestão de Fernando Henrique Cardoso (PSDB)) e que permitiu, a partir de privatizações, que a população tivesse acesso a telefones e que o país produzisse aviões. Aqui convém recalcar saberes como: foi este mesmo povo que lutou pelo abaixo a ditadura, quem pediu as diretas já, quem pintou a cara e foi para as ruas pedir a saída do Collor da presidência do Brasil, que denunciou que as privatizações, em sua maioria, são exploração do capital interno do país por multinacionais de outros países que levam nosso lucro para o exterior, tudo isso não pode ser dito, pois pertence a uma FD contrária aos saberes do que nomeamos como sendo FD1. Temos aí, no nível intradiscursivo, somente a materialização dos saberes que podem ser ditos e que fazem parte da constituição da FD1 em que este sujeito se inscreve e se posiciona.

Processo Discursivo de Determinação Interdiscursiva

Diferentemente do processo discursivo de determinação apresentado anteriormente, em que o sujeito não foge aos padrões do que pode e deve dizer em determinada FD estabelecendo, com isso, o limite do dizer, o *nível interdiscursivo*, que abordaremos a seguir, nos mostra que nem sempre o dizer margeia apenas nos limites do que pode e do que não pode ser discursivizado, muitas vezes, o dito funciona como elemento visível do não-dito. É o que

observaremos a partir do determinante lingüístico das *aspas* que instauram um processo de determinação interdiscursiva fazendo o intradiscorso se relacionar com o interdiscorso, resultando em efeitos de sentidos polissêmicos.

Família Parafrástica 2

Det. Lingüístico	Item lexical	Processo discursivo de determinação	Família parafrástica resultante do trabalho de interpretação	Domínio
“”	Povo	“quase sempre” “está errado”	Quase sempre o povo está errado Sempre o povo está errado Nem sempre o povo está errado O povo não está errado	Noblat

O texto pode ser objeto de várias leituras, estando estas, de certa forma, já inscritas na materialidade textual. Conforme Indursky (2003), nem uma só, nem infinitas, mas possíveis leituras. Assim sendo, quando este sujeito blogueiro trabalha com o jogo da ambigüidade, utilizando *aspas* em dizeres de outro sujeito, ele brinca com uma posição velada. Dito de outra forma, ele se mascara atrás das palavras sugerindo sentidos duplos que cada leitor, de acordo com o posicionamento ideológico em determinada FD, irá produzir um sentido e não outro. Por isso afirmamos se tratar de um jogo, e neste caso um jogo de “esconde esconde” em que todas as peças estão escondidas e ao mesmo tempo à mostra, porém será o olhar, interpelado ideologicamente, de cada leitor que irá revelar cada efeito de sentido.

Quanto às *aspas*, utilizadas por Noblat, segundo Authier (1981, p. 127), estas têm como função manter o discurso do outro à distância, funcionam como a representação de um corpo estranho no texto. Assim, a partir das *aspas*, Noblat tanto se protege das acusações “não sou eu quem diz, é ele”, como também apresenta um posicionamento contrário a Reinaldo Azevedo, pois estas *aspas* no título podem mudar o sentido de todo o texto. Estamos aí no *nível interdiscursivo*, ou seja, quando o *intradiscorso é relacionado com o interdiscorso*, e o dito passa a fazer contraponto com o não dito. O dito funciona, então, como o elemento visível do não-dito. Deste modo, Noblat materializa discursivamente no intradiscorso que *quase sempre o povo está errado*, mas com o auxílio das *aspas* permite a compreensão do não-dito

que significa, e pode ser: *Sempre o povo está errado, nem sempre o povo está errado, o povo não está errado*. Neste caso, poderíamos lembrar Pêcheux (1983, p.317)⁷² quando discute a noção do *sujeito do vacilo*, ou seja, aquele sujeito que, mesmo identificado com determinada FD, não pode impedir a “irrupção imprevista de um discurso-outro”. Porém, neste caso em análise, não julgamos se tratar do *sujeito do vacilo* e sim o funcionamento do discurso de um sujeito que busca justamente o efeito do sentido de vir a ser, e por isso a irrupção que parece ser imprevista de um discurso-outro em seu discurso.

Neste recorte discursivo, a família parafrástica 2 inserida no bojo de uma formação discursiva, inscreve-se em uma matriz de sentido. Assim, de acordo com Indursky (2003, p.190), devido ao fato de inscrição junto a uma formação social constituída por um complexo de formações discursivas, podemos afirmar que neste recorte há várias matrizes de sentido e não uma única, afinal cada leitor produzirá sentidos de acordo com os saberes que circulam pela FD em que se inscreve. E é justamente isso o que caracteriza este efeito de autoria pretendida por Noblat, em que / , / para ser popular e instigar o posicionamento de cada leitor a partir dos *posts* / , / coloca-se na ordem do discurso polêmico⁷³. Assim, não será ele quem irá dizer a que posição pertence, mas sim o leitor que com ele construirá este texto em parceria. Podemos constatar o afirmado a partir de um comentário disponibilizado no *blog* do Reinaldo Azevedo:

8:50 PM

Anônimo disse...

Reinaldo, Noblat usa trecho de um texto seu para te colocar como anti-democrático praticamente. Ele não tem coragem para afirmá-lo, obviamente, prefere incitar os leitores que façam isso por ele. (sic)

Ou seja, tamanha é a tentativa de encobrimento da posição sustentada pelo Noblat que o leitor percebe o objetivo do blogueiro, e materializa isso em um *blog* que tem posição bem marcada como é o caso do *blog* do Reinaldo Azevedo.

⁷² Nesta dissertação usaremos a citação brasileira de 1990.

⁷³ De acordo com Orlandi (1987, p. 155) no discurso polêmico a relação com a referência é respeitada: a verdade é disputada pelos interlocutores. (...) O discurso polêmico é aquele que melhor se observa no jogo entre o mesmo e o diferente, entre um e outro sentido, entre a paráfrase e a polissemia.

5.2.1.1.1 IDENTIFICAÇÃO COM A FAMÍLIA PARAFRÁSTICA 1 – BLOCO DISCURSIVO 1

Neste ir e vir teórico, iniciemos esta seção de análise reafirmando o que já escrevemos anteriormente em nosso referencial teórico: conforme Indursky (2001, p.34), o sujeito-leitor ocupa uma posição-sujeito em relação àquela em que o sujeito-autor se inscreve, podendo identificar-se ou não com tal posição. Cada leitor produz sua leitura de um lugar social determinado, que pode ou não coincidir com o lugar social em que o sujeito-autor produziu o texto. Assim, o leitor passa a instaurar o seu próprio trabalho discursivo de leitura. Apresentemos as SDs:

SD1 - Clyde - 30/10/2006 - 0:09

Na verdade, o povo quando apita é para fazer m... A começar pela reeleição do imbecil orelhudo. Me engana que eu gosto. Essa é a cabecinha do brasileiro burro, que se deixa manipular e enganar. Vai desde o Lula e o PT, até uma Xuxa vigarista, sem-vergonha, exploradora de crianças. Aqui só tem valor bandido e vagabunda. (sic)

SD2- Wiseman - 29/10/2006 - 21:21

He, he, he, o tio Rei é mesmo uma pedra no sapato da petralhada. Será que é porque o seu cérebro é privilegiado (petistas não gostam de gente com neurônios, preferem a massa de miseráveis que se contentam com uns caraminguás por mês). Precisavamos ter mais pessoas assim, sem medo de falar a verdade. (sic)

As seqüências discursivas acima foram recortadas em virtude da regularidade que as cercam, pois ambas partem do *post* “quase sempre” o povo “está errado” disposto na página principal do *Blog* do Noblat e são inseridas junto aos comentários dos leitores no *link comentários*, além de apresentarem identificação com o recorte selecionado pelo blogueiro.

Considerando o analisado na seção 5.2.1.1, quando tratamos da família parafrástica 1, encontramos nas SDs 1 e 2 a regularidade discursiva de identificação junto a esta matriz de sentido. Assim sendo, as SDs selecionadas mostram como o leitor desconstrói o efeito-texto, seleciona outros saberes e passa a reconstruir um novo efeito-texto.

Na SD1 o *povo* tem sentido semelhante a que encontramos quando analisamos a família parafrástica 1: *é o brasileiro burro; quando apita é para fazer m...; se deixa manipular, enganar*. Assim, frente ao efeito-texto, o sujeito-leitor em sua prática discursiva assume uma postura crítica junto ao texto e faz intervir o que está disperso no interdiscurso, com isso, em sua leitura, passa a debater, discutir e interagir de acordo com os saberes

mobilizados na FD na qual toma posição. É isso que lhe faz introduzir no novo efeito-texto elementos externos como: “A Xuxa é vigarista, sem-vergonha, exploradora de crianças”. Este gesto de inclusão do que vem de fora corrobora com o movimento de memória discursiva depreciativa do país que vive a afirmar que no Brasil só tem valor bandido (no caso, Lula e PT) e vagabunda (no caso, Xuxa).

Na SD2 o leitor não utiliza o item lexical *povo*, porém a forma de se referir aos eleitores de Lula se enquadra perfeitamente junto à família parafrástica 1. *Os eleitores não têm neurônios, massa de miseráveis que se contentam com uns caraminguás por mês*. Com isso, o sujeito-leitor promove a “desconstrução” do efeito-texto, desestabilizando a superfície dita “plana”, “bem estruturada” e “homogênea”, reconhecendo e introduzindo aí elementos que só podem ser ditos a partir da FD1 em que se inscreve. Ao mesmo tempo em que o sujeito-leitor desconstrói o efeito-texto, produzindo certas lacunas em sua estruturação, vai acionando outros saberes e dialogando com outras vozes.

Feita a desconstrução textual, é hora de reconstruir o texto preenchendo estas lacunas a partir de sua história particular de leituras que é acionada pela memória discursiva deste sujeito. Diante do enunciado “*petistas não gostam de gente com neurônios, preferem a massa de miseráveis que se contentam com uns caraminguás por mês*” Wiseman traz elementos novos que produzem sentidos em tom de crítica aos projetos sociais do governo Lula que fornece bolsas de auxílio financeiro à população carente, à cesta básica, ao salário mínimo estipulado pelo governo, ao salário desemprego, enfim, não conseguimos recuperar exatamente qual o referente de *caraminguás*, mas todos os que acabamos de citar são da ordem do substituível e pertencem a mesma família parafrástica. Este é o resultado do atravessamento da interdiscursividade na materialidade intradiscursiva.

Sendo assim, através desse trabalho de desconstrução/reestruturação, o texto é ressignificado e se reconstrói um novo efeito-texto. Deste processo, podemos afirmar que o sujeito-leitor, unindo-se ao blogueiro, constitui o efeito de autoria, pois assume, em conjunto, a função de organizar as diferentes vozes anônimas da interdiscursividade que fazem presença constante na prática de escritura⁷⁴ e leitura.

⁷⁴ Quando tratamos de *escrita* também tratamos de sua variante *escritura*, porém há de se deixar claro a distinção que entendemos entre ambas, para isso recorreremos às palavras de Cazarin (2008) que, baseada nos dizeres de Gallo e Orlandi, esclarece que a escrita é o processo de legitimação de transcrição da língua e, escritura é o gesto de interpretação do sujeito que o faz com o caráter de responsabilidade pelo que escreve. Assim, a escritura depende da interpretação via leitura sendo que esta é um gesto constituído a partir de uma já escritura, o que queremos dizer é que, escritura e leitura estão imbricadas de tal forma que ao mesmo tempo em que parecem um só gesto também se configuram com particularidades, ou seja, não podemos afirmar que leitura é consequência

5.2.1.1.2 IDENTIFICAÇÃO COM A FAMÍLIA PARAFRÁSTICA 2 – BLOCO DISCURSIVO 2

A seqüência discursiva que segue representa a inscrição de um sujeito pertencente à família parafrástica 2. A SD1 também parte do *post* “quase sempre” o povo “está errado” disposto na página principal do *Blog* do Noblat e está disponibilizada junto aos comentários dos leitores no *link* comentários.

SD 1- MAPM - 30/10/2006 - 0:07

Interessante o Brasil, até alguns anos atrás o Nordeste elegia ACM, Sarney, etc. e o que se lia nos jornais de lá era este tipo de crítica racista, estúpida, nazista. Nós de SP e RJ os chamávamos de atrasados retrógrados, parados no tempo. Hoje o Nordeste começa a pensar, elege lideranças jovens e arejadas (Cássio Cunha Lima do PSDB é um grande exemplo) e os paulistas elegem Maluf, Clodovil e Frank Aguiar e lêem os artigos idiotas das duas BESTAS da Veja. E ainda nos achamos no direito de achar que somos a elite!!! (sic)

Quanto à SD1 notemos que se trata de um sujeito que fala de uma posição-sujeito favorável a Alckmin, e portanto identificada com a FD1, afinal usa o pronome pessoal conjugado com o verbo na primeira pessoa do plural para dizer que “e ainda nos achamos no direito de achar que somos a elite”. Porém, assume uma posição distinta, e até mesmo de repulsa à posição de Reinaldo Azevedo. Sintetizando: temos uma mesma FD em posição de contradição interna, é o processo de contra-identificação de que trata Pêcheux (1988) em que o sujeito do discurso através de uma “tomada de posição” se contrapõe à forma-sujeito, o que consiste em uma separação (distanciamento, dúvida, questionamento, revolta ...) em relação ao que diz a forma-sujeito sem, contudo, dela desidentificar-se. O sujeito passa a se contra-identificar com o saber da FD que lhe é imposta. Mediante este processo de contra-identificação este sujeito leitor, ao desconstruir e reconstruir um novo efeito texto, apresenta outros saberes ao texto em questão, advindos da memória discursiva. Assim, se desfaz o sentido de *povo burro* pelas inversões políticas, e de uma forma indireta afirma que os burros são justamente a elite que lê artigos das duas bestas da Veja (Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi)

O leitor, que se assina MAPM, esconde-se atrás de um nome recriado⁷⁵ para poder falar com propriedade que não aceita todos os dizeres que circulam pela FD a que pertence.

da escritura, é sim um processo, um gesto, pois nem sempre autor e leitor convergem sobre o mesmo saber, nem sempre pertencem a mesma FD, e por isso, leitura e escritura são gestos distintos.

⁷⁵ Dizemos recriado por não podermos apreender seu nome de fato. Em MAPM o que temos é um conjunto de letras que nos dão pistas que podem representar as iniciais de seu nome.

Gesto semelhante ao de Noblat que tem sua identidade empírica revelada porém esconde-se atrás do jogo polissêmico das palavras para não revelar totalmente sua posição. Assim, blogueiro e leitor jogam, cada um a seu modo, com o que pode e o que não pode ser dito. Talvez se o leitor tivesse seu nome revelado, e não apenas suas iniciais, não escreveria o que escreveu, talvez se Noblat tivesse sua identidade preservada assumiria uma posição declarada. O que queremos mostrar é que o lugar discursivo que cada sujeito ocupa, influencia diretamente no que pode e o que não pode ser dito. Ou seja, ao lugar do leitor lhe é permitido a omissão da identidade, porém lhe são cobradas algumas regras para que seu comentário não seja excluído; ao lugar do blogueiro titular, é cobrado imparcialidade, e números de acessos, por isso precisa dizer e ao mesmo tempo calar.

5.2.1.1.3 FAMÍLIA PARAFÁSTICA 3 – BLOCO DISCURSIVO 3

As seqüências discursivas que seguem representam a inscrição de sujeitos que não se inscrevem nem na família parafrástica 1 nem na família parafrástica 2, pois assumem posição em uma FD 2 identificada com os saberes favoráveis à eleição de Lula, constituindo deste modo uma família parafrástica 3. Assim como as demais SDs anteriores, estas SDs também partem do *post* “quase sempre” o povo “está errado” disposto na página principal do *Blog* do Noblat e estão disponibilizadas junto aos comentários dos leitores no *link* comentários.

SD 1- ManauaraBQ - 29/10/2006 - 20:34

Esse é o pensamento do pessoal do PSDB/PFL-FHC: o povo não é nada. Venderam nossas maiores empresas a preço de banana e hoje se vangloriam porque estão felizes, ficaram com o dinheiro, o país e o povo que se dane. Se dizem éticos e apoiam alguém que nunca deixou ser investigado, usou o dinheiro da NOSSA CAIXA criminosamente e abafou 69 CPI. É a parte da elite que pensa que o Btasil é propriedade dela. O povo brasileiro pode até não ser bem informado, mas trouxa não é não senhor Reinaldo. (sic)

SD 2- Assessor - 29/10/2006 - 23:22

Reinaldo Azevedo,

Você perdeu, cara pálida.

Agora é Lula de novo.

Essa vitória cala a sua boca e também a de Diogo Mainardi e a de Veja.

Esses verdadeiros golpistas, neoudenistas barbeados; no fundo são totalitários e antidemocráticos. Anti-brasil. Reinado, Diogo, Veja, seus derrotados, vcs vão ter de engolir a vontade popular. (sic)

Como já afirmamos em momento anterior, quando tratávamos das reflexões teóricas, é por extrapolar a linearidade e se caracterizar pelo “pluri”, aparentando por entre as redes de significações a existência de um sujeito “livre” que tem “vontades” e “escolhas”, é que sentimos a necessidade da aproximação da Análise do Discurso ao hipertexto.

Portanto, por maior que sejam as “teias” de possibilidades de acesso ao hipertexto, a navegação não é aleatória e, muito menos se trata de escolhas livres, pelo contrário, cada clique é determinado pela FD em que o sujeito leitor se posiciona para construir um nó próprio de sentidos mesmo que, para isso, muitos “cliques” perpassem sentidos contrários aos saberes dominantes da FD a que este sujeito se inscreve, afinal é preciso expor-se a sentidos diferentes para poder tomar posição.

Na SD1 constatamos o que a teoria nos afirma, o sujeito não é totalmente livre, e muito menos totalmente consciente ao ponto de fazer escolhas, ele é sim interpelado ideologicamente, e a partir desta interpelação ele passa a posicionar-se em determinada FD. Porém, quanto ao gesto de leitura, só é possível ler o que está de acordo com os saberes da FD em que o sujeito se inscreve? A partir da análise desta SD, concluímos que este não é o caso. Nem sempre leitor e escritor compartilham saberes da mesma FD, é preciso passar pelo diferente para tomar posição. Em outras palavras, é o que Pêcheux e Fuchs (1997, p.177) afirmam quando escrevem que “uma formação discursiva é constituída-margeada pelo que lhe é exterior”, assim sendo, não há como se posicionar se não houver o diferente, seja ele interno ou externo.

Podemos depreender destas seqüências discursivas a família parafrástica 3 dentro de uma FD 2, ou seja, é nessa “família” que se encontra aquilo que se pode e se deve dizer. Vejamos o quadro ilustrativo:

Família Parafrástica 3

Item lexical	Processo discursivo de determinação	Família parafrástica resultante do trabalho de interpretação	Domínio
povo	pode até não ser bem informado, mas trouxe não é não	Fala do lugar de povo O povo não é trouxe e percebe as coisas ruins para o Brasil, logo a candidatura de Lula seria o melhor	ManauaraBQ
Elite	Exploradora	são os que apóiam a candidatura de Alckmin só tem interesse na exploração das riquezas do país	
privatizações	algo desnecessário	visão negativa	
Reinaldo Azevedo, Diogo Mainardi e Veja	Golpistas Neudenistas Barbeados Totalitários Anti-democráticos Anti-Brasil Derrotados	Visão negativa da mídia que apóia Alckimin	Assessor

Indursky, ao tratar da determinação discursiva afirma:

Em nosso corpus examinaremos o Sintagma Nominal seja ele construído de Nome + Adjetivo, seja ele constituído de Nome + Sintagma Preposicional. (...) O sujeito é compelido, pela formação discursiva que o afeta, a saturar o substantivo, pois os determinantes lingüísticos que precedem o Nome não são suficientes para *determinar o seu dizer*. Trata-se de uma seleção, sem dúvida, porém de cunho *ideológico*, que não deve ser confundida com uma *escolha individual*. Ou seja, a *determinação discursiva é ideológica e não estilística*. Por meio dela é construído um *referente discursivo determinado pela FD que afeta o sujeito da referida construção*. (INDURSKY, 1997, p. 178)

Concordamos com a presente citação no que diz respeito à afirmação de que a determinação, em nosso caso processo discursivo de determinação, não é uma escolha individual, mas um fator de cunho ideológico. Salientamos, entretanto, que, em nosso objeto de análise, a determinação discursiva não é produzida apenas pelo adjetivo ou pelo sintagma preposicional, tal como ocorre no discurso dos Militares analisado por Indursky (1997). O processo discursivo de determinação dos sentidos, em nosso objeto, não se limita a apenas uma palavra. No caso aqui em análise a saturação dos sentidos pode ser feita por uma ou mais orações, como é o caso da SD1, em que temos o item lexical *povo* determinado discursivamente por duas orações, como podemos verificar, a seguir.

Item lexical

Povo

Processo discursivo de determinação

pode até não ser bem informado, mas
trouxo não é não

Ou seja, por ser determinado ideologicamente e, portanto, não se identificar com uma FD que apóia a candidatura de Alckmin, este sujeito enunciador não pode qualificar *povo* com o adjetivo *burro*, por isso a expressão “pode até não ser bem informado”. Temos aí o interdiscurso, tomado como espaço do dizível, sendo recortado pela FD2 passando pelo processo de injunção/interdição. No caso de uns sentidos serem acionados e outros serem esquecidos, o sujeito enunciador da SD1, inconscientemente, abriu caminho para que sentidos interditados fossem passagem e irrompessem em deslizamentos. Ou seja, na luta entre a injunção/interdição, a partir do acionamento de uma memória histórica já constituída que apresenta a todo o momento o povo brasileiro como burro, este sujeito deixou entrar “pode até não ser bem informado”. Em seguida, utilizando uma expressão adversativa desfaz o até então dito e conclui: “mas trouxo não é não”. É por isso que, no caso em análise, o adjetivo não é suficiente para determinar os sentidos de *povo*. Para que seu sentido seja adequadamente saturado, faz-se necessária toda uma oração.

Na seqüência discursiva 1, quando o sujeito inicia escrevendo: “Esse é o pensamento do pessoal do PSDB/PFL-FHC”, logo se estabelece que ele não se inclui como parte integrante “deste pessoal”, e não fazer parte dos que apóiam a candidatura PSDB/PFL é poder falar em privatizações de um outro lugar e produzir um outro efeito de sentido, contrário aos que apóiam Alckmin. Para este sujeito, *privatização* (mesmo estando suprimido o termo) é “vender empresas brasileiras a preço de banana; ficar com o dinheiro; e o povo que se dane”. Já ao termo *elite*, este não tem mais o sentido apresentado na família parafrástica 1, elite é quem privatiza por pensar que o país é sua propriedade, tem caráter negativo. E por fim, retomando em parte o que afirmamos anteriormente, ao tratar de *povo*, este *até pode não ser*

bem informado, mas trouxe não é não. Assim, por mais que ressoe um dizer negativo de que o *povo* não é bem informado, este *povo* do qual este sujeito trata não se encaixa na família parafrástica 1, ou seja, temos um referente *não é trouxe* remetendo a um referente *povo* que acompanha os trâmites políticos do país, sabe o que está acontecendo, tem poder para tirar ou até mesmo não colocar políticos corruptos no governo, enfim, faz ressoar saberes já vivenciados quando o povo lutou pela democracia, seja nas diretas já, no abaixo a ditadura, entre outros momentos.

Quando nos colocamos diante de uma palavra, uma rede de associações se forma configurando um mapa abrangente de idéias conceitos e impressões. Porém, de acordo com os parâmetros da AD, é a posição-sujeito inscrita em uma formação discursiva dada que restringe a amplidão dos sentidos possíveis, selecionando e indicando o caminho a seguir. Ou seja, conforme Pêcheux (1975, p.160)

As palavras, expressões, proposições, etc., mudam de sentido segundo as posições sustentadas por aqueles que as empregam, o que quer dizer que elas adquirem seu sentido em referência a essas posições, isto é, em referência as formações ideológicas nas quais essas posições se inscrevem.

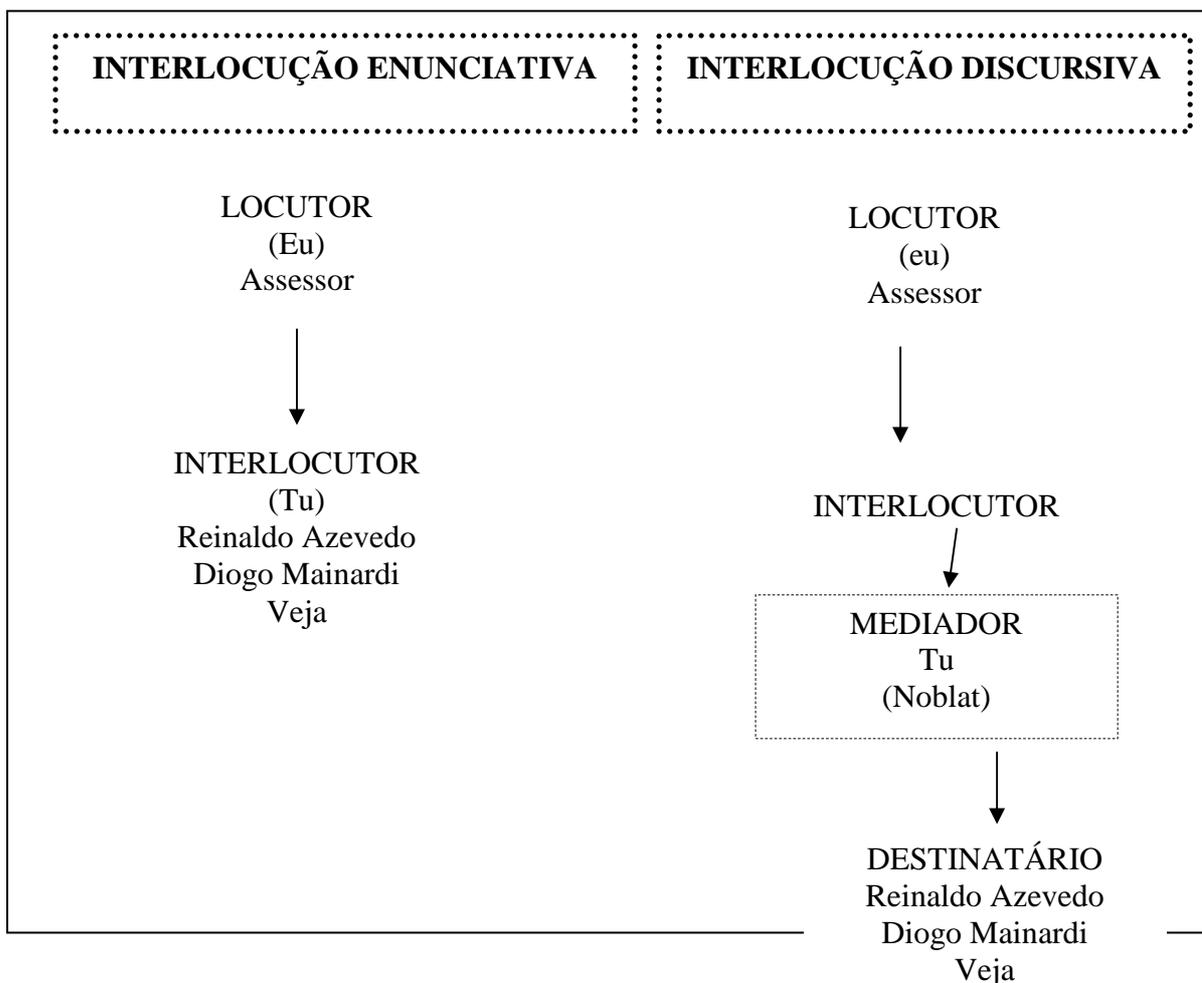
Sendo assim, afirmamos que a SD1 se inscreve na FD 2 (que abriga saberes favoráveis a candidatura de Lula), e por isso as palavras e expressões, de acordo com Pêcheux, terão sentidos funcionando de forma diferente do que encontramos na FD 1 (que abriga saberes favoráveis a candidatura de Alckmin).

Na SD2 o sujeito também se identifica com a FD2, marcando fortemente as fronteiras entre o que pode e o que não pode dizer. É preciso desqualificar uma das grandes mídias apoiadoras de Alckmin para prestar apoio a Lula. Notemos também nesta SD2 o funcionamento da *interlocução*. Para analisarmos o processo de interlocução, faz-se necessário pensar dois níveis de interlocução, a enunciativa e a discursiva, seguindo os pressupostos teóricos de Indursky (1997).

Quanto à interlocução enunciativa, a concebemos sumariamente como um locutor (eu) tomando a palavra diante de um interlocutor (tu) que não necessariamente seja aquele que presencia o dito. Já a interlocução discursiva tem um sujeito que fala pela voz do locutor mas utiliza o interlocutor como mediador de um destinatário.

Examinaremos, a seguir, estes dois processos de interlocução que se efetuam em um comentário editado no *blog* do Noblat que, por sua vez, utiliza um recorte textual do *blog* do Reinaldo. O leitor que se identifica como Assessor, não recrimina Noblat por ter *postado* tal

fragmento textual; ao contrário, se dirige diretamente ao Reinaldo Azevedo e Diogo Mainardi e à Veja. O que queremos mostrar é que Noblat é utilizado como mediador do Assessor para negar os articulistas da Veja. Diante disto, temos as seguintes interlocuções representadas no quadro abaixo:



Em um primeiro nível, a interlocução enunciativa se dá por ocorrer em um espaço determinado (*link* comentários blog do Noblat), num tempo definido (29 de outubro de 2006 – 23h e 22 min.), em uma situação específica (comentário do blog do Noblat), estando seus dois pólos interlocutivos claramente determinados (eu = Assessor, tu = Reinaldo, Diogo, Veja). Assim, a interlocução enunciativa se concretiza entre o locutor (eu) que toma a palavra diante de um interlocutor (tu) que não necessariamente seja aquele que presencia o dito. Sendo assim, na SD2 temos o Assessor falando ao Reinaldo, Diogo e Veja, os quais não presenciam o dito, pois a edição do comentário é disponibilizada no blog do Noblat (O Globo) e não do Blog do Reinaldo (Veja).

Quanto à interlocução discursiva, entendemos o interlocutor como diferente do da interlocução enunciativa, pois o interlocutor aqui funciona como mediador⁷⁶ entre o locutor e destinatário. O comentário está editado no *blog* do Noblat, e portanto se deduz que é ao Noblat que o comentário se refere, Noblat seria, portanto, o interlocutor discursivo que leva a negação do locutor (Assessor) ao destinatário Reinaldo, Diogo, Veja e também a todos que compactuam com a forma de pensar desta mídia, ou seja, vários destinatários podem ser interpelados sucessivamente.

Assim, definimos a interlocução discursiva como a interlocução entre sujeitos de discursos dispersos que ocupam espaços discursivos diferentes, e que podem ser afetados por FDs distintas.

5.2.1.2 MEDIADOR – LEITOR/AUTOR – BLOCO DISCURSIVO 4

Como já analisado na seção que trata do lugar discursivo do blogueiro titular, observamos que é por ocupar este lugar que o blogueiro exerce o poder de ditar as regras ao *blog* e estabelecer o que pode e também o que não pode entrar nos comentários. Porém, não é Noblat quem revisa os comentários, para isso há uma pessoa encarregada da revisão/aplicação das regras e da seleção do que será editado e do que será excluído, temos aí o papel do *mediador*⁷⁷. A este sujeito cabe igualmente a função de autoria pela seleção das vozes, e o efeito autoria pela produção de sentidos.

Selecionamos duas seqüências discursivas, uma retirada do espaço *comentários* do *post* “*quase sempre*” o povo “*está errado*” disposto na página principal do *Blog* do Noblat e outra retirada do espaço *comentários* do *post* “*É Lula de novo com a culpa do povo*” do *blog* do Reinaldo Azevedo.

⁷⁶ O sentido de mediador aqui é diferente do que abordaremos posteriormente. Aqui o mediador é entendido como o *blog* do Noblat, já mediador na seção 5.2.1.2 se refere à pessoa que é contratada por Noblat para selecionar e editar os comentários que o *blog* recebe.

⁷⁷ Para que não fiquem dúvidas sobre quem é cada sujeito que trataremos nesta seção, tentaremos sintetizar da seguinte forma: **Noblat** > blogueiro titular do *blog* em análise, cria as regras do *blog* como um todo, inclusive as regras dos comentários. **Mediador** > pessoa contratada por Noblat para receber os comentários e fazer valer as regras criadas por Noblat no momento de editar os comentários no *blog*. **Reinaldo Azevedo** > *blog* paralelo ao de Noblat que chegamos a ele pela *linkagem* disponibilizada no *post* do *blog* do Noblat. **sereno39, LUISCA** > leitores comentaristas do *blog* do Noblat. **Anônimo** > leitor e comentarista do *blog* do Reinaldo no qual expõe sua exclusão enquanto comentarista do *blog* do Noblat.

SD1- sereno39 - 29/10/2006 - 23:24

Noblat parabéns pelo seu Blog, aqui há democracia, cada um escreve livremente o que quiser e é publicado.

Lá no do Reinaldo, ele só deixa passar opinião que critica o governo e fala bem do PFL/PSDB.

Mensagem que faça qualquer critica a esses partidos, a Veja e ao Reinaldo não é publicada.

Parabéns Noblat, jornalismo sério se faz com a diversidade de opiniões e com o contraditório. (comentário, blog do Noblat) (sic)

SD2- Anônimo disse... 4:35 PM

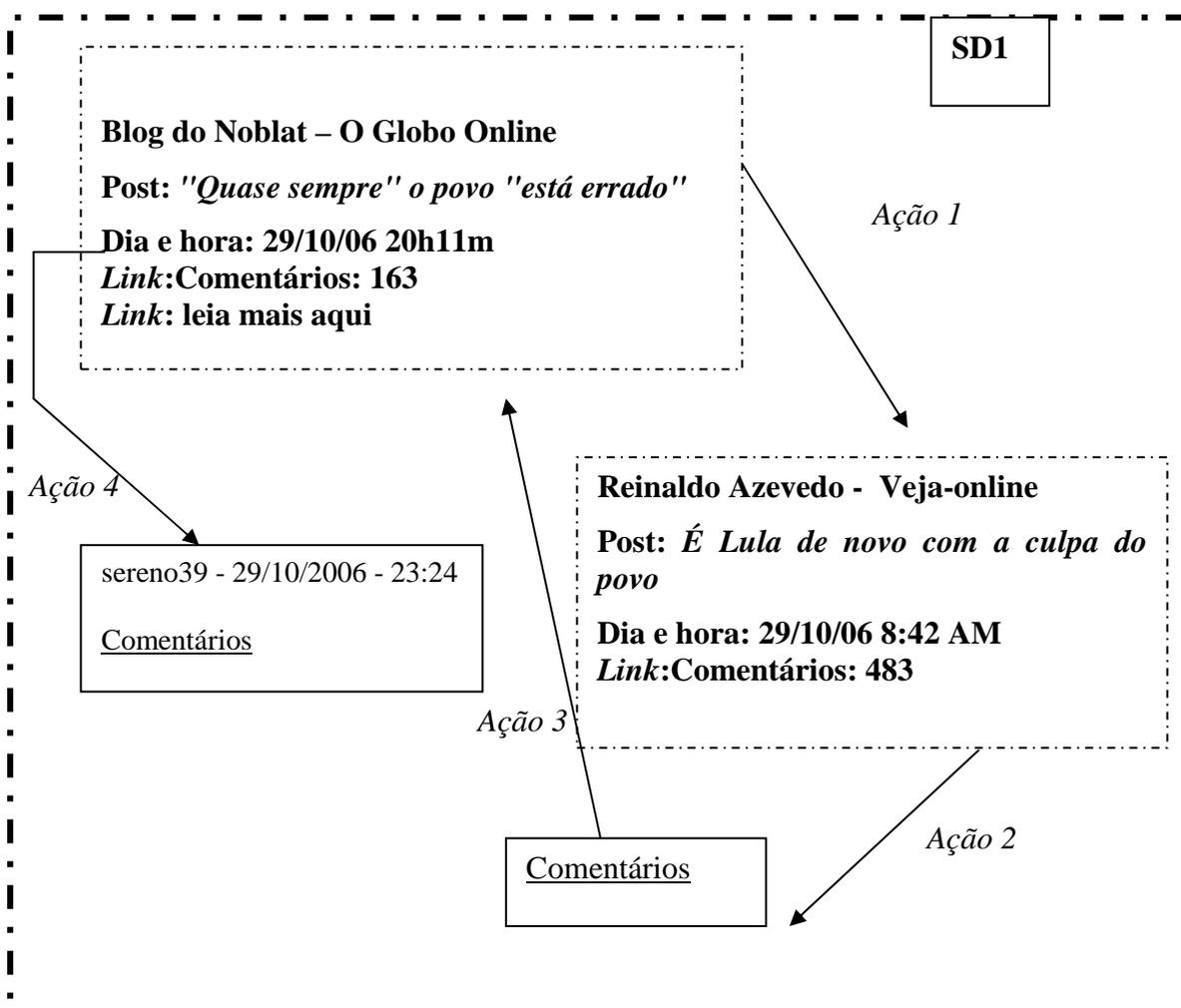
Reinaldo,

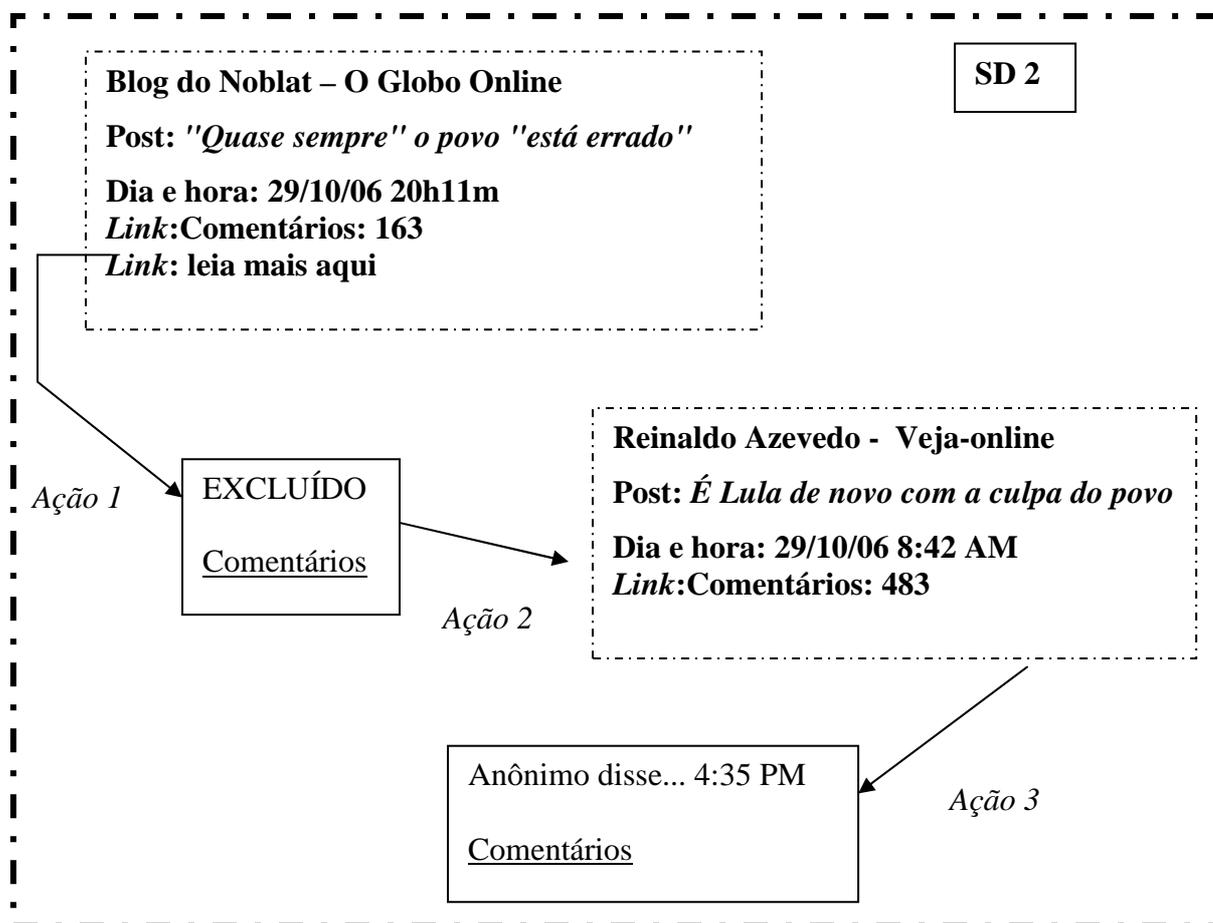
Acabei de ser excluído do Blog do Noblat...foi logo após postar parte de um artigo seu...

Creio que fizeram um favor para mim.

Saludos (comentário, Blog Reinaldo Azevedo) (sic)

Diante de tais seqüências temos os seguintes movimentos de leitura:





Na seqüência discursiva 1, o leitor parte do *blog* do Noblat, acompanha o *link* e vai para o *blog* do Reinaldo. Lê os comentários e retorna para o *blog* do Noblat. Depois deste percurso edita um comentário favorável ao *blog* de Noblat contrapondo-o ao *blog* do Reinaldo, que, em sua opinião, é totalmente partidário e não aceita comentários que vão de encontro ao que ele postula como sendo o certo, já o Noblat, ainda segundo este mesmo leitor, aceita a diversidade.

Porém, para perceber se esta diversidade se faz de fato, recorremos a SD2. Nesta seqüência discursiva o caminho de leitura é outro. Temos um leitor que é excluído do *blog* do Noblat por disponibilizar *parte* de um texto do Reinaldo, e face a essa exclusão vai comentar o ocorrido no *blog* do Reinaldo. Vale lembrar as regras do *blog* Noblat do que pode e o que não pode entrar:

Serão eliminados do Blog do Noblat os comentários que:

- 1 - Forem escritos em caixa alta (letras maiúsculas);
- 2 - Configurem qualquer tipo de crime de acordo com as leis do país;
- 3 - Conttenham insultos, agressões, ofensas e baixarias;
- 4 - Estejam repetidos na mesma ou em notas diferentes;
- 5 - **Reproduzam na íntegra notícias divulgadas em outros meios de comunicação;**
- 6 - Reúnam informações (e-mail, endereço, telefone e outras) de natureza nitidamente pessoais do próprio ou de terceiros;
- 7 - Conttenham links de qualquer espécie;
- 8 - Conttenham qualquer tipo de material publicitário ou de merchandising, pessoal ou em benefício de terceiros (Blog do Noblat, grifo nosso) (sic)

Nota-se que no item 5 não são aceitas notícias divulgadas na *íntegra* em outros sites. Como se trata de textos na *íntegra* não há o que justificaria a exclusão do comentário do “Anônimo” no *blog* do Noblat, afinal conforme ele escreve no blog do Reinaldo, ele só transcreveu *parte* do texto do Reinaldo no blog do Noblat, sendo assim a queixa do leitor é procedente.

Ao verificamos dentre todos os comentários disponibilizados com relação ao *post* “‘Quase sempre’ o povo está ‘errado’” no blog do Noblat, encontramos o seguinte comentário:

LUISCA - 29/10/2006 - 20:38

F. Gullar, poeta, ex-comuna, foi claro hoje na FSP, a respeito de lulla prometer não enxugar o Estado:

"...o demagogo (lulla) engana o eleitor para obter-lhe o voto e, depois, fica de mãos atadas diante de problemas efetivos, que exigem solução. Sem saída, a única que encontra é aumentar impostos. Trata-se de um exercício de burla e insensatez, que usa abusivamente do nome de democracia"

Falou e disse, Ferreira Gullar! (sic)

Diante do relatado, se o mediador se baseou na regra do blogueiro e entendeu o comentário do Anônimo como sendo um texto na *íntegra* de outro site, o que justificaria editar o comentário de Luisca? A nosso ver, ambos seriam transcrições parciais de textos de outros sites. Percebemos com isso que a regra imposta a um comentarista não se estende a todos, afinal o que Luisca faz também é editar parte de um artigo do F. Gullar da Folha de São Paulo. Assim, nota-se que o mediador do *blog* também se inscreve no efeito de autoria e seleciona o que lhe convém e o que não lhe convém, tendo em vista que ele é determinado ideologicamente tanto pela FD em que se inscreve o blogueiro, quanto pela FD que aloja o blog, no caso O Globo. Temos aí o funcionamento ideológico marcado entre o deixar dizer e

o de fazer calar, aceitando um sentido e recalçando outros. Noblat, por sua vez, não tem este “controle”, afinal não é ele quem edita os comentários, por isso não podemos afirmar que o que está disposto na seção comentários represente o seu posicionamento, o que temos é o fato dele conceder poder ao mediador e por este gesto marcar qual é o seu lugar.

5.2.1.2 CONCLUSÕES PARCIAIS

Na seção 3.8 (p.74.), apresentamos algumas implicações teóricas para a análise e definimos o que entendemos como efeito de início e efeito de fim⁷⁸, sustentados teoricamente pelo pensar de Lisbôa (2008). Na qualidade de hipertexto, e portanto constituído pela heterogeneidade, acreditamos relevante pensar o espaço discursivo do *blog* como um efeito de início e também como um efeito de fim, porém é preciso a ressalva que por se tratar de um hipertexto, tanto na escritura ou na leitura, não se tem como precisar o que seria um início, e sim um *ponto de partida*, nem ao menos precisar um fecho, e sim uma *quebra de continuidade*. Por *ponto de partida* entendemos o gesto inicial do recorte que o leitor faz diante dos inúmeros textos disponibilizados na internet. Este *ponto de partida* principia tanto pela página de início da Internet Explorer (sejam elas Terra, Uol, Yahoo...), ou então quando esta página é ignorada e o leitor, por já ter um assunto específico de interesse, se direciona a uma página de busca (como o Google, por exemplo), ou ainda, pode ser mais focado e ir direto ao acesso do endereço digital do *blog* do Noblat, como outro exemplo. O *ponto de partida* depende dos objetivos do leitor, que podem tanto ser para entretenimento, lazer, quanto para, pesquisa, informação, curiosidade (sem esquecer que estes objetivos não são aleatórios, há uma determinação imposta pela interpelação ideológica que afeta todo sujeito).

Quando o leitor abre muitas janelas de *linkagem* na internet é comum ocorrer a perda da centralidade dos objetivos de leitura, aí ocorre a *quebra de continuidade*, ou seja, um texto x não coincide com as expectativas de leitura deste sujeito, portanto a ação tomada é o fechamento desta página e junto a quebra de continuidade, ou então o efeito de fecho.

⁷⁸ Acreditamos que todo texto é produto não só de um efeito-fecho, mas também de um efeito-início porque sendo a materialização do discurso, implica necessariamente num recorte de algo sem início e sem final que é o continuum discursivo. Ou seja, iniciar é o gesto de definir um ponto determinado de inserção neste continuum. Este gesto — que é um corte essencialmente ideológico, pois determina os efeitos de sentido possíveis de serem produzidos a partir dele — é determinante também, portanto, do recorte discursivo resultante, a saber, do efeito-fecho que será produzido. (LISBÔA, 2008)

Muitas vezes ao quebrar a continuidade textual o leitor ou abandona o acesso à internet ou passa a acessar outro assunto a partir de outras páginas digitais, temos aí um novo ponto de partida. Resumidamente, um ponto de partida é um texto “inicial” x que pode abrir inúmeras possibilidades de acessos a partir de seus *links* de navegação no hipertexto até que ocorra a *quebra de continuidade*.

Por mais que no campo da internet, ao mesmo tempo, tudo parece estar em contato com tudo, há um fio de sentidos, e este é moldado com um *efeito de início* e um *efeito de fim* de acordo com cada atualização de leitura. E, com isso, vai ganhando forma o *efeito de autoria* que, pelo movimento cíclico, faz os saberes girarem entre os sentidos que podem e os que não podem ser atualizados na construção do efeito-texto.

Nesta segunda parte deste capítulo de nossas análises, voltamos nosso olhar com maior intensidade ao leitor que marca seu posicionamento materializando intradicursivamente seu discurso a partir de comentários. Seu papel é de extrema relevância para a constituição deste espaço discursivo marcado pelo processo de produção de sentidos mútuos.

Um dos pontos relevantes que destacamos em nossas análises diz respeito ao fato de leitor e autor nem sempre precisarem compartilhar o mesmo posicionamento, o que marca a questão que a leitura nem sempre é regulada, única e exclusivamente, pelo que pode e o que não pode ser dito, afinal é a partir das diferenças que se constituem as posições e até mesmo as FDs. O que queremos afirmar é que o fato de um leitor não identificar-se com a posição do autor não impede que este faça a leitura, muitas vezes isso funciona às avessas, é por ser contra que o leitor lê para poder, de seu lugar, dizer o contrário. A partir de nossas análises, podemos perceber como este movimento de leitura é possível a partir de alguns comentários que se identificavam com a posição do autor enquanto outros dele se distanciavam ideologicamente.

Com relação à produção de sentidos, a noção de *paráfrase* que mobilizamos foi importante para pensarmos na filiação do sentido, através da noção de matriz parafrástica, e sua retomada; assim como nos permitiu trabalhar com a aproximação de efeitos de sentido distintos no interior de uma mesma FD.

No que tange à questão do mediador, verificamos que a este é concebido o poder, pelo blogueiro, de selecionar e editar os comentários que julgar viável e que não fujam às regras impostas pelo blogueiro. E neste trabalho de editar no *blog* uns comentários e recalcar à ordem do interdito outros, há produção e tentativa de direcionamento de sentido, ou seja, há

um pretense efeito de controle do que é heterogêneo por excelência. Assim, mediador, leitor e blogueiro, todos constroem, em conjunto, o efeito de autoria do *blog* ao selecionar vozes, ao interpretar, ao mobilizar uns sentidos e não outros.

SOB O EFEITO DE FIM

Como um gesto de início, principiamos esta dissertação tratando do texto em distintas perspectivas, podemos notar com isso que com o advento da internet nos acostumamos com a passagem do *texto* para o *hipertexto*, o qual, segundo Bolter (1991), tem por característica a formatação de um “texto aberto” ou um “texto múltiplo”, caracterizado pelos princípios da não linearidade, interatividade, multicentramento e virtualidade. Optamos por trabalhar nesta dissertação com o hipertexto associado à teoria da AD por reconhecermos em sua estrutura um espaço totalmente heterogêneo que abriga múltiplas vozes, veladas ou não, que não possui bordas com características de início, meio e fim. O que há é um efeito de início e um efeito de fim que, em grande parte, é moldado não só pelo sujeito-autor, mas sobretudo pelo sujeito-leitor.

Como dispositivo teórico, tornamos a Análise do Discurso nosso ponto de apoio por nos oferecer instrumentos teóricos para pensar a constituição do discurso sem ficarmos presos em “achismos” daquilo que o sujeito falante marca como pertencente ou não a seu dizer. O *interdiscurso* nos permite vislumbrar o conjunto das *formações discursivas*. A *heterogeneidade* nos possibilita localizar no texto os vestígios dos discursos-outros. A *constituição do sentido* nos faz perceber como se produzem os efeitos de sentido, e não qual é o sentido. O *sujeito* nos permite pensar a relação entre inconsciente e ideologia. O *sujeito-autor* nos autoriza a refletir sobre a *função-autor*, organizadora de discursos, e o *efeito-autor*, produtor de sentidos. O *sujeito-leitor* apresenta um traço em comum com o *sujeito-autor*, pois assume, no momento da reconstrução textual, a função de organizar as diferentes vozes anônimas da *interdiscursividade* que fazem presença constante na prática de leitura. Assim, munidos deste aporte teórico fomos levados a interpretar.

Chegado o momento das análises, pudemos perceber que, por ser constituído por inúmeras “teias” no hipertexto, por maiores que sejam as possibilidades de acesso, a navegação não é aleatória e muito menos se trata de escolhas livres, pelo contrário, cada clique é determinado pela FD em que o sujeito leitor se posiciona para construir um nó próprio de sentidos, mesmo que, para isso, muitos “cliques” perpassem sentidos contrários aos saberes dominantes da FD em que esse sujeito se inscreve.

Frente ao exposto, vale ressaltar que nesta dissertação, passamos a entender o hipertexto como uma das possíveis materializações do discurso, compreendendo o discurso como efeito de sentido e como prática discursiva não individual que implica na forma de pensar o sujeito e o sentido. A Teoria do Discurso produz deslocamentos nos estudos lingüísticos, tais como a inserção do discurso junto ao par língua/fala e o descentramento do sujeito. Estes deslocamentos nos permitiram mostrar que o sujeito, na relação mundo/linguagem, e o sentido não são neutros e nem transparentes e foram pensados em seus processos histórico - sociais de constituição.

Considerando que o sujeito sempre fala de um determinado lugar social, temos no discurso em análise a assunção das posições de jornalista e editor que representam o modo como o sujeito discursiviza os diferentes saberes institucionais que sustentam e legitimam socialmente o seu lugar (empírico) de jornalista, comprometido com a “verdade”, “imparcialidade” e “objetividade”. Assim, afetado pelo inconsciente, o sujeito passa do espaço empírico para o espaço discursivo. Ao passar deste lugar social/empírico para o lugar discursivo, nos deparamos com um sujeito que, pela determinação institucional (O Globo online), social e ideológica, está afetado pelas relações de poder, e é isso que estabelece o seu lugar discursivo de blogueiro titular. É também por estas relações de poder que, em muitos momentos, sua posição tem que ser mascarada, pois muitas coisas não podem ser ditas, portanto é preciso dizer de outro modo.

Diante destas considerações, observamos que este sujeito, afetado pelo inconsciente, ao ocupar o lugar discursivo de blogueiro titular, é perpassado pelos lugares do *jornalista político*, comprometido com o discurso sobre a economia e política, buscando sempre um efeito de verdade; do *blogueiro*, interado com um estilo de escrita diferente do impresso, relatando notícias, comentários, artigos em tempo real a partir da característica hipertextual de escrita; do *leitor político*, crítico e posicionado; pelo *lugar institucional*, que dita as regras. Enfim, o lugar discursivo também é marcado pela heterogeneidade, pois sem compartilhar e sem deixar-se perpassar este lugar de blogueiro não se constitui.

Com relação à função-autor, Noblat une em um mesmo espaço vozes anônimas e vozes marcadas. Anônimas por serem opiniões cuja origem não pode ser apreendida, são construções dispersas no interdiscurso, já outras são marcadas e fazem pontes intertextuais a partir de *links*. Assim, Noblat, ao inscrever-se na função de autoria do *blog* e ao assumir a função de “costurar” as vozes, o faz pelo “lado avesso”, afinal, o *link*, neste espaço hipertextual funciona como fio exposto que deixa a trama com pontas aparentes. Ou seja, esta

é uma das grandes diferenças entre texto e hipertexto com que nos deparamos. Enquanto um tem que ser “limpo” e linear, com bordas que aparentam início, meio e fim, o outro aceita a disparidade, em outras palavras, aceita o exterior como parte construtora do interno, e assim apaga os efeitos de bordas. Não se pode apreender com exatidão a marca de início ou fim. Só quem pode estabelecer este efeito é o leitor que, a cada gesto de leitura, constrói e desconstrói as bordas textuais.

Com relação ao sujeito-leitor, constatamos que, diante do *blog*, seu papel é de extrema relevância para a constituição deste lugar marcado pelos efeitos de autoria. É a partir do processo constante de deslinearização textual, desconstrução e re-construção de um novo efeito texto que o *blog* se constitui, eminentemente, pela simultaneidade, onde o efeito de autoria se torna fugaz, pois sentidos se fazem e se desfazem simultaneamente a cada atualização de leitura.

Concluimos assim, que a discursividade do *blog* é intervalar, pois nele entrecruzam-se diferentes vozes e diferentes sujeitos, configurando-se, portanto, como um espaço discursivo eminentemente constituído pela heterogeneidade.

Voltando-nos ao *blog*, concluimos também que na atualidade este é um suporte textual extremamente novo no campo da pesquisa, porém corriqueiro no dia-a-dia, e possui um poder de persuasão incalculável, o que reforça ainda mais a necessidade do investimento em pesquisas. Por configurar-se como um ambiente dinâmico, atual, e em constante renovação, a cada dia, novos conceitos podem ser desfeitos e outros construídos, reafirmamos, portanto, que o olhar direcionado nesta dissertação foi um entre tantos possíveis, pois, não é demasiado repetir que esta dissertação é um “recorte” e sofre as limitações que expressam a finitude e a incompletude constitutiva de todo ato de interpretação.

Ao que nos propomos, esperamos ter contribuído, principalmente quanto à aproximação da teoria da Análise do Discurso ao campo da escritura e da leitura no universo hipertextual. Reafirmamos que esta dissertação ganhou formas a partir de nossa inquietação constante que não buscou revelar verdades, mas sim uma forma de olhar para diferentes funcionamentos discursivos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS I

- ALTHUSSER, L.. *Aparelhos Ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1983.
- AUTHIER-REVUZ, J. Paroles ténues à distance. *Materialités discursives*, Lille, Preses Universitaires de Lille, 1981.
- _____. Hétérogénéité Montrée et Hétérogénéité Constitutive: elements pour une approche de l'autre dans le discours. *DRLAV* (26): 91-151, 1982.
- _____. Heterogeneidade (s) Enunciativa (s). *Cadernos de Estudos Lingüísticos* (19): 25-41, Campinas, UNICAMP, IEL, jul-dez, 1990.
- BAKHTIN, M. *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 1990.
- BARDINI, T. Bridging the gulfs: from hypertext to cyberspace. *Journal of Computer Mediated-Communication* [online]. 1997 Disponível em: <URL: <http://jcmc.indiana.edu/vol3/issue2/bardini.html> > Acesso em: 14 de nov. de 2007.
- BEAUGRANDE, R. A. de e DRESSLER, W. U. *Introduction to text linguistic*. London: Longman, 1981.
- BENVENISTE, É. *Problemas de lingüística geral I*. São Paulo: Nacional/USP, 1966.
- BERNERS-LEE, T., CAILLIAU, R. *WorldWideWeb: proposal for a hypertext project* [online]. 1990. Disponível em: <URL: <http://www.w3.org/pubwww/Proposal.html>.> Acesso em: 14 de nov. de 2007.
- BLOOD, R. *Weblogs: A History and Perspective*. Disponível em: <http://www.rebeccablood.net/essays/weblog_history.html> Acesso em: 01 de ago. de 2002a.
- _____. *The Weblog Handbook*. Cambridge, MA: Perseus Publishing, 2002b.
- BOLTER, J. D. *Writing Space. The computer, hypertext and the history of writing*. Hillsdale N.J., Lawrence Erlbaum Associates. 1991.
- BUSH, V.. *As we may think*. [online] Atlantic Monthly (July 1945) Disponível em: <URL: <http://www.theatlantic.com/doc/194507/bush> > Acesso em: 20 de nov. de 2007.
- BRANDÃO, H. *Introdução à análise do discurso*. Campinas: Unicamp, 1991.
- CAMPOS, P. C. *Jornalismo digital*. Disponível em: <<http://wmail.faac.unesp.br/~pcampos/jornalismodigital.htm>> Acesso em: 18 set. 2005.
- CAZARIN, E. A. *Identificação e representação política: uma análise do discurso de lula (1978 – 1998)*. Tese (doutorado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2004.

_____. A escritura de textos: um gesto de interpretação. In: Primeira Jornada Internacional de Estudos do Discurso - 1a. JIED, 2008, Maringá, PR. Anais da 1a. Jornada Internacional de Estudos do Discurso, 2008. v. 01. p. 01-07.

CHARTIER, R. *Os desafios da escrita*. São Paulo: Editora Unesp, 2002.

COURTINE, J. J. Quelques problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours; à propos du discours communiste adressé aux chrétiens. *Langages* (62): 9-127, juin, 1981.

_____. Définition d'orientations théoriques et construction de procédures en analyse du discours. *Philosophiques*, 9 (2): 239-264, oct., 1982.

_____. (1983) O chapéu de Clémentis. Observação sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999, p. 15-22.

COURTINE, J. J. & MARANDIN, J. M. Quel objet pour l'analyse de discours? In: *Matérialités Discursives*. Actes du Colloque, avril, 1980. Paris X - Nanterre Lille. Presses Universitaires de Lille, 1981.

DI LUCCIO, F. e NICOLACI-DA-COSTA, A. M. Hipertexto, blogs e leitores escritores In.: RETTENMAIER, M e RÖSING, T. M. K. *Questões de leitura no hipertexto*. Passo Fundo: Ed. Universidade de Passo Fundo, 2007.

DORNELES, E. F. *A dispersão do sujeito em lugares discursivos marcados*. Tese (doutorado) -Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2005.

ELLIS, D. *New horizons in information retrieval*. London: Library Association Publishing, 1990.

FERREIRA, M. C. L.. *Glossário de termos do discurso: projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso: a posição do leitor-autor (1997-2001)* Orientadora: Maria Cristina Leandro Ferreira; Bolsista de Iniciação Científica: Ana Boff de Godoy ... [et al.] Porto Alegre: UFRGS. Instituto de Letras, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. *Manual de redação*. São Paulo: Folha de São Paulo, 1987.

FOUCAULT, M. *O que é um autor?* 2.ed. São Paulo: Passagens, 1992.

_____. *Microfísica do poder*. 15ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2000.

_____. *A ordem do discurso*. 10.ed. São Paulo: Loyola, 2004.

_____. *A arqueologia do saber* (1969). Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

GALLO, S. *Discurso da escrita e ensino*. Campinas: UNICAMP, 1992.

_____. Autoria no mito indígena. In: INDURSKY, F. e FERREIRA, M. C. L., *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

_____. "Autoria: função do sujeito e efeito do discurso". In: TASSO, I. (Org.) *Estudos do texto e do discurso: interfaces entre língua (gens). Identidade e memória*. São Carlos: Editora Claraluz: 2008.

GILBERTO Jr. "*Entramos na era da inteligência coletiva*", diz guru da internet. 2006. Disponível em: <URL: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,AA1377043-6174,00.html>> Acesso em: 14 de dez. de 2007.

_____. *Quem disse que web 2.0 é novidade ?* 2007 Disponível em: <URL: <http://w2br.com/2007/01/17/quem-disse-que-web-20-e-novidade/>> Acesso em: 14 de ago. de 2007.

GRIGOLETTO, E. *O discurso de divulgação científica: um espaço discursivo intervalar*. Tese (doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2005.

GUIMARÃES, E. Texto e enunciação. In: *Organon*. Porto Alegre: UFRGS, 23, v. 9, 1995, p. 63-67.

HALLIDAY, M. A. K. e HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.

INDURSKY, F. *A fala dos quartéis e as outras vozes*. Campinas: Unicamp, 1997.

_____. A fragmentação do sujeito In: INDURSKY, Freda; CAMPOS, Maria do Carmo. *Discurso, memória, identidade*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

_____. Da heterogeneidade do discurso à heterogeneidade do texto e suas implicações no processo da leitura. In: *A leitura e a escrita como práticas discursivas*. EDUCAT – Pelotas, 2001.

_____. Lula lá: estrutura e acontecimento. *Organon*, Porto Alegre, v. 17, n. 35, p. 101-121, 2003

_____. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (org.). *Discurso e textualidade*. 1 ed. Campinas: Pontes, 2006, p. 33-80.

LANDOW, G. P. *Hypertext. The Convergence of Contemporary Critical Theory and Technology*. The John Hopkings University Press, Baltimore and London, 1992.

LÉVY, P. *As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática*. São Paulo : Editora 34, 1993.

_____. *O que é o virtual?* São Paulo: Ed. 34, 1996.

LISBÔA, N. T. *A Pontuação do Silêncio – uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector*. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, 2008.

MAINGUENEAU, D. *Gênese dos discursos* (1984). Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. *Novas Tendências em Análise do Discurso*. São Paulo: Pontes, 1989.

MANACORDA, M. A. História da educação – da Antiguidade aos nossos dias. 5ª ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MARQUESI, S. C. *A organização do texto descritivo em língua portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 1995.

MITTMANN, S. Discurso e texto: na pista de uma metodologia de análise. Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/gepad/Solange+Discurso+e+texto.pdf>> Acesso em: 15 set. de 2008.

NELSON, T. H. (1992). Opening hypertext; a memoir. In: TUMAN, M. C. (ed.), *Literacy Online*, Pittsburg, University of Pittsburg Press.

O'REILLY, T. *What Is Web 2.0*. 2005. Disponível em <URL: <http://www.oreilly.com/pub/a/oreilly/tim/news/2005/09/30/what-is-web-20.html>.> Acesso em: 22 de ago. de 2007.

_____. *Web 2.0 Compact Definition: Trying Again*. 2006 [arquivo capturado em 10/08/07] Disponível na em: <URL: http://radar.oreilly.com/archives/2006/12/web_20_compact.html.> Acesso em: 22 de ago. de 2007.

ORLANDI, E. P. Segmentar ou recortar? *Série Estudos (10)*, Faculdades Integradas de Uberaba, 1984.

_____. *A linguagem e seu funcionamento: As formas do discurso*. 2. ed. Ver e aum. Campinas: Pontes, 1987.

_____. *Terra à Vista! discurso do confronto: velho e novo mundo*. São Paulo: Cortez, 1990.

_____. *Discurso e leitura*. 2.ed. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp,1993.

_____. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. A leitura proposta e os leitores possíveis. In.:ORLANDI, E. P. (org.) *A leitura e os leitores*. Campinas, SP: Pontes, 1998.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. São Paulo: Pontes, 1999.

_____. *Discurso e texto: formação e circulação dos sentidos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____. Linguagem, ciência e sociedade. *Revista Brasileira de Letras*. v 05, nº. 01, São Carlos, 2008.

ORLANDI, E. P., GUIMARÃES, E. Unidade e dispersão: uma questão do texto e do sujeito. In: ORLANDI, Eni P. *Discurso e leitura*. Campinas: Cortez, 1988.

PÊCHEUX, M. (1967) Sob o pseudônimo de Thomas Herbert. Observações para uma teoria geral das ideologias . *RUA*, nº1, Campinas, 1995, p. 63-89.

_____. (1969) Análise automática do discurso. In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997

_____. (1975) *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

_____. (1980) Remontémonos de Foucault à Espinoza. In: *El discurso político*. Universidad Nacional Autónoma de México. México: Editorial Nueva Imagen.

_____. (1980) Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (org). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas: Editora da UNICAMP, 1994.

_____. (1981) L'etrange miroir de l'analyse de discours. *Langages*, (62) p. 5-8, Paris, juin.

_____. (1983) *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Campinas: Pontes, 1990a.

_____. Lecture et mémoire. In: MALDIDIER, D. (org.). *L'inquietude du discours: textes de Michel Pêcheux*. Paris : ed. Des Cendres, 1990b.

_____. (1983) Sobre os contextos epistemológicos da Análise do Discurso. In: MATTE, Neusa (org.) *Cadernos de Tradução do Instituto de Letras*. Porto Alegre, n 1, jan, 1998.

_____. (1983) Papel da memória.. In: ACHARD, P. [et al] *Papel da Memória*. Campinas: Pontes, 1999.

PÊCHEUX, M.; FUCHS, C. (1975) A propósito da Análise Automática do Discurso: atualizações e perspectivas.. In: GADET, F. e HAK, T. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

RECUERO, R. C. *Weblogs, Webrings e Comunidades Virtuais*. Revista 404notfound - Revista Eletrônica do Grupo Ciberpesquisa. Edição 31, agosto de 2003. Disponível em <http://www.facom.ufba.br/ciberpesquisa/404notfound/404_31.htm> Acesso em: 12 de abr. de 2006.

RODRIGUEZ, C. Sentido, interpretação e história. In: ORLANDI, E. P. (org.). *A leitura e os leitores*. Campinas: Pontes, 1998.

SAUSSURE, F. *Curso de lingüística geral* (1916). São Paulo: Cultrix, 1997.

SODRÉ, N.W. *História da imprensa no Brasil*. 4 ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

THOMPSON, J.B. *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

Wikipedia, 2007. Disponível em: <URL: <http://pt.wikipedia.org>> Acessado em: 14 de novembro 2007.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS II (FONTES)

Blog do Noblat. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/arquivodoblog.asp>
Acesso em: 02 de nov. de 2006.

Blog do Reinaldo Azevedo. Disponível em: http://veja.abril.com.br/blogs/reinaldo/2006_10_29_reinaldo_azevedo_arquivo.html Acesso em: 02 de nov. de 2006.

Blog do ex-petista. Disponível em: http://ex-petista1.blogspot.com/2006_10_01_archive.html
Acesso em: 14. jun. de 2007.

Emir Sader Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br/templates/blogMostrar.cfm?blogid=1&mes=10&ano=2006&alterarHomeAtual=1> Acesso em: 14. jun. de 2007.

Julio Severo. Disponível em: http://juliosevero.blogspot.com/2006_10_01_archive.html
Acesso em: 14. jun. de 2007.